



Transcrição da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal de Marco de
Canaveses

----- *26 de novembro de 2016* -----



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito bom dia, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vice-presidente, Srs. Vereadores, Sras. Deputadas e Deputados desta Assembleia, caros Marcoenses, órgãos de informação.

Vamos, então, dar início à nossa Assembleia Municipal. Temos quórum, já temos trinta e quatro (34) elementos nesta Assembleia. E antes de darmos início, ia dar posse a dois (2) elementos, e pedia ao Gil Rodrigues para dar essas duas (2) posses.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Concelho desta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Fernando António Morais de Queirós, portador do Cartão de Cidadão n.º 066535328ZZ4, válido até 16.11.2016, e Contribuinte n.º 165396091, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Isabel Maria Geraldês de Carvalho Santana, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), da eleição realizada no dia 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após o mesmo se ter prestado a juramento legal, declarou-o instalado como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Isabel Maria Geraldês de Carvalho Santana. Para constar se lavrou o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- Fernando Queirós (PPD/PSD) ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Aos vinte e seis dias do mês de novembro de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Concelho desta cidade de Marco de Canaveses, e estando presente o Presidente da Assembleia Municipal, António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, compareceu Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, portadora do Cartão de Cidadão n.º 093473621ZY2, válido até 23.07.2020, e Contribuinte n.º 190930632, a fim de tomar posse como membro da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses para preenchimento da vaga temporária do membro desta Assembleia Municipal Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro, de acordo com o disposto no art.º 78 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, nos termos do art.º 54.º do Regimento, e na sequência de comunicação de ausência por período inferior a trinta (30) dias. O Presidente da Assembleia Municipal, depois de ter verificado a respetiva identificação, e de acordo com a Lista do Partido Social Democrata (PPD/PSD), da eleição realizada no dia 29 de setembro de 2013, por sufrágio universal e direto, e após a mesma se ter prestado a juramento legal, declarou-a instalada como membro da Assembleia Municipal durante o período de ausência do membro da Assembleia Municipal Ana Cristina Mendes Cordeiro de Matos Valente Couto Ribeiro. Para constar se lavrou



o presente termo, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por todos que nele intervieram, e que eu, Gil Fernando Mendes Rodrigues, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, o subscrevi.

--- **Manuela Ferreira (PPD/PSD)** ---

Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Antes de entrarmos na ordem de trabalhos, eu daria a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que ele gostaria de nos dar uma comunicação.

--- **Presidente da Câmara Municipal** ---

Muito bom dia a todos. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes e comunicação social:

Muito obrigado, Sr. Presidente, por me dar a palavra neste momento, mas é para, de algum modo, colmatar um pequeno lapso que tivemos, de não ter feito em tempo útil o convite para o almoço de natal, que é habitual fazermos todos os anos, na altura da Assembleia Municipal, a última do ano, que está mais próxima da época natalícia. E ontem estávamos nós ali num jantar solidário na Quinta da Torre, a favor do Centro Social e Paroquial de Carvalhosa, quando alguns dos Srs. Presidentes de Junta, que estão aqui também presentes, me perguntaram, e foi nessa altura que eu constatei que não tinha ido o convite. Julgava que sim, e imediatamente tentei, hoje de manhã, na conversa com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para colmatarmos esse lapso. E por isso, a nossa vontade continua a estar no sentido de podermos encontrar-nos à hora de almoço, nesse convívio de natal, porque acho que é sempre bom, independentemente de tudo aquilo que é o nosso debate democrático e político, temos que continuar a ser pessoas que acima de tudo prezam as relações humanas, pessoais e institucionais, enquanto representantes deste município na Assembleia e na Câmara Municipal. E por isso, se concordassem, fazia assim desta forma o convite para que possam participar.

O Sr. Presidente já pediu ao Sr. Teixeira para também fazer até uma folhinha para assinalarem – porque admito que às vezes possa haver um ou outro Sr. Deputado ou Deputada que não possa estar, mas se puderem estar, teríamos todo o prazer nisso, bem como extensível aos Srs. Vereadores, fazermos o nosso almoço tradicional de natal.

Muito obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos, então, à ordem de trabalhos, e vamos ao **Período de antes da ordem do dia**.

Ponto n.º 1.1, Apreciação e votação da ata da Sessão Extraordinária do dia 17 de outubro de 2016.



Penso, Srs. Deputados, que estamos todos preparados para votar a ata, iremos votar em bloco. Há alguma recomendação que queiram fazer sobre a ata? Se não há recomendações, eu só lembraria quem é que não vai poder votar a ata: Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira não vai poder votar a ata, o substituto de Manuel Azevedo Sousa, o António Augusto Machado Queirós Santana, e o substituto de José Leitão Couto. São as pessoas que não vão poder votar a ata. Já agora, eu fazia só uma pequena correção: o Luís Pinto também não vai poder votar a ata.

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, todos votarão a favor, nós iremos fazer a dedução tendo em conta as pessoas que estão dentro da sala, e será fácil para nós, tendo em conta que estão trinta e seis (36) pessoas na sala, menos cinco (5) pessoas, são trinta e um (31) votos a favor.

Passaríamos ao **Ponto n.º 1.2**, Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.

Os Srs. Deputados que desejarem intervir sobre estes assuntos, agradecia que pedissem para se inscrever. Portanto, temos quatro (4) inscritos. Portanto, eu irei dizer os nomes: Sr. Coronel José Valdoleiros, António Santana, Cristina Vieira e Patrícia Vieira.

Daria a palavra ao Sr. Coronel José Valdoleiros.

--- **José António Valdoleiros(PS)** ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, camaradas membros da Assembleia Municipal, Marcoenses, comunicação social:

O que me traz cá a falar nesta pequena intervenção tem a ver com um processo que decorre na Câmara Municipal, relativamente a um ato ilícito que decorreu na mesma, com um guarda municipal. A questão que eu levanto é a seguinte: como é que foi possível, durante tantos anos, ocorrer desvio de verbas? Como é que é possível não haver normas de controlo interno que obstassem a que este ato ilícito ocorresse durante quatro (4) anos e meio, quase? E como é que é possível que na decorrência do auto não haja um inquérito – que eu tenha conhecimento – a entidades que eventualmente deveriam ser responsabilizadas por este ato ilícito, nomeadamente pela não intervenção em tempo oportuno, dando pela falta das importâncias – que foram milhares – relativamente ao desvio que foi feito.

Isto decorre, como disse, de alguma falta de cuidado do modo como são transportados e como são controlados os dinheiros que são enviados pelas Piscinas Municipais, e aqui no Gabinete do Município, verbas que efetivamente são canalizadas através das entidades.

Pela leitura do relatório final verifica-se que este inquérito enferma de alguns erros. E enferma de alguns erros porque parece que está tudo apontado para se responsabilizar a Polícia Municipal, quando há numa cadeia intermédia, nomeadamente na Tesouraria e no Departamento Financeiro, responsabilidades próprias na falta de controlo daquilo que aconteceu.

E é curioso, porque quem tem o cuidado de ler este relatório verifica o seguinte, e eu passo a citar: diz o arguido que pegou uma vez, e como ninguém descobriu, continuou. Como é que é possível, durante um ano, haver um desvio de mais de onze mil euros (11.000€), e não ser dado



por ele? Isto, há responsabilidades objetivas dos serviços financeiros e da Tesouraria, e não vejo ser investigados e ser inquiridos os elementos que foram aportados, ou que deviam ser aportados e chamados à razão sobre este assunto.

Em relação a este pequeno pormenor – que é um grande pormenor – vamos encaixar aqui naquilo que nós todos votamos, que é o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Nesse Plano, estão lá mencionadas as entidades intervenientes, as entidades, desde os quadros intermédios até ao topo, para se aquilatar se há alguma prática menos correta que deve ser objeto de cuidado. E aqui, eu interrogo o Sr. Presidente da Câmara, que é o seguinte: esse Plano obriga a que se faça um relatório anual daquilo que foi feito, ou que não foi feito, ou que foi corrigido, ou não corrigido, desde a sua aprovação. À Assembleia Municipal, que eu me recorde, nunca foi presente esse plano e esse relatório anual. Quer dizer que nada se fez, o que vem confirmar e infirmar cada vez mais que neste auto que está feito relativamente ao desvio destas importâncias, há responsabilidades objetivas dos departamentos respetivos. Isso é que devia ser inquirido.

E se vamos avançar mais no tempo, íamos para outra questão: há uns anos atrás, em data que não posso precisar, o Partido Socialista lembrou, e muito bem, que devia ser instalado na Câmara um Gabinete de Auditoria Interna, na dependência direta do Sr. Presidente. Para quê? Para o apoiar em situações que pudessem, efetivamente, obstar a isto. Se houvesse um Gabinete de Auditoria Interna, provavelmente os setores eram auditados, e o Sr. Presidente podia tomar decisões que, efetivamente, evitassem estes problemas. Nada foi feito. Mas, curiosamente, mais para a frente, vamos ver – quem leu o Orçamento que vai ocorrer – vamos verificar que se fala, nas macros, em auditoria interna.

Era isso que eu aqui falava. Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado António Santana.

--- **António Santana (Presidente J.F. Marco, PPD/PSD)** ---

Bom dia a todos. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Assembleia, Sra. Secretária e Sr. Secretário, caros deputados, Marcoenses e comunicação social:

Eu gosto, tal como tenho a liberdade de quando entender que devo criticar, criticar quem tem que tomar decisões, também gosto muito de agradecer quando as minhas solicitações são satisfeitas. E por isso, eu queria dirigir-me ao Sr. Presidente da Câmara para lhe agradecer a intervenção que fez, porque na última Assembleia onde estive presente solicitei que fossem colocados dois (2) postes de iluminação na Avenida Adelino Amaro da Costa, e verifiquei que na semana seguinte estavam colocados. Portanto, foi uma boa intervenção, que agradeço.

Solicitei-lhe também que interviesse junto da Direção Regional de Cultura do Norte para desbloquear o processo que temos há muito tempo pendente, da Capela Mortuária do Freixo; sei que fez a intervenção, e sei que o processo está desbloqueado. Portanto, embora não seja exatamente aquilo que queríamos, mas quero agradecer, e acho que nunca é demais agradecermos quando as pessoas estão disponíveis para nos ajudar.



Já agora, também gostaria de lhe perguntar quando avança a construção do Parque Polidesportivo de Rio de Galinhas, que sei que está planeada a obra e que está pronta para avançar, e eu gostaria de saber quando avança.

Queria sugerir-lhe a criação de uma rotunda na Avenida dos Bombeiros Voluntários, junto à Ponte de Canaveses, porque aquela zona tem demasiada pressão de trânsito, e quando chega ao fim do dia há muito trânsito naquela rua, e se calhar, criando uma rotunda naquela zona, seria uma boa solução.

E também, já agora – e para terminar – Sr. Presidente, nesta intervenção que quis fazer, acho que também já temos tempo suficiente para resolvermos de uma vez por todas a questão do património da Junta de Freguesia do Marco, e por isso, eu gostaria de na próxima semana, se lhe for possível, ter uma reunião para resolvermos este assunto, e terminarmos de vez com isto, para encontrarmos as melhores soluções, que vão ao encontro e que satisfaçam as várias associações e os nossos fregueses.

Era só isso. Muito obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra à Sra. Deputada Cristina Vieira.

--- **Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS)** ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, caros secretários da Mesa, caros colegas da Assembleia Municipal, comunicação social, estimado público:

Duas (2) questões: tarifa social da água: o Sr. Vice-presidente disse ontem ao Jornal A Verdade que neste momento não temos qualquer condição de modificar a estrutura tarifária. O que eu gostava de saber é se, de facto, houve alguma negociação com as Águas do Marco, atendendo que a criação da tarifa social é sempre possível, tendo que, contudo, existir uma compensação por parte da Câmara Municipal, mediante aquilo que está estipulado no contrato de concessão. Por isso, eu gostava de saber se houve esse processo negocial, e o que é que serviu de base para tais afirmações do Sr. Vice-presidente em relação a este assunto.

Segunda questão: a Assembleia de Freguesia de Soalhães aprovou, no dia 2 de agosto de 2016, uma proposta que remeteu à Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, para que a Câmara Municipal, no fundo, tomasse em conta aquilo que eram os considerandos da Assembleia de Freguesia em relação ao facto de no investimento que estão a fazer, de cerca de seiscentos mil euros (600.000€), na Escola EB1 de Eiró, essa escola não ter uma cozinha – ou seja, tem apenas refeitório. A pretensão da Assembleia de Freguesia era que nesse espaço que existe, e que está disponível, se construísse uma cozinha, e essa construção era sustentada num conjunto de argumentos apresentados, nomeadamente o aumento da qualidade das refeições, o incremento da economia local (as mercearias, o talho, as padarias, onde poderíamos adquirir os géneros alimentares), e nomeadamente também manter os postos de trabalho das assistentes operacionais. Como vos digo, não faz qualquer sentido um investimento de seiscentos mil euros (600.000€) numa escola que vai servir toda a comunidade do 1.º ciclo, não havendo vontade – que foi demonstrada por parte do Executivo da Câmara Municipal – em construir nesse



equipamento uma cozinha. Não recebemos qualquer resposta a esta proposta que apresentámos à Câmara Municipal, e gostaria de saber se nos vão responder.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra à Sra. Deputada Patrícia Vieira.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Muito bom dia a todos. Os meus cumprimentos à Mesa, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, Sr. e Sra. Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, membros aqui presentes da Assembleia Municipal, público aqui presente, e público que nos ouve através da Rádio Marcoense, muito bom dia a todos.

Portanto, começarei por ler um voto de pesar à Mesa:

"Tendo falecido no passado dia 18 de novembro de 2016 o Sr. Diamantino José de Sousa Moreira, ex-funcionário desta autarquia, onde desempenhou com exemplar dedicação os cargos que lhe foram atribuídos, propõe-se a aprovação de um voto de pesar a ser enviado à família enlutada.

*Marco de Canaveses, 26 de novembro de 2016,
Os Proponentes"*

Vai ser subscrito por todos os Grupos Parlamentares.

Bem, o que me traz hoje aqui consiste essencialmente num pedido que vou fazer a esta Câmara – na pessoa, evidentemente, do Sr. Presidente – fundamental à criação de um projeto ou uma realidade futura.

Sr. Presidente, no mundo inteiro, milhões de pessoas vivem o diagnóstico do cancro, e no Marco de Canaveses é uma realidade assustadora. Um estudo recente revela que no IPO do Porto eram tratados um número muito elevado de doentes, em comparação com outros concelhos da região norte. A investigação constante numa área de intervenção tão importante como o cancro é inquestionavelmente necessária. Cada vez se sabe mais sobre as suas causas, sobre a forma como se desenvolve e cresce, ou seja, como progride.

A Liga Portuguesa Contra o Cancro assume-se como uma entidade de referência nacional no apoio ao doente oncológico e à família, na promoção da saúde, na prevenção do cancro e no estímulo à formação e investigação em oncologia. Atrevo-me a perguntar: quantos de nós aqui presentes, ou os que nos ouvem, já passaram, ou passam, por este flagelo, com familiares, amigos, colegas de trabalho, direta ou indiretamente?

Posto isto, os voluntários que recentemente estiveram na autoria e na efetivação do evento solidário "NightRun" meteram os pés ao caminho, e no passado dia, reuniram com o Dr. Vítor Veloso, Presidente da Direção do Núcleo Regional do Norte, com uma missão: criar uma Delegação da Liga Portuguesa Contra o Cancro em Marco de Canaveses. Inevitavelmente, terei



de divulgar que foi com todo o carinho que fomos recebidos, e passo a citar as palavras proferidas pelo Dr. Vítor Veloso: “É com grande agrado, quer pessoal, quer institucional, que dou todo o apoio a esta iniciativa, e devo confessar que há muito aguardava esta iniciativa do povo de Marco de Canaveses.”

Sr. Presidente, esta iniciativa é já abraçada por muitos voluntários, e acreditamos que muitos mais o serão. Acreditamos também que a abertura desta Delegação em Marco de Canaveses, única na região do Baixo Tâmega e Sousa, e numa perspetiva de maior aproximação no apoio ao doente oncológico e à família, na prevenção, no estímulo à formação e à investigação em oncologia, será necessariamente uma mais valia ao Concelho de Marco de Canaveses, e quem sabe aos concelhos limítrofes. Mas para isso, Sr. Presidente, precisamos do apoio do município, que numa fase inicial apenas se circunscreve a um pequeno espaço que funcionaria como sede da delegação, propriedade do município, cedido de forma gratuita, um local central na cidade e de fácil acesso de locomoção. Sr. Presidente, sabemos que o Fórum XXI dispõe ainda de espaços. Claramente que deixamos a apreciação do local a quem de direito, e sublinhamos que sem este apoio não será possível avançarmos com esta iniciativa. Certos dos seus bons ofícios, o nosso muito obrigado.

Para finalizar, dava conta de uma intervenção que tive em tempos acerca da constituição das turmas da Escola Básica n.º 1 de S. Sebastião, em Penhalonga. Obtiveram os pais, através da reclamação que havia sido feita em tempos, uma informação que eu devo tornar pública, da DGEstE, que diz, numa parte final, e passo a citar: *“Acréscce ainda ao facto que quanto ao número de salas existentes na escola supracitada, esta só tem três salas de aula com dimensões exigíveis para acolher as turmas aprovadas. Qualquer intervenção para criar condições de construção de mais salas obriga a uma ampliação do edifício nas atuais instalações, que carece de tempo de execução e de disponibilidade financeira a quem de direito.”* Portanto, só vem efetivamente confirmar que a problemática sobre todo o tema se deve essencialmente, ou exclusivamente, à falta das obras. Também no Orçamento conseguimos verificar que o valor atribuído a esta escola é manifestamente escasso para aquilo que se pretendia, pelo que não vislumbramos que esta obra possa efetivamente ser realizada por responsabilidade exclusiva deste Executivo.

Muito obrigada. Bom dia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Executivo, para dar os esclarecimentos que achar oportunos.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes e comunicação social:

Começando, então, por responder às interpelações e às questões colocadas pelos Srs. Deputados, começando pelo Sr. Deputado, Coronel José António Valdoeiros. Começo por lhe dizer que, naturalmente, estamos muito penalizados e tristes pelo facto de um colaborador nosso – neste caso, um agente da Polícia Municipal – ter tido o comportamento que se veio a saber – tarde de mais, reconhecemos também com toda a verdade – de desvios de dinheiros que são públicos. Ficámos, na altura, bastante apreensivos com o que se passou, e também tenho que o



confessar, em abono da verdade, como humanista que sou, que fiquei profundamente triste por ter levado à Reunião de Câmara Municipal a proposta de demissão de um membro desta nossa casa comum; preferia que nada tivesse existido para nunca ter que tomar essa iniciativa. Mas, não me restava alternativa, mesmo sabendo (como viemos a saber) que a pessoa tinha – pelos vistos, e tem – problemas de ordem pessoal, familiar, que de algum modo levaram a essas atitudes, que são condenáveis em todos os planos.

Da nossa parte, fizemos aquilo que se impunha, desde a abertura do processo disciplinar, que concluiu-se com a demissão, aprovada pela Câmara Municipal, que já foi publicada no Diário da República, e também a comunicação ao Ministério Público dos factos, e que, naturalmente, também irá haver o seu respetivo desenvolvimento, que o irá, seguramente, penalizar. De resto, esse processo que comunicámos à Judiciária já está a ter os seus desenvolvimentos.

O que é que levou a nós – tarde, é verdade – descobrimos que havia desvios por parte desse Polícia Municipal? Foram, exatamente, as normas de controlo interno, que estão neste momento a funcionar, penso que de forma eficiente e eficaz, e também dentro daquilo que tem sido a nossa atitude, de procurar observar e fazer cumprir aquilo que é o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Procuramos, mas como devem imaginar, isto tem que ser uma responsabilidade assumida por toda a estrutura, por toda a organização. E nesse sentido, temos feito essa pedagogia junto dos nossos colaboradores, para que, realmente, possamos todos ser dignos das responsabilidades autárquicas de que estamos investidos, desde o mais simples colaborador até, naturalmente, ao Presidente da Câmara Municipal. E é assim que queremos continuar até ao último dia do nosso mandato. Mas, não estamos livres de que as coisas não sejam sempre assim; não estamos livres, como, realmente, se verificou no caso vertente.

É evidente que os próprios responsáveis do Departamento Financeiro, Económico e Social ficaram também mais conscientes desta situação, e julgo que temos os instrumentos, neste momento, indispensáveis a prevenir futuras situações. E com esta chamada de atenção, julgo que estamos, naturalmente, mais atentos para evitar situações semelhantes no futuro. E é essa a nossa atitude e a nossa responsabilidade.

Diz o Sr. Deputado, Coronel José António Valdoleiros, do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também se justificaria todos os anos haver um relatório. Concordo. Concordo. Está bem, concordo; admito que não tenha estado a acontecer, mas iremos tentar também colmatar essa lacuna.

E suponho que sobre isto, disse o essencial daquilo que, em bom rigor, podemos e devemos dizer, procurando ser autênticos na informação que estou a prestar à Assembleia Municipal. Mas, como digo, e repito com toda a convicção do meu ser, que lamento muito que tal tenha acontecido, e que esse Polícia Municipal, que ainda é jovem, que tem um problema grave de saúde – devo dizer que foi das coisas mais dolorosas que tive que fazer, levar a proposta de demissão da função pública, ou desta casa comum, que é a Câmara Municipal. Tenho que o dizer aqui, com toda a autenticidade, porque sabem os meus colegas da Vereação, e os meus colaboradores mais próximos, que foi para mim muito doloroso, mas tive que o fazer em consciência.



Em relação à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Marco, António Santana, agradeço, naturalmente, as referências que fez àquilo que vamos procurando também fazer todos os dias, para irmos encontrando as parcerias necessárias, e tentando dialogar institucionalmente com todas as entidades – eu costumo dizer, não é só acima de nós; acima de nós, ao nosso lado e abaixo de nós, porque é nesta parceria, diria nesta placa giratória, que nós temos que continuar a servir a nossa terra, e tentar desbloquear, e tentar corresponder àquilo que são as ambições e as necessidades da nossa população, das nossas freguesias e do nosso município no seu todo. E por isso, fizemos sempre com todo o empenho, e com toda a determinação.

Em relação à construção do polidesportivo junto à Escola da Barroca, para servir também a freguesia, a nossa vontade é que essa obra ainda possa arrancar até ao final do ano. Não sei se isso já será possível, uma vez que estamos a pouco mais de um mês do final do ano, mas temos essa vontade. Temos o assunto, neste momento, a ser preparado nos serviços técnicos, o procedimento, para que a obra possa ser, naturalmente, iniciada o quanto antes, porque essa é uma obra que vai ficar seguramente pronta nos primeiros meses de 2017.

Quanto à construção de uma rotunda, ali junto – pode-se assim dizer – ao entroncamento entre a Avenida dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses com a Rua do Futebol Clube do Marco, devo dizer que já há muitos anos que nós propusemos, na altura, às Estradas de Portugal, fazer, tanto do lado de Sobretâmega, como do lado do Marco (na altura, Fornos), de facto, duas (2) – até chegámos a pôr a hipótese de até serem três (3), mas duas (2) seguramente – duas (2) rotundas para também fazer um melhor ordenamento, e ao mesmo tempo tornar o trânsito mais fluido, mas não tivemos ganho de causa. As Estradas de Portugal não deram essa luz verde, e ao mesmo tempo não quiseram também partilhar connosco essa responsabilidade da execução dessa obra, que era uma obra cara. Inclusive havia até consultores técnicos que nos diziam que seria bom até, para esse efeito, para que tudo pudesse ter maior eficiência e eficácia, que até se poderia pôr a hipótese de alargar a ponte. Eu aí fiquei com dúvidas, porque não é que não fosse útil, era seguramente útil, ficar com duas (2) faixas de rodagem nos dois (2) sentidos ajudava-nos também, seguramente, porque sabemos do movimento que temos, de entrada e de saída aqui na cidade pela Ponte de Canaveses. Mas, na altura, dissemos que o importante era tentar resolver os problemas da entrada e saída da cidade, e nas duas (2) margens do Tâmega. Não foi, realmente, aceite. E em função disso – porque há também a jurisdição das Estradas de Portugal (agora Infraestruturas de Portugal), e tivemos que ficar, naturalmente, com a situação atual.

Podemos, entretanto, insistir nesta ideia, a ver se conseguimos, porque eu acho que faz sentido, porque, de facto, eu próprio sou testemunha ocular do trânsito que ali congestionava, particularmente nas horas de ponta – ao fim do dia, então, é um caos. É um caos, eu reconheço isso, e por isso, naturalmente, concordo com a sugestão do Sr. Presidente da Junta do Marco, António Santana, para que isso possa acontecer. Faremos as nossas diligências para que isso possa acontecer, e a Câmara está aberta a partilhar essa obra, como não podia deixar de ser.

Em relação à intervenção da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, Dra. Cristina Vieira, sobre a questão da tarifa social da água, vou dar a palavra depois – se assim o Sr. Presidente autorizar – ao Sr. Vice-presidente, uma vez que já teve oportunidade de falar à



comunicação social, porque fomos interpelados sobre essa matéria, e ele, naturalmente, falará sobre o assunto, responderá a esta matéria.

Quanto à Escola EB1 de Eiró(Soalhães), que nós não respondemos à missiva da Assembleia de Freguesia: Sra. Presidente, nós fizemos muito mais do que isso; nós estivemos, a seu convite, numa reunião que era para ser com a Assembleia de Freguesia, mas depois parece que não houve a convocação formal da mesma, e manifestámo-nos disponíveis para tal, foi uma reunião informal com os membros da Assembleia de Freguesia, em que levámos também a acompanhar – estive eu, a Sra. Vereadora com a área da educação, Dra. Gorete Monteiro, estiveram também técnicos da Câmara, onde estivemos a procurar esclarecer que a Escola EB1 de Eiró, em Soalhães, que está a ser alvo de um investimento de mais de seiscentos mil euros (600.000€) – não são cerca, são mais de seiscentos mil euros (600.000€) – é uma obra importantíssima de requalificação e ampliação, uma vez que é a escola que vai ser a escola de referência da freguesia, para acolher outras escolas que, entretanto, fruto da diminuição da população escolar, vai acolher. Mesmo assim, não tanto quanto seria desejável, e não foi tarefa fácil obter a anuência e o parecer favorável e obrigatório para termos acesso a alguns fundos comunitários, que é apenas e tão só cento e setenta e cinco mil euros (175.000€) – cento e setenta e cinco mil euros (175.000€) – dos seiscentos e tal mil euros que a Câmara Municipal vai investir nesta escola, e bem, e é com muita convicção que o estamos a fazer. E entendemos, de acordo com o que se passa, que o Jardim de Infância de Eiró tem uma cozinha capaz para poder responder às necessidades da Escola EB1 de Eiró, e de outras que ainda estão a funcionar, e jardins de infância, e foi por isso que achámos que ali poderia existir apenas a copa e refeitório para o efeito. Julgo que nada obsta, se o futuro o determinar – e eu admito que sim, e mais do que isso, eu desejo que sim, que haja aumento de natalidade, como já está a haver sinais nesse sentido há cerca de dois (2) anos, o que é bom para Portugal e também para a nossa região e para o nosso concelho – que no futuro possa haver, naturalmente, mais alguma ampliação, para que depois se transforme a copa em cozinha. Neste momento, dada a informação e os dados que temos da população escolar que vai frequentar aquela escola, e tendo, realmente, a funcionar, e bem, uma cozinha no Jardim de Infância de Eiró, não se justificaria estar a duplicar, com uma segunda cozinha para o efeito, para servir as escolas de Soalhães.

Sra. Deputada, Dra. Patrícia Vieira, não posso estar mais de acordo com o que disse. Eu podia ficar por aqui, estamos todos de acordo. Esta é uma causa, é a causa da vida, da defesa da vida, da dignidade humana. E honro-me muito, com os meus pares, desde sempre, e desde o primeiro minuto em que estou nesta missão também, de partilhar ao longo de todo o concelho, primeiro das trinta e uma (31) freguesias, hoje das dezasseis (16) freguesias, com as Juntas de Freguesia, com tantas instituições, com simples cidadãos que voluntariamente se têm manifestado disponíveis para tantas iniciativas, desde almoços, jantares, e outras iniciativas – como também foi agora esta dos Resistentes em Terras de Cármen Miranda, do IPO, que aconteceu no domingo passado, também com a colaboração da Junta de Freguesia do Marco e outras instituições de cidadãos da nossa terra, que foi uma iniciativa muito louvável a todos os títulos, durante todo o dia, de defender e tentar arranjar meios financeiros para a Liga Portuguesa Contra o Cancro e a sua delegação no norte (sedeada no Porto, como é óbvio). E tenho muita honra também, neste ano em que se celebraram setenta e cinco (75) anos da Liga Portuguesa Contra o Cancro, em que o Sr. Presidente da Delegação do Porto da Liga Portuguesa Contra o Cancro, Dr. Vítor Veloso, que bem conheço há tantos anos, quando era Governador Civil, e que com ele partilhei tantas iniciativas, como Governador Civil, ao longo de



todo o distrito, devo dizer que, efetivamente, tive muita honra de levar à Câmara, que aprovou por unanimidade, a distinção com uma Medalha de Mérito Municipal – Classe Ouro, da Liga Portuguesa Contra o Cancro, e em especial a nossa delegação; e ele, este ano – porque é assim, em *roulement*, os Presidentes das delegações são também Presidentes da própria Liga a nível nacional, em *roulement*, que está a acontecer, que é o atual Presidente, já há muitos anos, Dr. Vítor Veloso, que é também o Presidente da Liga a nível nacional, continuando a ser da nossa Delegação aqui no Porto.

Por isso, criar uma delegação no Marco de Canaveses, excelente. Excelente. Posso dizer pela terceira vez, excelente. Três (3) vezes excelente. Vamos, com certeza colaborar no encontro do espaço para que essa delegação funcione, funcione bem, e possa ser mais um contributo na defesa da vida, da dignidade humana, no combate com sucesso, que nós desejamos, ao cancro, que continua a campear cada vez mais em Portugal, na Europa e no mundo, e que também nos afeta muito na nossa região e no nosso concelho.

Quanto à questão colocada sobre a Escola EB1 de S. Sebastião, também dava a palavra à Sra. Vereadora, Dra. Gorete Monteiro –se o Sr. Presidente autorizasse – porque ela própria esteve também em nossa representação(da Câmara) numa reunião com os pais, na DGEstE, onde esse assunto foi escalpelizado, onde já explicámos isso à Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo, que esta Câmara teve sempre a vontade de procurar colaborar, e até ampliar a escola, mas não tivemos esse ganho de causa, porque o parecer não era favorável para o efeito, e que o número de alunos não justificava, e que a atual escola tinha capacidade para responder. Mas, a Sra. Vereadora poderá complementar com as informações que tem também na sua posse.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Se pudesse, então, ser o Vice-presidente e a Sra. Vereadora, agradecia.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Então, com a anuência desta Assembleia, eu daria a palavra. Faríamos no fim, se fosse possível, se não se importasse. Obrigado. Então, com a anuência desta Assembleia, eu daria a palavra ao Sr. Vice-presidente para dar os esclarecimentos necessários.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Bom, então, muito bom dia a todos. Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, os meus colegas vereadores, os Srs. Deputados Municipais, Presidentes de Junta, público que nos acompanha no Salão Nobre e pelos meios de comunicação, à comunicação social, muito bom dia a todos.

Vou tentar, então, complementar a informação do Sr. Presidente da Câmara.

Dra. Cristina Vieira, Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, colocou a questão relativamente à existência, ou não, de tarifário social na água, e relativamente às minhas declarações à comunicação social. Devo dizer o seguinte: o tarifário social, na prática, corresponde a uma situação em que, em função de critérios –no caso da água e do saneamento – de natureza meramente económico-financeira ou de dimensão do agregado familiar, uma vez que o tarifário da água e do saneamento tem escalões em função do volume de água



consumido, remete para que se crie uma condição de diferenciação em que determinada faixa da população pagará uma tarifa mais baixa relativamente ao tarifário normal. Ora, como nós sabemos – e é sempre esse tipo de raciocínio que devemos seguir nestas coisas – no Marco de Canaveses, infelizmente, continuamos com uma situação de litígio judicial com a concessionária, exatamente por causa de uma alteração que a Câmara Municipal unilateralmente introduziu no tarifário das águas, que passou a vigorar a partir do ano de 2008. Recordo que tudo isto foi iniciado a partir de uma proposta de atualização do tarifário que a empresa das águas apresentou para vigorar no ano de 2006, em que a proposta de atualização desse ano era apenas de aumento de quinze por cento (15%), genérico para todas as tarifas em vigor no município. Lembro que, nessa altura – para os que ainda se recordarão – a Câmara Municipal não só não aprovou esse tarifário, como colocou à consideração da concessionária um tarifário alternativo – não a estrutura mas os valores; mantivemos todas as taxas, todos os escalões, não mexemos na estrutura do tarifário, apenas mexemos nos valores das tarifas. E nesse sentido, nós colocámos, para prática imediata nesse ano, uma tarifa que, apenas para exemplo, era à altura já a proposta para o ano de 2006 – só para termos uma referência – a proposta para o ano de 2006, para o primeiro escalão de água, há dez (10) anos atrás, era de sessenta cêntimos (0,60€). Recordo que, neste momento, a tarifa que está em vigor, no ano de 2016, é de sessenta e três vírgula seis cêntimos (0,636€) – porque nós baixámos o tarifário, e é bom que se tenha isso presente.

Na sequência, então, dessa modificação do tarifário, a Câmara foi colocada em Tribunal Arbitral, tribunalesse que veio posteriormente a proferir uma sentença, da qual a Câmara recorreu (como é bem conhecido), e que por força, exatamente, dessa alteração de redução do tarifário, houve a necessidade de, na ótica da concessionária, promover aquilo a que chama o reequilíbrio económico-financeiro. E isso levou a uma condenação do município – e volto a dizer, da qual o município recorreu – de dezasseis milhões de euros (16.000.000€). De lá para cá, o processo tem-se mantido em conflito jurídico. E portanto, não há condições – foi exatamente isso que eu disse – não há condições para promover nenhuma alteração à estrutura do tarifário, porque nesse caso, a alteração era mais profunda ainda: nós não só íamos mexer no valor da tarifa, como temos que introduzir naquele documento (que ele não está previsto) – quando a Câmara, no mandato de 2001-2005, decidiu concessionar o sistema de água e saneamento no Marco de Canaveses, não previu nessa altura, na tal estrutura tarifária, nenhuma tarifa social. Portanto, uma alteração que possa vir a ser feita – e mais uma vez digo, como digo à comunicação social – com a qual eu concordo, com a qual eu concordo, e volto a referir, neste caso, das tarifas de água e de saneamento, como há escalões, a tarifa social tem que ter uma inclusão de um aspeto que remete para a dimensão do agregado familiar, porque é claro que uma família com cinco (5) ou seis (6) pessoas consome mais água do que uma família de dois (2) ou três (3), independentemente de cada um consumir a mesma coisa, mas o agregado familiar é maior. Enquanto, por exemplo, para termos uma ideia, relativamente à tarifa da energia – que é uma boa referência – se nós estamos neste espaço, os candeeiros que estão ligados gastam o mesmo, independentemente de estarem nesta sala cinco (5) pessoas, dez (10) ou vinte (20); mas, se nós formos à casa de banho todos, e descarregarmos o autoclismo, ou bebermos um copo de água, o que se consome é proporcional ao número de pessoas que lá vai, ou que utiliza o bem. Pronto, é essa a razão pela qual a tarifa de água e saneamento, na componente social, tem um vetor que remete para a dimensão do agregado familiar.



E portanto, foi isso que eu disse à comunicação social, que volto aqui a dizer: não há condições, neste momento, relativamente ao conflito jurídico que há entre a Câmara (concedente), e a empresa (concessionária) que explora e gere o sistema de água e saneamento, de neste momento alterar a estrutura tarifária e incluir essa tarifa. Foi isso que eu disse, e que mantenho.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Daria, então, a palavra à Sra. Vereadora, para dar respostas. E como já ultrapassámos o tempo, agradecia que fosse o mais breve possível.

--- Gorete Monteiro (Vereadora) ---

Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa, Sr. Presidente, colegas vereadores, caros e caras deputadas, comunicação social e público.

Relativamente à questão colocada pela Sra. Deputada Cristina Vieira, o Sr. Presidente já respondeu. Portanto, como disse, nós fizemos muito mais do que responder à questão colocada, e às preocupações colocadas por parte da freguesia, e da Assembleia de Freguesia, deslocando-nos pessoalmente –eu e o Sr. Presidente da Câmara – para uma sessão de esclarecimento, no dia 13 de julho, às vinte e uma horas (21h00); quando até teria sido solicitado apenas um técnico, entendemos que deveríamos estar presentes também para esse cabal esclarecimento junto da Junta de Freguesia e dos elementos da Assembleia de Freguesia que lá estiveram. Inclusive lá foi até referenciado várias vezes pela Sra. Presidente da Junta as diversas respostas recebidas por parte da Câmara Municipal – sempre as mesmas, que até disse, e eu disse que mostra, pelo menos, que há coerência naquilo que eu transmito nas informações – por parte da Câmara Municipal, relativamente a essa questão. Agora, diferente de ter resposta ou não ter resposta, poderá ser não ter a resposta que gostaríamos de ter. Isso é que poderá ser a diferença. Provavelmente foi isso que aconteceu, e que levou a esta manifestação de não resposta.

No que diz respeito à intervenção da Sra. Deputada Patrícia Vieira, em relação à Escola de S. Sebastião, julgo que tudo já foi devidamente esclarecido nos diferentes órgãos, quer aqui, na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal, no Agrupamento, nas escolas, na própria DGEstE, onde estiveram inclusivamente, quer os representantes da Junta de Freguesia, quer o representante dos pais. Inclusive foi também dado conhecimento a todos da correspondência trocada, das solicitações efetuadas por parte da Câmara Municipal, inclusive para a ampliação, construção da sala de aula, a solicitação de que durante o período da requalificação, ou da ampliação da escola, a escola funcionasse na EB1 de Piores(S. Sebastião n.º 2), tudo isso foi trocado. Portanto, desconheço o documento a que a Sra. Deputada aqui fez referência, que foi uma resposta da DGEstE aos pais; desconheço, não tive conhecimento do mesmo. De qualquer forma, citando apenas um parágrafo, ou uma linha do documento, sem qualquer enquadramento, qual foi a questão colocada, ou o porquê dessa resposta, ou o restante teor, com o devido respeito, e salvo melhor opinião, não me merece qualquer tipo de resposta, porque eu só posso responder sabendo qual foi a questão colocada, com conhecimento do documento, para poder emitir uma opinião, para poder emitir uma posição da Câmara Municipal, e eventualmente até um esclarecimento à entidade, se há, de facto, alguma troca, ou informação contraditória, entre aquilo que é dado à Câmara Municipal, e que foi feito chegar aos pais.



Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Sr. Deputado José António, para um pedido de esclarecimento. Daria, de seguida, à Sra. Deputada Cristina Vieira.

--- José António Valdoleiros (PS) ---

Sr. Presidente da Assembleia, escuso os habituais cumprimentos.

Eu só queria pedir um esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara, que era o seguinte: o Sr. Presidente da Câmara abordou o tema que eu apresentei, mas não me respondeu concretamente se teria avançado, ou não, com algum processo de inquérito, ou de averiguação, aos elementos que constam dos autos, e aos serviços que não cumpriram diligentemente as suas funções. Esse é um caso que me parece de reflexão.

Por outro lado, deixo aqui um alerta: percebi que o processo já estaria a decorrer em termos criminais; a Câmara, ao não atuar desta maneira – e mesmo que atuasse – pode ser objeto, decorrendo da análise, da investigação que é feita a nível do Ministério Público, podem ser emitidas certidões para que a Câmara possa ser ouvida, e até ser objeto de uma sindicância. É só um alerta que eu aqui deixo.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu antes de lhe dar a palavra, daria a palavra à Sra. Deputada Cristina Vieira, e assim respondia aos dois (2), se não se importa, se for caso para responder, ou se for outro dos seus elementos.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Sr. Presidente da Câmara e Sra. Vereadora, só porque percebi que responderam à minha pergunta, e não responderam aquilo que eu quis, de facto, porque não há resposta. A Sra. Vereadora disse, e muito bem, que foram a uma reunião a Soalhães, convidados por nós, no dia 13 de julho de 2016, em que levaram a arquiteta para explicar aos membros da Assembleia de Freguesia – que foram convocados informalmente para aquela reunião, uma reunião técnica de trabalho, porque nós não tínhamos tido acesso de forma, diríamos, tão exemplar, e até tão minuciosa, sobre o projeto da escola – ficámos devidamente esclarecidos, e já na altura pusemos algumas questões técnicas à Sra. Arquiteta e à Câmara Municipal. E depois, sim, *a posteriori*, no dia 2 de agosto – ou seja, depois do dia 13 de julho – a Assembleia de Freguesia reuniu, fez uma proposta que chegou à Câmara Municipal, escrita, acompanhada da ata, e se, de facto, o Executivo da Câmara Municipal diz que respondeu, como hoje a reunião vai ser demorada, eu faço questão de levar cópia dessa resposta, em mão, à Assembleia de Freguesia de Soalhães.

E dizer, Sr. Presidente, que é de muito mau grado dizer, quando se responde, e de facto, não se responde, porque o que está aqui em causa é uma não resposta, ao órgão máximo da Freguesia de Soalhães.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Sr. Presidente, caso ele queira responder.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito bem, muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes.

Não, nós estamos preparados para este ano eleitoral, que está a viver-se já, e por isso, devo dizer que não temos nenhum problema, porque temos a nossa consciência tranquila, do trabalho, do empenho, da dedicação que temos tributado à nossa terra desde há onze (11) anos e dois (2) meses. Estamos perfeitamente conscientes da nossa missão, e assim queremos continuar com a mesma intensidade, a mesma vontade, até ao último dia da nossa responsabilidade autárquica neste mandato.

Dizer-vos que, da nossa parte, e em resposta ao Sr. Deputado, Coronel José António Valdoleiros, que os serviços detetaram a situação, agimos em conformidade, o funcionário foi demitido, está comunicado o assunto ao Ministério Público. Da nossa parte, em consciência, considerámos que fizemos aquilo que nos cumpria. Honestamente, não sou daqueles que partilhe a “caça às bruxas”. Pessoalmente, não partilho a “caça às bruxas”. Conheço a história, ela existe na humanidade ao longo dos séculos, e há de continuar a existir para além de nós. Eu, por mim, não me sinto bem nesse papel, de “caça às bruxas”. E como tal, procurei junto de todos os colaboradores que têm responsabilidade dentro do Departamento Financeiro, Económico e Social, perante uma situação grave, que não minimizamos, para que pudéssemos ainda estar mais vigilantes, para evitar situações que possam ocorrer no futuro. E assim espero que continue a acontecer para além deste mandato, para além de nós. De resto, temos os instrumentos – como disse há bocadinho, e repeti à saciedade – do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal, e temos também as normas de controlo interno, que nem sempre são fáceis de observar na íntegra, e que têm criado até alguma incomodidade no funcionamento dos serviços, e até, às vezes, desmotiva alguns colaboradores, porque dizem que nós estamos a ser demasiado exigentes, com tanto papel, com tanto pedido de informação, com tanto controlo – esta é que é a verdade, e se calhar muitos dos que aqui estão, que provavelmente dialogam com os nossos colaboradores, e eles são capazes de já ter tido esses desabafos, mas tem sido esta a atitude, e esta a postura responsável da Câmara Municipal a que me honro presidir. E será assim, mas sempre num espírito proativo, e nunca de “caça às bruxas”.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu gostaria que concluísse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Pronto. Sobre a questão da Escola de Eiró, e da questão de nós não termos dado uma resposta formal à Assembleia de Freguesia: com toda a franqueza, Sra. Presidente da Junta, nós achámos que já tínhamos falado o suficiente, e na presença também dos membros da Assembleia de Freguesia – ainda que não tenha sido uma reunião formal, mas informal, apesar de que na altura que nos disponibilizámos para tal, a senhora tinha-nos convidado para uma reunião da Assembleia; quando lá chegámos é que soubemos que não tinha havido uma



convocatória formal, e a reunião era informal. Demos as explicações, pareceu-nos, na altura, tirando a Sra. Presidente, naturalmente, que não concordou com as nossas informações e com a nossa decisão – mas isso, nós, por mais esforço que façamos, naturalmente, nunca satisfaremos a Dra. Cristina Vieira, pelo menos até outubro de 2017; depois de outubro de 2017, talvez consigamos. Já não serei eu, mas talvez alguém consiga satisfazê-la. E se ela puder, então, estar aqui, por exemplo, nesta Bancada, nem que seja apenas como simples vereadora, de certeza que ela aí já terá uma atitude diferente, e já não será tão exigente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, agradecia que concluísse. Estamos atrasados no tempo, Sr. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

E por isso, da nossa parte – mas se a senhora acha que, efetivamente, há aqui um lapso, há aqui uma falta, nós comunicaremos aquilo que já lhe dissemos, que os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia conhecem todos, nós mandaremos uma comunicação, dentro daquilo que foi a decisão, a opção que foi tomada. E devo dizer-lhe que lutámos muito, e a senhora sabe que é verdade, e isso, a senhora não o sabe reconhecer, que é a obra que está a ser feita, de seiscentos e tal mil euros, numa escola importantíssima, para servir a população escolar daquela freguesia, e que foi difícil obter o parecer da DGEstE para podermos fazer a requalificação e ampliação, e termos apenas os cento e setenta e cinco mil euros (175.000€) de fundos comunitários, dos seiscentos e tal mil que estamos a investir. Essa é que é a verdade; mas a senhora, essa, nunca teve coragem de dizer ali naquele púlpito, que ainda bem que a Câmara está a fazer essa obra, porque a senhora nunca sabe reconhecer nada do que a gente faz, pelo contrário, tenta sempre registar nos seus boletins locais que é tudo obra da freguesia. A Câmara Municipal é um vazio, não existe sequer no nosso território.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Deputada, acho que as respostas estão dadas, não vamos estar aqui num processo de pedidos de esclarecimento contínuos, senão não sairíamos daqui hoje, porque penso que os esclarecimentos iriam ser contínuos.

Eu iria pôr à votação um voto de pesar, apresentado por toda esta Assembleia, na pessoa do Sr. Diamantino José de Sousa Oliveira. Quem vota contra? Quem se abstém? O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Antes de passarmos ao ponto seguinte, eu gostaria de pôr aos Srs. Deputados uma situação do nosso deputado Bruno Ribeiro, que tem a ver com o nosso Regimento. Portanto, o Sr. Deputado Bruno Ribeiro, dentro daquilo que é o Regimento, chegou para além da hora que nós podemos dar o acordo. Portanto, dependerá da anuência desta Assembleia a integração do Sr. Deputado Bruno Ribeiro nos trabalhos desta Assembleia. Portanto, estaria a pedir a vossa autorização para que o deputado Bruno Ribeiro possa integrar os trabalhos. Penso que há uma anuência, pelo vosso silêncio. E portanto, agradecia só que assinasse, para podermos continuar os trabalhos.

Passaríamos, então, ao **Período de intervenção do público**. E portanto, perguntava aos Srs. Municípes que queiram intervir. Portanto, eu iria pedir só o nome aos municípes. Vítor Machado, José Magalhães, e o Sr. Samuel Vieira.



Portanto, eu daria a palavra ao Sr. Vítor Machado. Só para relembrar, terá o tempo de cinco (5) minutos, e será para pôr questões à Câmara.

--- **Vítor Machado (Munícipe)** ---

Bom dia. Queria agradecer a oportunidade. Bom dia ao Sr. Presidente da Assembleia, ao Sr. Presidente do Marco, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa do Bispo – que o problema também está aqui relacionado com essa freguesia – aos demais presentes, vereadores, público, comunicação social.

O que me traz aqui é um pedido – é novo para esta Assembleia que estará aqui presente, mas é um problema de décadas que temos vindo a sentir. Eu sou proprietário de um terreno em Vila Boa do Bispo, e estamos condicionados com um problema de acessibilidades nessa mesma localidade, que confronta entre a Rua de Cavalhões e a Rua de Freixieiro. E o problema é novo nesta Assembleia, ou tem sido novo aqui nas discussões que tenho vindo a fazer com o Sr. Presidente da Junta, mas é um problema de décadas, este é um terreno familiar que já se arrasta desde há muito tempo. O meu avô faleceu em 1991, e eu decidi comprar o terreno, e desde então o meu avô já tinha uma luta para alargar o terreno. É, sem dúvida, um interesse pessoal que eu venho aqui defender, mas além do interesse pessoal, há também um interesse de vários proprietários que estão condicionados por esta mesma acessibilidade; e também acredito que com esta acessibilidade, o interesse público também se manifeste, porque, obviamente, todo aquele espaço, não tendo a disponibilidade de acessos de viaturas, está condicionado. E o que se verifica hoje é que, tal como acontecia com este terreno, aquilo está condicionado ao abandono, está votado ao abandono, porque é impossível fazermos chegar lá as viaturas.

O que é que nós, entretanto, já fomos fazendo, também com a ajuda do Sr. Presidente da Junta? Temos a concordância de todos os proprietários, em que conseguem conceder parte do terreno para alargar a via. Temos só um pequeno asterisco, é que o asterisco está na parte inicial da entrada, em que a D. Augusta, que é uma proprietária, não permite alargar para os três (3) metros e meio, que a Câmara eventualmente se proporia.

O que é que era aqui o meu pedido? Bem, o meu pedido era muito simples: eu gostava de dinamizar aquilo, gostava, obviamente, de elevar o esforço que o meu avô teve lá. Obviamente, eu estou aqui a falar em nome individual, mas mais uma vez reforço que há uma série de milhares de metros quadrados e hectares que estão dependentes desta acessibilidade, é um caminho público(convém referi-lo), e o esforço que eu gostaria de pôr aqui é também no intuito de se proporcionar o interesse público, porque obviamente aquilo vai ficar ao abandono – o Sr. Presidente conhece bem o terreno, vai ficar ao abandono, porque sem acessibilidades é impossível. Portanto, o que eu vinha aqui pedir era a vossa melhor compreensão. Eu sei que há sempre escassez de meios e recursos, há sempre constrangimentos e restrições orçamentais, mas será que décadas e décadas de pedidos, ou décadas em que, de uma forma ou de outra, fazemos chegar o pedido, não há condições para incorporar uma obra em que a capacidade e a resolução técnica daquilo é simplesmente fácil, e não há grandes necessidades de investimento. Não precisávamos de uma avenida, precisávamos apenas de garantir a acessibilidade.

Era este o ponto. Muito obrigado.



--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Muito obrigado, Sr. Vítor Machado. Dava a palavra agora ao munícipe José Magalhães.

--- **José Magalhães (Munícipe)** ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, senhores da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, caros amigos:

O meu nome é José Magalhães, sou um cidadão de Marco de Canaveses, estou aqui na qualidade de Presidente do Grupo Desportivo da Livração. Não sou político, nem tenho ambições para isso, e estou aqui, sou o Presidente da Direção há onze (11) anos, embora faça parte da Direção há mais. E temos tido várias conversas com a Câmara Municipal, tenho a agradecer o apoio que nos tem concedido ao longo destes anos.

E aquilo que nós mais sonhamos é um sintético. Somos um clube que tem cinquenta e dois (52) anos, e temos formado muitos atletas, e continuamos a formar, porque eu entendo como formação, não são só as camadas jovens, mas o percurso de vida que a gente faz é formação. Asconversas que nós temos tido com a Câmara Municipal, embora informais, é que não existe verba para a construção de equipamentos sintéticos. Mas, já contatei o Sr. Presidente acerca do assunto que me traz aqui hoje: no passado domingo – a gente contacta com muita gente – chegou-me a informação que a Câmara Municipal terá (não sei se é verdade) alguma verba para os equipamentos desportivos. E eu contatei – fiquei surpreendido, porque a conversa que nós tínhamos tido com o Sr. Presidente da Câmara era que não havia verba, e que na vontade do Sr. Presidente da Câmara, os juros que paga da dívida dava para colocar um sintético todos os meses. Fiquei surpreendido quando me disseram aquela novidade; não havia verba, agora parece que já há.

E o que me traz aqui é tão simples como isto: sendo nós um clube com cinquenta e dois (52) anos, com a história que temos, momentos bons e momentos menos bons, constato que não sei quais vão ser os critérios de aplicação desses dinheiros, mas queria aqui deixar alguns pontos que me parecem importantes, enquanto cidadão, que são os seguintes: nós – e quem está atento à realidade sabe perfeitamente que na margem direita do Rio Tâmega existem três (3) equipamentos desse género; na margem esquerda do Tâmega, existem várias associações, e existem zero equipamentos desse tipo. Acho, na minha perspectiva, como mero cidadão, que por justiça, equidade, solidariedade, acho que era importante, se existe essa verba – continuo a dizer, se existe essa verba – acho que era importantíssimo que fosse investida de forma igual, e que servisse todo o Marco de Canaveses.

Não estou aqui para pedir um sintético para o Grupo Desportivo da Livração – é evidente que gostava, ficava satisfeito. Quem é que não ficava? Não estou aqui para pedir para o Grupo Desportivo da Livração; estou aqui, se efetivamente existe essa verba, para pedir, enquanto cidadão e enquanto agente desportivo, que se existe essa verba, para que seja aplicada de forma justa e equilibrada.

Mas, o que ainda mais preocupado me deixou neste assunto foi que, durante todos esses anos, não havia verba, e em conversa com o Sr. Presidente da Câmara, há aí um equipamento desportivo, que ainda em agosto, na apresentação da equipa de futebol do Grupo Desportivo da



Livração, conversámos acerca disso, e o Sr. Presidente respondeu-me assim: "Até já há um clube, que já tem sintético, e que quer outro." E eu, quando me disseram, tive a preocupação de ligar ao Sr. Presidente da Câmara, se realmente era verdade, o Sr. Presidente da Câmara disse-me que estava em estudo, chutou a bola para a frente, como se costuma dizer, e ainda me disse mais: que depois foi convidado para lá ir, e que realmente aquilo está em muito mau estado, e que tem provocado muitas lesões. Lembro ao Sr. Presidente da Câmara que as lesões acontecem no sintético, no pelado, na lama, na terra, na relva.

E julgo que tenho tudo dito, é isto que basicamente queria dizer e pedir, que se existe essa verba, que seja aplicada justa e equilibradamente.

E aproveito a ocasião para convidar todos a estarem presentes na Corrida de Final de Ano do Grupo Desportivo da Livração, que já o ano passado se realizou, e eu aproveito para convidar toda a gente a estar presente, e para toda a gente, com olhos de ver, ver o trabalho que é desenvolvido no Grupo Desportivo da Livração.

Tenho tudo dito.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sr. José Magalhães. Eu dava a palavra agora ao munícipe Samuel Vieira.

--- Samuel Vieira (Munícipe) ---

Bom dia. Prescindia dos cumprimentos.

Queria fazer aqui umas questões muito claras ao Executivo, na pessoa do Sr. Presidente. Uma delas era para quando é que está prevista a intervenção nas placas toponímicas de Tabuado. Isto já foi falado, já há duas (2) Assembleias, o Sr. Presidente dizia que ia ver urgentemente, porque aquilo parece que passou uma nuvem negra, não se vê nada. Ontem, por acaso, até tive oportunidade, era importante dizer aqui aos Tabuadenses para quando é que está planeada esta intervenção.

Outra das questões que me traz aqui tem a ver com algumas ruas de Tabuado, e porque sei, porque isto já foi falado diversas vezes, se o Executivo desta Câmara tem prevista a intervenção na Rua Alto do Grosso e na Rua dos Castros, porque isto é importante, porque estão lá dois (2) empreendedores, um deles até tem uma empresa fora do Marco, às vezes fala que até tem intenção de trazer a empresa para o Marco, mas o problema é que ele, para ir para casa, às vezes – e eu sei que a Junta já fez lá uma intervenção, com os poucos meios que lá teve, já colaborou. Agora, a Junta não é eterna, porque eu fiz questão até de explicar a essas pessoas que as transferências que a Câmara tem feito para a Junta são reduzidas, e não há volta a dar. Sem farinha não se consegue fazer pão.

Outra delas tinha a ver com a questão da Rua da Estalagem, o saneamento. O Sr. Presidente da Junta contactou-nos – eu vivo lá, não tenho problemas, vivo lá eu, vive lá a antiga Presidente de Junta e mais algumas pessoas – fomos contactados por causa da possível ligação à rede, e disseram-nos que este ano ia avançar aquela obra. É para quando está previsto o avanço dessa obra do saneamento na Rua da Estalagem.



Outra delas, queria saber especificamente qual é o investimento previsto no Orçamento de 2017, por parte da Câmara, para a Junta de Tabuado, o valor. O valor, ou é zero euros, ou é um euro (1€), não queria aqui grandes rodeios.

Outra das questões que queria colocar, na altura não me foi respondida, na última Assembleia, que tem a ver com a questão da Bienal da Pedra. Eu depois fi-lo por escrito; a Câmara, dentro da Lei – e isto também tem que ser dito – respondeu-me aqui, mas como é óbvio, esta resposta – eu costumo dizer, quando vejo este tipo de documentos, até me dá vontade de chamar isto de outra coisa. Fala aqui em valores, mas esta informação dos valores não sustenta os recibos, as faturas. Como é óbvio, vou pedi-la, e na próxima Assembleia vou fazer aqui uma intervenção sobre este assunto, a consulta dos documentos que suportam esta situação.

Outra das situações tem a ver com a LIMFA, o organismo que gere o futebol amador do Marco. Como sabem, a anterior Direção não apresentou contas. Houve aqui uma eleição, houve aqui a reeleição em grande parte dos mesmos elementos da Direção. Eu quero saber qual vai ser o procedimento de subsídio com a Câmara perante esta associação, visto que não apresentou contas. Nós, daqui a um mês, ou dois (2), vamos estar preparados, que vamos ter aqui o Sr. Presidente a dizer que vai suspender o campeonato, porque a Câmara não dá dinheiro. Claro que não dá, se estão na ilegalidade. Queria fazer esta pergunta muito concretamente: qual vai ser o procedimento da Câmara relativamente a esta associação.

Outra delas tem a ver com os sintéticos, e muito bem, eu também já ouvi falar da Livração, já ouvi falar em Tuíás – Tuíás insistentemente, até porque temos um camarada que fala nisto insistentemente, e até fiquei admirado de o António Santana não ter falado nesta questão. Queria saber especificamente se estão previstas, e para onde, verbas no Orçamento de 2017 para fazer esta intervenção nos sintéticos.

Outra das questões que queria colocar também, e porque isto foi motivo aqui de muita conversa aqui nesta Assembleia, tem a ver com a questão dos empréstimos. E queria perguntar ao Sr. Presidente – se calhar o Dr. Vítor Gonçalo está mais à vontade para me responder a esta questão – que realmente a intenção – e foi intenção da Câmara, e foi aprovado aqui nesta Assembleia, contrair um novo empréstimo, e falou-se muito em *spreads*, em juros, e realmente isto baralhou-me aqui de alguma forma. Eu queria saber especificamente, e vamos supor este valor específico da Euribor a menos zero ponto cinco (-0,5%), qual é a taxa de juro que pagamos nos empréstimos atuais, e qual é que vamos pagar nos empréstimos que pretendemos contratar.

Só para terminar, e estas duas (2) questões, não as trazia previamente esclarecidas, mas depois aqui das intervenções do Executivo, surgiram-me. O Sr. Vereador, Eng.º José Mota, falou aqui da água e das tarifas, disse que não podiam fazer nada, mas o que é certo é que falou aqui em valores. Numa altura, a água era paga a sessenta cêntimos (0,60€), noutra altura era paga a sessenta e três (0,63€). Houve aqui um aumento. Afinal, de quem é que foi a responsabilidade deste aumento? Não percebi muito bem. Podia não ter percebido, mas queria aqui um esclarecimento sobre essa matéria, que disse que não podia fazer aqui nada.

E realmente, o processo disciplinar, Sr. Presidente, resta-me dizer: quando faz referência, nos autos, que quando o dito Polícia Municipal ia lá buscar o dinheiro às piscinas, e que as Piscinas



Municipais enviavam um *e-mail* a dizer qual era a quantidade de dinheiro que enviava para a Câmara, andámos aqui quatro (4) anos e meio sem saber qual foi o valor?

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Sr. Município, eu gostaria de lhe explicar, se me permite só agora dez (10) segundos, antes de terminar: as questões que o senhor terá é a colocar à Câmara, como fez até agora. Juízos de valor são uma coisa que eu não lhe vou permitir. Portanto, se me permitisse, essa parte, o senhor poderia retirar. Juízos de valor, acho que isso é um assunto que não deve fazer neste sítio, neste espaço, no espaço da democracia, que é fazer um juízo de valor sobre a forma como a Câmara atuou. Portanto, se quiser colocar uma questão clara, terá todo o direito de colocar, mas só colocando questões, não fazendo juízos de valor.

--- **Samuel Vieira (Município)** ---

Eu coloco a questão clara: queria saber, e queria que informasse esta Assembleia se o procedimento relativamente ao que era efetuado, ao procedimento, se era, ou não, efetuado esse *e-mail* do envio do dinheiro, no mesmo dia em que a Polícia ia lá levantá-lo, se esse *e-mail* seguia no mesmo dia para os serviços financeiros da Câmara. É só essa a questão.

Obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra ao Executivo, para responder às questões. E lembrava só, como há várias questões, o tempo que tem para responder, porque são tantas as questões, penso eu, e solicitava só essa atenção.

--- **Presidente da Câmara Municipal** ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípes e comunicação social:

Em relação à intervenção do Sr. Município Vítor Machado, que naturalmente agradeço, em relação à questão da Rua de Cavalhões, a ligar à Rua do Freixieiro, eu devo dizer o seguinte: nós, como eu tive oportunidade ainda de dizer na quinta-feira passada, na Reunião Pública da Câmara em Vila Boa do Bispo – e na segunda também estivemos numa visita de trabalho à freguesia – nós temos no nosso território municipal estradas da nossa responsabilidade, estradas e caminhos municipais, mil e setenta quilómetros (1.070 km). Temos também muitas vezes que intervir nas estradas nacionais, porque as atuais, assim designadas, Infraestruturas de Portugal (antiga JAE e antiga Estradas de Portugal), está em Almada, na margem sul do Tejo, e estão, por isso, a quatrocentos quilómetros (400 km) aqui do Marco, demoram algum tempo a chegar cá para nos dar respostas a tantas solicitações. E nós temos feito várias intervenções nas estradas nacionais, para até criar segurança, criar até inclusivamente alguns passeios, onde temos disponibilidade financeira para o fazer.

E por isso, tenho pena que não haja tanta disponibilidade, como nós desejaríamos, para podermos responder ainda a algumas destas situações, que sabemos que existem no nosso concelho – não é só este o caso, ainda há outros casos. Apesar de que – também tenho que o dizer em abono da verdade – muito trabalho foi feito ao longo dos quarenta (40) anos da democracia e do Poder Local, em matéria de rasgar estradas e caminhos para ter maior



acessibilidade aos diversos núcleos populacionais do nosso concelho. Essa, acho que é uma obra que foi feita. Estamos, naturalmente, ainda em muitos casos, a pavimentar – pavimentar com tapete betuminoso, ou calçetar com cubos – e isso ainda é uma tarefa que temos pela frente em algumas freguesias do concelho. E outra, que também não é menor, mas é maior ainda, é a repavimentação, porque as estradas degradam-se, e degradam-se também de forma permanente. Por isso, temos sempre dificuldades em responder a todos e em tempo útil, como, naturalmente, todos mereciam e nós desejávamos. Daí, a atitude sempre de parceria entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia para que nos apontem as prioridades, e assim tem acontecido com todas as freguesias do nosso concelho. A Câmara age por si, mas normalmente procura também dialogar com as Juntas, para que nos digam quais as prioridades. E também tem havido esta abertura, que me parece indispensável, de pedir a colaboração dos munícipes de cada um dos lugares, para que possam também, eles próprios, partilhar connosco essas obras, e pelos vistos há abertura da maior parte dos cidadãos daquela artéria para podermos alargá-la, com exceção, como disse, da D. Augusta, no início, que não está, para já, ainda ganha para essa causa. Mas, temos que lutar por isso, temos que a tentar convencer, e eu estou disponível para ir lá, com o Sr. Presidente da Junta e consigo mesmo, e com os demais que entenderem, para que isso possa acontecer, fazendo entender à D. Augusta que é importante que essa artéria possa ser alargada, para se criar acessibilidade – ainda por cima, se há essa vontade de investir naquela área. Acho que é importante para a freguesia, e é importante para o concelho. Da minha parte, disponibilidade para isso, e vamos, então, tentar agir – e peço ao Sr. Presidente da Junta de Vila Boa do Bispo que oportunamente possamos fazer essa diligência, sabendo também, ou querendo também saber, da parte da Junta, se assim considera útil que possamos também encarar esta artéria, porque devo dizer que ainda agora nesta visita, diria que fizemos revisão da matéria dada e acrescentámos mais algumas, que é preciso tentar ainda ver se temos oportunidade de pavimentar neste nosso mandato, que faltam pouco mais de dez (10) meses – dez (10) meses, na prática – para o fim do mesmo. Mas, temos essa vontade. E por isso, era a resposta que tenho para dar ao Sr. Vítor Machado, agradecendo-lhe a sua presença, e a sua questão que aqui colocou, que com certeza nos ajuda, para a gente tentar responder a mais um problema que temos para resolver, e que pelos vistos se arrasta há muitos anos.

Sr. José Magalhães, Presidente do Grupo Desportivo da Livração, sabe a estima que tenho por si. Sabe a estima que tenho por si, é sincera, é autêntica, não é hipócrita, nem é de circunstância. E eu digo “por si”, como tenho da mesma forma por todos os dirigentes e todos os agentes, sejam eles desportivos, culturais, sociais, recreativos e humanitários do nosso concelho, porque para nós, as associações são também parceiras, e a Câmara Municipal quer ser sempre parceira positiva de todas, para ajudarmos a continuar a desenvolver a nossa terra, e a criar tantos espaços de encontro, de convívio, de lazer, de cultura, de desporto, com os nossos concidadãos.

Está fora de causa a importância do Grupo Desportivo da Livração e dos seus cinquenta e dois (52) anos, que também partilhei o seu meio século. Julgo que temos feito aquilo que está ao nosso alcance, desde a valorização das instalações desportivas, nivelamento de campo, etc., todas aquelas obras de benfeitorias que fizemos há alguns anos atrás (não muitos), e também agora ainda o recente subsídio que atribuímos para poder beneficiar também a sede social, e eliminar as infiltrações que o edifício tem, numa visita que fizemos também às instalações, aquando da visita à Freguesia de Santo Isidoro e Livração.



Dizia que os juros da dívida davam para colocar – os juros não direi, só; eu disse é que o nosso serviço da dívida, que comporta a amortização da mesma e os juros, que começou em trezentos e sessenta mil euros (360.000€), há onze (11) anos, quando assumi funções, e que ainda está nos duzentos e oitenta mil (280.000€), daí a necessidade que nós estávamos a tentar aproveitar, a ver se conseguíamos substituir esta, para nos tirar o ferrete das condicionantes que aqui temos, de não podermos baixar também os impostos locais, para podermos, então, ter uma situação mais folgada, que já não é para nós, mas para quem nos vai suceder, e acima de tudo para o concelho e para os seus cidadãos, e as empresas, e as instituições, que merecem. Mas, de facto, ainda estamos a pagar duzentos e oitenta mil euros (280.000€). De facto, há onze (11) anos, dava, se calhar, para pôr quase dois (2); agora, sobra. Vamos ver. Diria que para dois (2), não sei se dará, gostava que desse, vamos ver. Eu estou a consultar o mercado, e devo dizer que os números variam bastante de empresa para empresa. Vamos ver.

Por isso, disse-lhe que, efetivamente, a Câmara – como tenho dito aos demais, porque são muitos a pedir, e quando tomarmos a decisão, estou convencido de que os outros que não têm pedido vão também pedir, e como você disse, convém olhar para todos, sem exceção – como se houvesse dinheiro para podermos fazer em todos, sem exceção, de imediato. É impossível, em nenhum concelho do país, apesar de que muitos já os começaram a colocar há muitos anos. E eu tenho pena, porque como disse, tinha muito mais prazer em ter investido os trezentos e sessenta mil (360.000€), e agora os duzentos e oitenta mil (280.000€), em pôr sintéticos, e muitos outros equipamentos, e muitas outras obras em cada freguesia e no conjunto do concelho, que acho que merecíamos mais, porque o dinheiro que entrou no nosso tempo era para nós mostrarmos aquilo que somos capazes de fazer, mas temos esta condicionante, que é pagar, para sermos uma entidade de bem. E tenho muito orgulho de hoje estarmos – e mais uma vez o Anuário Financeiro deste ano, que saiu na terça-feira, demonstra o nosso desempenho orçamental e financeiro, e demonstra que estamos nos concelhos que têm tido, realmente, um melhor desempenho nessa área. E isso dá-nos também satisfação. Eu espero que isso seja mais uma vez avaliado em 2017 pelos cidadãos do Marco. É uma grande obra, e que nos honra muito a todos, Marcoenses. Deve ser assim, por sermos uma Câmara respeitada, credível, de boas contas, que antigamente não nos fiavam, agora até as empresas querem trabalhar para a Câmara do Marco, porque paga a tempo e horas, quase que diria que é a pronto, na hora; cinco (5) dias, em média, acho que é excelente. E vemos aí outras, mil e quatrocentos (1.400) dias, mil e duzentos (1.200) dias, é só a diferença. É só a diferença, em média de pagamento.

Por isso, dizer que nós estamos a fazer um esforço. Nós, no nosso tempo, colocámos dois (2) sintéticos: no Estádio Municipal de Marco de Canaveses – neste caso, no campo de treinos – colocámos também agora, mais recentemente, no outro Estádio Municipal, na Vila de Alpendorada, também no seu campo de treinos. É evidente que eu ficava muito mais feliz se em vez de estar a falar em dois (2), se já estivesse a falar no décimo segundo. Era muito mais feliz, e o Marco e as instituições desportivas mereciam, mas não foi possível. É por isso que estamos a tentar ver, dentro daquilo que é a nossa disponibilidade financeira e a nossa capacidade, ver se conseguíamos continuar esse objetivo, porque estou convencido, cada vez mais convencido que isto é incontornável no tempo presente e no futuro, termos, realmente, que ir colocando sintéticos ao longo do concelho, em diferentes equipamentos desportivos. E por isso, estamos a fazer essa análise, essa ponderação, a fazer consultas ao mercado para ver quem é que nos pode ajudar, primeiro, com um serviço bem feito – que não é para depois daqui a quatro (4) ou cinco (5) anos dizerem que afinal já é preciso substituir o sintético – um serviço bem feito, com



um preço que também seja compatível com a nossa capacidade. E tentar responder ao máximo que for possível. Mas, esse máximo, com certeza que vai ter que ser feito gradualmente, ao longo dos mandatos; não é nesta ponta final deste último ano do terceiro mandato, e também nos outros mandatos seguintes.

Eu acho que é isso que é preciso que todos nós tenhamos presente, e é esse apelo que eu faço, hoje aqui também perante a Assembleia Municipal, como também já o disse ainda recentemente na Reunião Pública da Câmara Municipal em Vila Boa do Bispo, que não vamos criar uma querela por causa de colocar sintéticos, porque eles são necessários, são úteis e são desejados. Ora, se assim é, não há que ter querela; há que termos todos sentido de responsabilidade e paciência para chegar ao máximo de clubes que for possível. Temos que continuar. Temos dois (2) – é verdade que quando aqui chegámos, há onze (11) anos, tinha acabado de ser colocado o primeiro, em S. Lourenço do Douro; visitei mais recentemente – apesar de saber, e já tínhamos feito lá também uma pequena intervenção, aqui há meia dúzia de anos, para tentar, enfim, controlar já o desgaste daquele equipamento, foi colocado antes de nós, mas foi esta Câmara que praticamente o pagou na íntegra, porque ficou-nos a fatura para pagar todos os meses, durante dois (2) anos, é verdade. De facto, está muito degradado já, é um facto. Eu próprio não tinha tanta consciência da sua degradação. Não há nenhuma decisão tomada, porque já sei como é – de resto, é aquilo que o senhor já me tem dito, e outros também me têm dito: “Então, mas aqueles que ainda não tiveram um, e já vai pôr o segundo em S. Lourenço do Douro?” Meus amigos, há uma coisa que eu sei: aquele não está bem. Dizem-me os dirigentes desportivos, o Sr. Presidente da Junta, que também me está aqui a escutar, de Sande e S. Lourenço do Douro, que aquilo está a provocar demasiadas lesões. Já sabemos que as lesões acontecem em qualquer tipo de campo, e até, se calhar, muitas vezes, mais nos pelados, como é óbvio, estamos todos de acordo. Estamos todos de acordo. Mas, também ter um relvado sintético para ter lesões, quer dizer, também não é bom, nem é aconselhável. Pronto, e é nesse sentido que nós temos que analisar e ponderar, e estamos a analisar e ponderar sem tomar decisões, porque não tomámos nenhuma decisão. Não sei, começaram já aí a correr números, é em dois (2), é em quatro (4), é em seis (6); não está nenhuma decisão tomada, porque não temos ainda possibilidades de tomar essa decisão.

Agora, o apelo sincero que faço à Assembleia Municipal, e através dela, a todos nós, cidadãos da nossa terra, que amamos a nossa terra, que queremos o melhor para ela, também para as instituições desportivas que fazem um grande esforço, como todas as demais instituições, é que vamos tentar retomar a colocação de sintéticos, e vamos fazê-lo durante alguns anos. Não podemos fazê-lo de supetão, só nesta ponta final destes dez (10) meses que nos faltam. Vai ter que se continuar, e vamos trabalhar nesse sentido, e vamos tentar assumir compromissos para serem honrados por nós e por quem nos suceda. É esse o sentido da minha atitude, da minha responsabilidade, com os meus pares. E por isso, queria dizer-lhe isto com a máxima autenticidade. O senhor ligou-me no domingo à noite, tinha chegado a casa para jantar, e depois recebi a sua chamada...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, chamava a sua atenção para o tempo.

--- Presidente da Câmara Municipal ---



Vou terminar. Eu atendo toda a gente, independentemente do telefone – por acaso até tenho o seu número, mas você ligou-me de outro, que não tinha identificação, mas atendi-o na mesma, estivemos a conversar ainda vários minutos, e o senhor a manifestar-me, a dizer – hoje diz aqui que não está a pedir para o Grupo Desportivo da Livração; é evidente que a gente não entendeu nada disso, como é óbvio, mas nesse dia foi muito mais claro: “Sr. Presidente, espero que esteja nos três (3) ou quatro (4) o Grupo Desportivo da Livração.” “Espero”, foi muito claro, sem deixar margem para dúvidas. Sem deixar margem para dúvidas, como é bom de ver.

Pronto, diz que eu chutei a bola para a frente. Meu caro amigo, melhor imagem não podia ser; espero bem é que marque golo, mas ainda não marquei. A bola está a caminhar para a baliza; está a demorar um bocadinho, eu sei, mas o que eu quero é marcar. Eu devo dizer que gosto de ser avançado, não gosto de ficar à defesa, nem a meio campo. Eu gosto de chutar, isso é a minha vontade. Infelizmente, às vezes, não me dão a bola para poder chutar, às vezes não me dão a bola.

Sr. Município Samuel Vieira, placas toponímicas em Tabuado, o Sr. Vice-presidente está disponível para também dar uma resposta.

Sobre a questão das artérias, eu queria dizer-lhe o seguinte, com todo o respeito pelo Sr. Presidente da Junta, que aí está à sua frente, José Fernando, mas eu às vezes fico na dúvida sobre quem é o Presidente da Junta. Palavra de honra, não sei se também têm essa dúvida. Às vezes fico na dúvida, porque o senhor vem aqui pôr questões que normalmente é o diálogo que nós temos, de forma frequente, com a Junta. De resto, o Sr. Presidente da Junta ainda ontem saiu daqui às oito horas (20h00) – oito horas (20h00) – a pedir-nos para apoiar, mais uma vez, um projeto a que já demos duzentos mil euros (200.000€), e agora já tem um por baixo, cento e trinta e cinco mil (135.000€), para completar. Mas talvez seja preciso outro tanto, duzentos mil (200.000€). E estamos disponíveis para colaborar, como ele sabe, porque até gostamos do projeto. Por isso, meus amigos, era bom que o Sr. Presidente da Junta informasse o seu município e freguês daquilo que dialoga com a Câmara, e daquilo que ainda ontem, como digo, mais uma vez aqui estive, e até lhe entreguei pessoalmente a carta em mão, de aprovação do projeto já de arquitetura – agora têm que apresentar as especialidades, e a obra começa quando quiserem. Está lá o antigo terreno do Peso, que foi para ser um cemitério, mas que não passou de um cemitério fantasma, que nós tivemos, como aqui se diz na nossa terra, de alagar, e disponibilizar o terreno, e entregámo-lo à Junta de Freguesia, cinquenta e seis mil euros (56.000€) em que está avaliado, se quiserem, naturalmente, vendê-lo para poder aplicar também nessa obra, etc.

Quanto às artérias, nós estamos a pavimentar aquelas que podemos, e vamos continuar a fazê-lo em todas as freguesias do concelho, como é óbvio, e também na Freguesia de Tabuado, que me diz muito também, como sabe, com todo o respeito e carinho.

Bienal da Pedra: já lhe demos a informação que o senhor tem, e acho que o senhor até devia ser muito mais contido, porque sabe, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia que está ali, de Alpendorada, Várzea e Torrão, Domingos Neves, também sabe que nós até, inclusivamente, para além de o senhor ter lá o seu *stand* da restauração, e com certeza cumpriu a sua responsabilidade também de dar o contributo, como sabe, que é apenas um contributo para aquilo funcionar, é que também demos, e bem, e só tivemos que agradecer às pessoas que até



manifestaram, nas arcadas do estádio, fazer lá tipo uma discoteca de convívio, para depois da Bienal, da meia noite (00h00) até às tantas, lá estar. E o senhor usufruiu. E como sabe, não cobramos nada por isso. Quando digo "o senhor", o senhor esteve lá também, com os parceiros, como é óbvio. Por isso, quer dizer, eu acho que devíamos ser mais comedidos, mais contidos, e pelo menos, não lhe peço que nos agradeça, peço é que nos respeite. Já me chega, se nos respeitar, eu digo que temos ali um cidadão que nos respeita, e eu ficava contente por isso. Não precisa de nos apoiar, porque isso, eu já sei que nunca apoiará, façamos nós, naturalmente, tudo o que fizemos de bem.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu gostaria que concluísse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

O novo empréstimo, depois o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo, se houver tempo, dirá sobre a matéria. Tarifa social, o Eng.º José Mota já há bocado respondeu, mas se for necessário completar.

Quanto à questão se havia os *e-mails*, etc.: havia a informação necessária, há a informação possível, mas alguma coisa falhou. Por isso, eu há bocado já o disse, que nos penalizamos por isso, e já temos, naturalmente, os instrumentos, e estamos a ter os instrumentos indispensáveis para podermos, realmente, evitar situações futuras. E foi esse apelo sincero que fiz aos meus colaboradores, desde o Diretor de Departamento, passando por outros colaboradores, para evitarmos estas situações, para além, naturalmente, de aos próprios agentes da Polícia Municipal, com quem dialoguei, e com o respetivo Coordenador da Polícia Municipal.

Sobre a LIMFA, peço desculpa, passou-me. Sobre a LIMFA, Sr. Presidente, se me permite só dizer o seguinte: eu sei que vocês querem que a gente faça como antigamente se fazia, que era controlar as instituições. Recuso-me, recusamo-nos. As instituições são dos associados, são eles que escolhem os seus dirigentes, são eles que fazem, e devem fazer, uma boa gestão. Queremos é ter uma boa relação, com dirigentes credíveis, responsáveis, que giram bem. E naturalmente que a Câmara Municipal apoia, exatamente, apresentando a documentação que é indispensável, de acordo com a Lei, para nós podermos apoiar. E isso é obrigatório, necessário e indispensável.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, muito obrigado. Já dou a palavra ao Sr. Vice-presidente, mas o Sr. Dr. Rolando Pimenta pediu uma interpelação à Mesa.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era a forma como os trabalhos estão a ser conduzidos, que consideramos incorreta, porque se permitiu ao Sr. Presidente exceder – além de exceder o tempo, dirigiu-se a um cidadão que veio aqui colocar questões concretas, mas pior do que isso, colocou em causa a eficiência e a forma



como o Sr. Presidente da Junta de Tabuado dirige a sua freguesia. Eu acho que é extremamente lamentável a Mesa não ter tomado uma atitude em relação ao que se passou nesta Assembleia.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Dr. Rolando Pimenta, eu agradeço-lhe os seus reparos, nós temos falado várias vezes nas nossas Reuniões de Líderes sobre a forma como são geridos os trabalhos, e deixar-me-ia por aquilo que tenho dito nas nossas Reuniões de Líderes, e não vou fazer mais nenhum reparo a tudo aquilo que temos dito. Falámos na última Reunião de Líderes que todos sabemos que estamos a dez (10) meses das eleições, todos sabemos disso, falámos nisso na última Reunião de Líderes. Todos pedimos contenção, e espero que todos nós nos possamos lembrar daquilo que falámos na última Reunião de Líderes, para que as reuniões possam ser geridas da melhor forma por todos. É isso que eu peço, foi isso que eu pedi. Sra. Deputada, se me deixasse acabar de intervir, eu agradeço-lhe. Foi isso que eu pedi. E portanto, nós estamos todos muito sensíveis a todas as interpelações, porque as pessoas desejariam falar. E portanto, eu não vou fazer mais nenhum comentário a esse assunto. Também não darei a palavra ao munícipe Samuel Vieira. Exatamente, isto é um espaço da Assembleia, onde os munícipes do Marco têm todo o direito de falar, e serão sempre bem vindos a esta casa, à casa da democracia, serão sempre bem vindos, desde que consigam comportar-se de uma forma educada, civilizada, que consigam estar aqui de uma forma correta, diria eu, com educação. E portanto, sempre que as pessoas se conseguirem comportar aqui, são sempre bem vindas nesta casa. Se não se conseguirem comportar assim desta forma, nós convidamos sempre as pessoas a sair, porque não serão bem vindas nesta casa. Tenho dito.

Com a anuência da Assembleia, porque já vamos com quatro (4) minutos, mas eu penso que era importante que o munícipe, dentro do possível, tenha as respostas, pedia ao Sr. Vice-presidente, Eng.º José Mota, que fosse o mais rápido possível, para que pudesse dar as respostas que achar necessárias ao munícipe Samuel Vieira.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Bom, mais uma vez, então, com a devida anuência, e procurando ser muito rápido, e contendo-me também naquilo que é a minha vontade de responder quando as perguntas são feitas da forma que são, eu devo dizer o seguinte: todas as questões que têm sido colocadas por intermédio do Sr. Presidente da Junta serão respondidas ao Sr. Presidente da Junta, porque é o representante eleito da Freguesia de Tabuado.

Relativamente à questão das placas, tem havido um conjunto de freguesias, quer em relação às placas toponímicas, quer em relação a placas sinaléticas de trânsito, que estão a ser avaliadas – porque não é só Tabuado que está em causa; estão aqui vários Presidentes de Junta que sabem que essa situação é transversal ao concelho. Eu e o Sr. Vereador Vítor Gonçalo, que tem a responsabilidade da área toponímica, estamos a avaliar a situação, e brevemente os Srs. Presidentes de Junta serão contactados nesse sentido.

No que diz respeito à questão da dúvida, em concreto, que o Sr. Munícipe aqui colocou, do tarifário da água: Sr. Munícipe, naturalmente que todos os anos esta Assembleia – e brevemente far-se-á da mesma forma – será comunicada a atualização tarifária que decorre de uma fórmula



que o contrato de concessão prevê, e que tem a ver com a atualização do Índice de Preços no Consumidor, da tarifa da energia e do custo da massa salarial. Portanto, isso é uma fórmula automática que decorre do contrato, é enviada uma proposta à entidade reguladora (ERSAR), já foi enviada, estamos à espera que a ERSAR se pronuncie com base na proposta que a concessionária apresenta. E portanto, naturalmente, todos os anos há um pequeno aumento do tarifário, aquilo que acontece, que é comunicado na comunicação social. Portanto, naturalmente que ele foi evoluindo. O exemplo que eu dei foi apenas para percebermos que a evolução teria sido muito mais gravosa se, à época, a Câmara não tivesse feito a correção que fez no tarifário, como foi bastante conhecido, e é a razão de ser do pedido de constituição do Tribunal Arbitral que a concessionária colocou. Portanto, foi apenas um exemplo em que eu comparei a tarifa de 2006 com a tarifa de 2016, dez (10) anos mais tarde.

É só. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Então, se a Assembleia também desse autorização, eu daria a palavra ao Sr. Vereador Vítor Gonçalves, para dar as respostas que foram interpeladas pelo Sr. Samuel Vieira.

--- Vítor Gonçalves (Vereador) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, colegas vereadores, caros membros da Assembleia, público, comunicação social, caros Marcoenses que nos ouvem através da Rádio Marcoense:

Respondendo muito concretamente à questão levantada pelo Sr. Samuel Vieira, apesar de ser algo que foi sobejamente explanado aquando da apresentação do processo de substituição de dívida e aprovação por esta Assembleia, muito sinteticamente dizer que o atual *spread* médio ponderado – porque como é sabido, este município tem quatro (4) empréstimos com taxas de juro diferentes, e o *spread* médio atual é de um ponto quarenta e sete (1,47%), cerca de um e meio por cento (1,5%), e a proposta que foi aqui apresentada, e como disse, aprovada, o tal novo *spread* médio ponderado – porque também contemplará duas (2) entidades financiadoras, com condições diferentes, como é natural – será de um ponto zero sete (1,07%). Portanto, estamos a falar aqui de menos zero ponto quatro (0,4%), quase meio por cento (0,5%), para que percebam, quase meio por cento (0,5%) em termos de taxa média ponderada (vulgo *spread*). Isto representa, em termos práticos, uma redução do encargo com juros de cerca de vinte e sete por cento (27%). Portanto, é uma redução muito significativa, como podem ver.

Já agora, dar nota de que o sucesso desta operação obviamente não depende só da nossa vontade, como aqui também foi dito; depende também da evolução legislativa que exista neste sentido. E só queria, para concluir, reiterar que este – como aqui foi hoje ainda amplamente explanado, pelas pretensões que vêm de todos os lados – este empréstimo, ou esta reestruturação da dívida – e repito que não é um novo empréstimo, é só na forma, porque a dívida é exatamente a mesma, não acrescentámos nem um cêntimo à dívida que o município atualmente tem – é essencial para o futuro do município, em particular para podermos corresponder, não só a todos esses anseios de associações, Juntas de Freguesia e por aí fora, e aos projetos que é legítimo que os Executivos Municipais também tenham no futuro. É bom que não esqueçamos que os fundos comunitários não vão durar para sempre; aliás, eles têm-se vindo a reduzir, e vai chegar a uma altura em que ninguém nos vai dar mais dinheiro. E portanto,



para aproveitarmos essas oportunidades para podermos alavancar e desenvolver o Marco de Canaveses, é fundamental criar condições para podermos corresponder com a nossa quota parte nesses investimentos, através de fundos comunitários.

Só esclarecer: o juro é variável porque o capital vai diminuindo. E portanto, um plano financeiro de amortização de qualquer empréstimo que seja, à medida que se vai amortizando, o capital em dívida também diminui. E o que conta aqui é a taxa(o *spread*, neste caso). Portanto, como o capital vai diminuindo, o juro que se vai pagando é tendencialmente menor. Pode-se pagar o mesmo em termos de serviço da dívida, como o Sr. Presidente hoje referiu, ou o valor pode ir variando em função de alguns fatores, mas, isto é, a componente total de capital e juros mantém-se mais ou menos estável, mas a componente de juros tendencialmente vai diminuindo, porque à medida que se amortiza, cada vez se deve menos. Mas, esse é um aspeto transversal a qualquer empréstimo, seja ele pessoal, ou de outra qualquer entidade. Por isso, é uma questão que depende; se me colocar uma data concreta, ou um ano, eu posso-lhe dizer qual o montante dos juros.

Reitero também que aquando da aprovação de contas, nós dizemos sempre em cada ano qual o montante de juros pago.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Vereador, peço desculpa, mas vamos ter que avançar. As explicações estão dadas. Obrigado, Sr. Vereador, pela sua compreensão.

Entraríamos, então, no **Período da ordem do dia**. E entraríamos agora no **Ponto n.º 3.1**, Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município.

Daria a palavra ao Sr. Presidente, caso queira dar algumas explicações sobre este ponto.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, Srs. Municípes e comunicação social:

Em relação à informação escrita que apresentei aos Srs. Deputados, de vinte e oito (28) páginas, entre a última reunião da Assembleia Municipal, realizada há dois (2) meses atrás, mais precisamente no dia 24 de setembro, gostava de fazer aqui apenas alguns sublinhados.

Tivemos o gosto também de fazer a requalificação da Escola de Vale do Covo, na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão, e que está já a funcionar em pleno desde o início deste ano letivo.

Fizemos a execução – isto em empreitadas realizadas e concluídas – a Estação de Tratamento de Águas Residuais(ETAR) em Fontambom, também na Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão; a requalificação urbanística e execução de passeios em cubos de granito em várias artérias da cidade e também de freguesias do concelho;requalificações urbanísticas, de algumas



empreitadas ainda em curso, em vários lanços de passeios com cubos em diversas freguesias também do concelho – que não vou estar agora aqui a exemplificar, mas é a grande maioria; requalificação da zona industrial de Marco de Canaveses, que como vocês já tiveram oportunidade de ver, rasgámos uma via nova, bem larga, que vai ser seguramente, no futuro, o principal acesso à zona industrial do Marco de Canaveses, ali em Tuías, no acesso à Estrada Nacional 210, e também mais conhecida por Reta de Tuías, mas a Avenida Jorge Nuno Pinto da Costa e Eng.º Belmiro de Azevedo, com as respetivas infraestruturas, passeios, pavimentos extensíveis também à Rua João Vicente Soares da Mota, até à Rua n.º 1, na zona industrial.

Continuamos a aguardar que haja aprovação da chamada candidatura que fizemos no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa para zonas de acolhimento empresarial, entre as quais a nossa, para fazer uma intervenção de carácter global, de requalificação de toda a zona industrial, ampliando-a também para trás do Intermarché. Essa candidatura foi chamada a Lisboa, ao Governo, está lá praticamente desde o início do ano, e ainda não temos notícia. Tenho procurado, nas minhas intervenções no âmbito do Conselho Regional do Norte – que ainda agora aconteceu há cerca de duas (2) semanas, em Boticas, interpelar o novo Presidente da CCDR Norte, também na reunião da CIM, também na reunião do Comité de Acompanhamento do Portugal 2020, e em especial do Norte 2020, ainda agora realizado esta semana, em Vila Nova de Famalicão, e a resposta que tem sido é que ainda não têm com eles de volta essa candidatura para poder ser apreciada e votada, uma vez que estão a aguardar orientações do Governo sobre essa matéria, que tem a ver, naturalmente, com todo um outro conjunto de áreas de acolhimento empresarial aqui da nossa região, e até admito que do país. Mas precisávamos, porque queríamos muito requalificar também toda aquela frente da Avenida do Futebol Clube do Porto, como sabem, que no fundo é as traseiras, mas que agora também queremos que passe a ser uma frente da zona industrial de Marco de Canaveses.

Tapete betuminoso e limpeza de taludes em várias estradas, principalmente aquela que também vai para a Barragem do Carrapatelo, a Estrada Regional 108, na Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo. Já falámos hoje aqui abundantemente, que está em curso, em velocidade também de cruzeiro, a requalificação e ampliação da Escola EB1 de Eiró, da Freguesia de Soalhães. Alargamento de pavimentação de tapete betuminoso na Estrada Municipal que liga Várzea à Esperança – tínhamos feito no mandato anterior, como sabem, de Gouveia a Várzea, e agora completámos, de Várzea à Esperança. Mas continua a subsistir um problema – nós fazemos as obras, e logo a seguir temos novos problemas para resolver: a Ponte de Várzea está a necessitar de ser substituída, e neste momento vamos fazer o projeto. Não teremos já oportunidade de fazer a obra, quase de certeza, mas pelo menos vamos tentar que o projeto fique pronto, de maneira que quem vier no próximo mandato possa dar execução a essa obra de construção da nova ponte, atendendo a que, neste momento, já temos uma recomendação para que os veículos pesados não passem na ponte, e quando muito, possam continuar a circular os veículos ligeiros. E como devem calcular, isso, naturalmente, é um constrangimento grande na freguesia, que nós temos que tentar ultrapassar o mais breve possível. Mas, acho que a estrada – e assim honramos um compromisso que tínhamos, de fazer a ligação de Gouveia até à Esperança, nesta estrada que ficou agora, toda ela, pavimentada.

Construção também da estação elevatória das águas residuais em Fafiães, na Freguesia de Vila Boa do Bispo, que também vai servir o novo Centro de Bem Estar Animal, que como sabem, está também em velocidade de cruzeiro. Visitámos ainda agora as obras, a propósito da visita à



Freguesia de Vila Boa do Bispo, no início desta semana, segunda-feira, e como tal, vamos ter ali, penso que a partir do início do ano, o Centro de Bem Estar para acolher cerca de duzentos (200) animais, e que, como tenho feito o apelo, os cidadãos da nossa terra, para além de não abandonarem os animais, porque isso é crime e é também injusto para com os animais, que são nossos amigos, e nós devemos tributar-lhes a nossa amizade, e são boas companhias, nós devemos procurar que também aquele Centro de Bem Estar Animal, com a Animarco, que vai fazer também a sua gestão, com a nossa colaboração, e teremos também lá um espaço para que o nosso Veterinário Municipal possa acompanhar mais de perto também toda a situação dos animais, porque é para os poder acolher, alimentá-los, tratar deles, e poder também encontrar famílias que os possam acolher, porque é esse o nosso sentido, desse Centro de Bem Estar Animal. E é esse apelo que eu faço aos cidadãos da nossa terra, para além de não os abandonar, tentem acolher alguns dos animais, ou tentar arranjar famílias que os possam acolher, no concelho ou fora do concelho.

Na noite de 4 de outubro, houve a "NightRun" Solidária, para angariação de fundos para os Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses, que teve a colaboração da Junta de Freguesia do Marco e de um conjunto de outros cidadãos, que correu muito bem, foi uma boa caminhada, com atividades de zumba, largada de balões, animação diversa, e que rendeu também alguns valores para apoiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses.

No dia 8 de outubro, também a Câmara Municipal prestou homenagem aos Bombeiros Voluntários do Marco, e também aos Bombeiros de Portugal, promovendo um concerto com a Banda de Música de Vila Boa de Quires, e fizemos também a inauguração de uma exposição fotográfica de um cidadão do Marco, Miro Ribeiro, sobre a bravura dos mesmos nesta época dos fogos florestais, no verão, que foi uma época bastante difícil em Portugal, e também na nossa região e no nosso concelho. E nós quisemos fazer essa homenagem aos Bombeiros da nossa terra, e aos Bombeiros de Portugal, porque vieram corporações de outros pontos da região e de outras regiões – inclusive de Coimbra, de concelhos do Distrito de Coimbra – para ajudar a combater os incêndios aqui no Concelho de Marco de Canaveses.

Dar também nota, na área do desporto e juventude, e também da educação, de que este ano, nós conseguimos colocar logo no início do ano letivo os nossos professores de educação física e desportiva para poderem lecionar a disciplina de educação física e desportiva nas escolas do 1.º ciclo, e como sabem, arrancaram logo em setembro as Escolas Municipais de Desporto, de crianças desde os seis (6) até aos jovens de dezassete (17) anos, particularmente em várias modalidades – futsal, dança, natação, andebol e ténis – que tem sido muito interessante, bem como também o Marco Sénior no Desporto, também para este ano de 2016/17, que está a ir aos dois (2) lares da terceira idade que temos no concelho, aos centros de dia e centros de convívio, em que estão a fazê-lo em catorze (14) instituições no nosso concelho, o chamado Marco Sénior, atividade física e desportiva, e também a hidroginástica nas Piscinas Municipais do Marco de Canaveses e da Vila de Alpendorada.

Tivemos também a celebração da Semana Europeia do Desporto, no Centro de Formação Desportiva de Canoagem, com o Agrupamento de Escolas n.º 1 de Marco de Canaveses, designadamente aqui alunos da Escola Secundária do Marco de Canaveses, que estiveram,



realmente, numa atividade no Parque Fluvial do Tâmega, com várias atividades na área da canoagem, para celebrar esta Semana Europeia do Desporto.

O Conselho Municipal de Segurança reuniu no passado dia 10 de outubro, aprovou a emissão de uma recomendação ao Governo para que sejam reforçadas as verbas destinadas a instrumentos e meios de prevenção estrutural dos incêndios florestais. Fizemos também uma visita ao Posto da GNR do Marco de Canaveses – eramos também para ir ao da Vila de Alpendorada, ao novo, mas surgiu o falecimento de um familiar de um dos guardas, e nesse sentido, o Sr. Comandante pediu-nos para fazermos a visita num outro dia, o que vamos fazer na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança, faremos essa visita também ao novo Posto da GNR em Alpendorada.

Obras de beneficiação executadas também pela Câmara Municipal, de adaptação do antigo Jardim de Valdecidos, que já está lá a funcionar a Associação Florestal de Entre Douro e Tâmega, que saiu das antigas instalações da Junta de Freguesia de Tuíás, para ter agora instalações mais amplas e mais condignas, e estão muito felizes. Fizemos uma inauguração simbólica das novas instalações no dia 28 de outubro. E também ficará lá a funcionar uma instituição que tem poucos anos, de jovens de mérito da nossa terra, AlphaTones. E teremos duas (2) salas de formação, não só para os nossos recursos humanos do município, como também para disponibilizar a instituições e empresas da nossa terra, quando quiserem fazer formação, também têm lá duas (2) salas para o efeito.

Foi também aprovado pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, que é válido por cinco (5) anos, e foi também publicada no Diário da República a resolução da Comissão Municipal de Proteção Civil, que aprova o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Marco de Canaveses.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, quando pudesse, agradecia que concluísse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

O Município de Marco de Canaveses recebeu também um certificado de município parceiro que registou a maior taxa de implementação do Programa Ecoescolas do Distrito do Porto, e também a nível nacional, com vinte (20) Ecoescolas, que mais uma vez o Município de Marco de Canaveses tem, e que houve um Encontro Nacional em Aveiro, e que tivemos lá a participação de uma delegação alargada de alunos, setenta e cinco (75) alunos e dezoito (18) professores, e que o Sr. Vice-presidente da Câmara acompanhou, para também receber, na cerimónia com a presença do Secretário de Estado da Educação, a Bandeira Azul que mais uma vez nos foi tributada, e também distinguidas as vinte (20) escolas, Ecoescolas de Marco de Canaveses.

Também dar nota de que temos também feito um conjunto de intervenções de apoio às Juntas de Freguesia para valorização de um conjunto de áreas de centros cívicos, de equipamentos desportivos e outros, e temos também paulatinamente vindo a pôr esses equipamentos e essas obras ao serviço das nossas comunidades locais das freguesias.

Assinei com o Sr. Ministro da Educação atual um protocolo – que eu acho que devia ser desnecessário, em bom rigor, mas que, naturalmente, queremos sempre o melhor para a nossa



terra – porque a Escola EB 2/3 do Marco precisa de obras, designadamente construção de um auditório e de uma sala de convívio para os alunos. E é uma obra que devia ser da Administração Central, com fundos comunitários, é certo, mas os quinze por cento (15%) deviam ser assumidos pelo Ministério da Educação, atendendo a que se trata de uma escola que está ainda na esfera da Administração Central, não é da esfera do Município de Marco de Canaveses. Mas, dadas também as dificuldades financeiras do Estado, entenderam que, pelo menos – queriam que fosse os quinze por cento (15%), que a Câmara se assumisse como dona de obra, e por isso, nós fizemos um protocolo para sermos nós a fazer o projeto, a lançar a obra, a executar a obra, e pagar pelo menos metade da comparticipação nacional, da contrapartida nacional dos fundos comunitários, sete e meio por cento (7,5%), e o Estado, o Ministério da Educação, assume os outros sete e meio por cento (7,5%). E essa obra vai avançar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, agradecia que concluísse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Queria concluir, Sr. Presidente.

Também dar nota de que está a funcionar desde setembro, fins de setembro, o nosso primeiro curso superior em Marco de Canaveses, numa parceria com o Instituto Politécnico do Porto, com a Escola de Gestão e Tecnologia – que agora já não é de Felgueiras, mas sim da nossa região do Tâmega e Sousa – com dezasseis (16) alunos. Escolhemos as instalações da Escola Secundária, porque tem instalações novas, com capacidade instalada, e ficaram lá num espaço quase autónomo, com dezasseis (16) alunos, neste curso superior técnico profissional em informática de gestão, de dois (2) anos, com meio ano em estágio em contexto de trabalho nas empresas, que nós também protocolámos com as empresas, para depois fazerem, realmente, esse estágio. Espero que seja o primeiro curso de muitos cursos que no futuro se possam realizar, não só nesta área da informática de gestão, mas também em outras áreas, que isso é possível e é desejável. Acho que é com um instituto muito credível e respeitado em Portugal, o maior do país, o Instituto Politécnico do Porto, com a sua Escola de Gestão, que está presente na nossa região, e com a Escola Secundária de Marco de Canaveses.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, peço desculpa, mas terá mesmo que concluir.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Natal Solidário, vamos fazer a animação das ruas da cidade, com iluminação, com música de natal, em parceria com a Associação Empresarial do Marco, com a Associação do Comércio Tradicional, etc.

Bom, terminava por aqui. Há várias outras questões que estão aí referenciadas, mas para não alargar mais o meu tempo de intervenção, ficava por aqui.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sr. Presidente.



Os Srs. Deputados que desejarem intervir, agradecia que se inscrevessem. Eu vou dar os nomes: Olímpio Almeida, Susana Pereira, o Sr. Presidente da Junta de Tabuado, José Fernando, Mário Luís, Jorge Pessoa.

Daria a palavra ao Sr. Deputado Olímpio Almeida.

--- **Olímpio Almeida (MCFT)** ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Sr. Secretário, Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sra. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Público, comunicação social, Marcoenses:

A informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, no essencial, transmite-nos o conhecimento de várias obras que foram concluídas, outras que estão em curso, e outras que se propõe realizar. Portanto, este aspeto é louvável, ver que, de facto, há movimento no aspeto de obras, que culminam no essencial para o bem comum, e isso é, naturalmente, de reconhecimento.

Comunica-nos também, e verificamos, que há alguma generosidade por parte do Executivo Municipal na atribuição de vários subsídios a instituições. E nesta circunstância, atendendo à crise, são fundamentais esses subsídios para pôr as associações em movimento e transmitirem a sua utilidade para que foram criadas, ao serviço dos cidadãos e dos Marcoenses.

Naturalmente que esta informação escrita tem, no meu entendimento, alguns pontos que não merecem relevância para constar da informação escrita. No entanto, também compreendo esse facto, porque deve haver o interesse do Sr. Presidente da Câmara de torná-la maior, provavelmente, torná-la mais extensiva. No entanto, parece-me ser importante constar também desta informação escrita o serviço da Polícia Municipal, e tanto que já aqui foi falado. E por que não também um ponto que referisse a justiça e a disciplina? E portanto, era importante, a meu ver, que isso também constasse.

No entanto, como já se falou tanto aqui da Polícia Municipal, e tendo eu sido o Comandante da Polícia Municipal, sinto o dever moral e cívico, e ético até, de me pronunciar sobre isso. E para o efeito, quero aqui afirmar que, na minha opinião, os membros da Polícia Municipal, enquanto eu estive na Polícia Municipal, pautaram a sua conduta por elevado sentido de moral, cívico e ético, e foram dotados com um extraordinário conhecimento técnico-profissional para cumprirem com rigor as funções que lhes foram, na altura, e que continuam a ser, incumbidos. Portanto, daqui quero dizer que o serviço da Polícia Municipal é um serviço – contrariamente, provavelmente, a algumas ideias – na minha opinião, extraordinário para a atividade do município, é um serviço que o Sr. Presidente da Câmara dispõe a vinte e quatro (24) horas para o poder utilizar, sem estar dependente de outras instituições para cumprir diligências com maior risco, ou com maior dificuldade. E portanto, por isso, era importante que também vissemos na informação escrita a atividade da Polícia Municipal – o que efetivamente é feito, o que não é feito, se é correto, se não é correto. Precisávamos também de ter esse conhecimento, tal como na área da disciplina, naturalmente.

E quanto ao ponto da disciplina, que já foi aqui falado, e que para mim foi uma novidade, e fico triste pela circunstância que ocorreu; no entanto, esse elemento, que aqui não foi referido, mas



nas entrelinhas poder-se-á saber de quem se tratou, merece exatamente o meu reconhecimento pelas qualidades que tinha quando eu estive ao serviço. Ou seja, as qualidades seriam comuns a todos. E aqui refiro que ele não era mais, nem era menos, em termos de honestidade, de lealdade para com o município, para com o Comandante que na altura estava ao serviço.

Também já aqui foi muito falado em linguagem desportiva. E permitam-me V. Exas. que também o faça. E vou falar na modalidade do andebol. E aqui, verifica-se que há um jogo de andebol em que a bola tem uma deformidade enorme. E o jogo vai decorrendo, pelos vistos decorreu durante tempo demais, e vai rebentar a bola na mão de um desgraçado, de um crucificado. Aqui é que é o problema. E então, quem lhe passou a bola? E então, o que foi feito pela equipa de arbitragem? Quem tinha o dever de fiscalizar o jogo? E de fiscalizar a bola? E vou ficar por aqui, e digo assim para terminar: isto leva mesmo a concluir que a equipa de arbitragem limitou-se, durante este tempo todo – há anos, pelos vistos – a ver a bola rolar.

Tenho dito. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu dava a palavra à Sra. Deputada Raquel Pereira, mas gostava só de fazer uma lembrança ao Sr. Deputado Olímpio Almeida, que o assunto que falámos agora, teria sido mais aconselhável falá-lo no período de antes da ordem do dia, sendo que isto não tinha muito a ver com aquilo que nós estamos aqui a falar, que é da informação escrita.

--- Susana Pereira (Substituta Legal do Presidente J.F. Penhalonga e Paços de Gaiolo, PS) ---

Ora, bom dia. Passo a saudar o Sr. Presidente da Assembleia, a Sra. e Sr. Secretário da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, a Sra. e Srs. Vereadores, os caros colegas, Exmo. Público e a comunicação social.

Esta minha intervenção é para publicamente agradecer à Câmara Municipal – e volto a referir, publicamente agradecer à Câmara Municipal – e na pessoa que a representa, o que tem feito pela minha freguesia, que sabemos reconhecer aquilo que tem feito na nossa freguesia, e os trabalhos que tem lá realizado, pois tenho verificado nas informações anteriores, e também nesta informação, a intervenção da pavimentação em tapete betuminoso na estrada que liga o tabuleiro da Barragem do Carrapatelo à Estrada Nacional 108, no Lugar do Barreiro, na extinta Freguesia de Paços de Gaiolo, que já se encontra em fase de acabamentos também a intervenção.

De facto, já foram feitas outras intervenções pela Câmara Municipal nesta parte da freguesia, com muitas carências de infraestruturas, para que a população ali se possa fixar, embora toda a freguesia necessite de muitas intervenções. Mas, no entanto, não detetei qualquer referência a projetos futuros, alguns deles já solicitados por nós, que passo a referenciar ao Sr. Presidente, para que não se esqueça desses pedidos, nomeadamente o alargamento do Cemitério de Paços de Gaiolo, a construção da Praça do Conselheiro Doutor Alfredo Manso Preto, ampliação da Escola de S. Sebastião, e sobretudo o alargamento da curva junto à Igreja de Penhalonga, com a respetiva pavimentação da estrada, mais conhecida como Estrada de Montedeiras, em tapete betuminoso, pois a mesma já se encontra em muito mau estado. Pelo que peço ao Sr. Presidente, mais uma vez, que não se esqueça dessas obras, conforme solicitadas por nós, por



escrito, no início de novembro, a esta Câmara Municipal, e que até hoje ainda não obtivemos resposta.

Obrigada.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Sr. Deputado José Barbosa.

--- **José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS)** ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Exmo. Sr. Presidente, deputados municipais, público presente, comunicação social e ouvintes da Rádio Marcoense:

A minha intervenção prendia-se basicamente com a informação do Sr. Presidente, mas visto o meu nome já ter sido aqui mencionado duas (2) ou três (3) vezes, eu pedia autorização ao Sr. Presidente para fazer um pequeno reparo.

Em primeiro lugar, dizer que o Presidente da Freguesia de Tabuado foi eleito democraticamente, e esse Presidente sou eu.

Em segundo lugar, o Samuel Vieira, o cidadão, tem direitos como qualquer outro cidadão, de pôr as questões que ele bem entender. E devo referir que o que o cidadão Samuel Vieira faz nesta Assembleia, fá-lo na Assembleia de Freguesia de Tabuado, e fá-lo, pelo menos nessa outra Assembleia, de uma associação da qual eu sou sócio, ele também, e não faz parte da Direção, e ele frequentemente faz este tipo de questões aos membros que estão na Direção.

E já agora, também gostava de agradecer ao Dr. Rolando Pimenta a intervenção que fez em defesa da minha honra. Eu não o fiz porque não gosto de reagir a quente. E acho que depois de ter ponderado, e como já tinha previsto esta intervenção, de o fazer agora.

E então agora passava para a questão que me trouxe aqui. E até nem é muito habitual eu ler a informação do Sr. Presidente com tanta atenção como o fiz desta vez, e fi-lo, e reparei aqui em algumas situações que, se calhar, se o cidadão Samuel Vieira tivesse lido, não teria motivos para vir cá fazer essa intervenção. E começava aqui pelas obras realizadas por administração direta da Câmara Municipal: reabilitação de pavimentos de cubos em lanços onde existem raízes de árvores ou depressões nas ruas e vias. Depois tem aqui uma série de freguesias, onde também está Tabuado. Eu gostava de perguntar se esta intervenção tem a ver com a Rua de Outeiro, a Rua da Panchorra e a Rua Manuel Montenegro Machado, porque foi feito esse pedido, mas a intervenção ainda não aconteceu.

Depois, passando um bocadinho mais à frente, execução de muro e suporte de rede de drenagens de águas pluviais na Rua de Outeiro, e depois diz entre parêntesis "mão de obra e material na Freguesia de Tabuado". É verdade que foram construídos dois (2) muros pela Câmara Municipal; o povo de Tabuado, muito especificamente de Outeiro, há de agradecer, mas há aqui uma incongruência. E depois, eu reparei, tive o cuidado de ler, e fala aqui em várias intervenções em que fala em mão de obra e material. A Junta de Freguesia de Tabuado – estou aqui em defesa do Executivo – foi confrontada em ter que pagar o material – estou a falar



dos tubos, estou a falar do cimento, estou a falar do areão. A Câmara, efetivamente, fez os muros, pôs lá a mão de obra, mas o material foi pago pela Junta de Freguesia. E estamos a falar, não é um valor... mas estamos a falar de mil e tal euros.

Passando um bocadinho mais à frente, empreitadas em curso: execução da pavimentação de cubos de granito, e tem aqui mais uma série de freguesias, e também está aqui Tabuado. Não sei se se está a referir à empreitada que está a decorrer, uma empreitada lançada pela Junta de Freguesia de Tabuado na Rua de Outeiro. E esta empreitada, é óbvio que é verba a que a Junta tem direito pelo acordo que tem com a Câmara para pequenas intervenções, de 2015, mas o qual não é suficiente para a empreitada – é uma empreitada que anda à volta de quinze mil euros (15.000€).

Portanto, eram estas as questões que tinha a pôr. Eu podia falar aqui, mas acho que o Sr. Presidente da Assembleia daqui a pouco vai-me cortar a palavra, porque ainda referente à intervenção do Samuel Vieira, eu há pouco era para dizer só um pequeno pormenor: efetivamente, ele tem-me questionado – não é diariamente, mas muitas vezes – se eu já tenho resposta ao ofício para a colocação das placas toponímicas. E eu, obviamente, como ainda não tinha uma resposta, não tinha dado a resposta que ele gostava de ouvir.

E dito isto, termino a minha intervenção. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Deputado. Daria a palavra agora ao Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados, comunicação social e Exmo. Público:

Penso, no âmbito da atividade também da Câmara Municipal, fazer aqui um elogio – para que também não se diga que a gente só critica – e gostaria de aqui, publicamente – porque, de facto, foi excepcional – elogiar a rapidez com que os funcionários da Câmara Municipal solucionaram dois (2) problemas imprevistos que aconteceram na EB 2/3 de Alpendorada, um deles teve a ver com o rebentamento de um tubo de água subterrâneo, e que foi comunicado de manhã, de manhã cedo, quando se aperceberam disso, e ficou solucionado antes do almoço. Portanto, acho que deve ser elogiada essa parte. Outra teve a ver com a situação da caldeira, que também foi solucionada no próprio dia.

Aproveito também para agradecer a colaboração da Câmara no Corta-Mato do Agrupamento de Escolas, que este ano conseguiu atingir novecentos (900) alunos. Dar nota da realização, na quinta-feira passada, do Torneio de Ténis de Mesa e Badminton, integrado no Marco no Desporto.

E já agora, aproveito para anunciar a realização de uma prova de Desporto Escolar de canoagem, na Albufeira da Barragem do Torrão, no próximo sábado.

Obrigado.



--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Jorge Pessoa.

--- **Jorge Pessoa (PPD/PSD)** ---

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço desculpa pela minha voz, a gripe apanhou-me. Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, caros colegas deputados, público, comunicação social:

Eu vou ser muito breve. Em relação à informação escrita, felizmente a informação diz-nos tudo o que se vai passando neste município. Felizmente, a própria Oposição reconhece aquilo que vai sendo feito aqui, e basta ver os elogios que já foram feitos ao trabalho do Executivo Municipal. Era bom que o país estivesse tão bem entregue como está o concelho, porque certamente estaríamos aqui a falar de outras coisas.

E como tal – e isto não está na informação escrita, mas foi abordado na reunião da CIM – eu gostava de saber qual é a posição da Câmara, e quais são as diligências que têm sido feitas relativamente à questão das obras na Nacional 211, que vai ligar Soalhães, para fazer a ligação depois a Cinfães, e relativamente ao IC35. Parece que a informação que temos é que isto foi adiado, cancelado, suspenso, e portanto, gostava de saber quais são as diligências que o Executivo tem feito relativamente a isso.

E como estamos num espírito de natal, ainda ninguém falou do natal, tendo em conta o meu estado de saúde não pretendo intervir mais, queria deixar aqui um repto natalício, e porque há muita gente que vem aqui muito exaltada, vamos ter mais calma, ser mais pacientes uns com os outros.

E portanto, não podia terminar sem dizer uma coisa: há duas (2) Assembleias atrás, houve um deputado que nos insultou, e nos chamou assim uma palavra muito feia. Na Reunião de Líderes seguinte, esse deputado disse que se iria retratar aqui publicamente e pedir desculpa a todos. Essa reunião foi extraordinária, e ele não o fez, e eu presumi que teria sido por isso. Esta reunião foi ordinária, e esse deputado continua a não pedir desculpa aos deputados. Eu, pessoalmente, senti-me ofendido. Portanto, não sei se terá sido um lapso do deputado, se ainda o pretende fazer, mas eu gostava que o fizesse, até pelo espírito natalício que atravessamos.

Obrigado.

--- **Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD)** ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado José António Valdoleiros. Já agora, Sr. Deputado, o vosso Partido já gastou sete (7) minutos, pelo que terá três (3) minutos, com a devida tolerância.

--- **José António Valdoleiros (PS)** ---

Vou ver se consigo ser sintético. Sr. Presidente, eu queria relevar duas (2) ou três (3) situações, e vou tentar ser o mais rápido possível, falando o mais rapidamente possível também.

Eu queria questionar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal relativamente à forma como tem sido feita a informação escrita, que não cumpre a Lei. Ora, como não cumpre a Lei, é meu entendimento que o Sr. Presidente da Assembleia deverá instar a Câmara Municipal no sentido



de ela ser feita de acordo com o que a Lei impõe. Penso que dentro das suas competências o poderá fazer.

Segundo ponto: a informação escrita contém erros, como já foi demonstrado aqui na parte feita pelo camarada José Fernando, no tocante às obras, mas eu chamo à atenção sobre o aspeto jurídico. Nos assuntos jurídicos, está informado que nos processos judiciais em curso, que a situação atual se mantém, que é igual. Não é verdade. Não é verdade na medida em que a informação que nós temos aqui é uma informação que difere relativamente à última Prestação de Contas, que foi a de 2015, há uma diferença de nove milhões e duzentos e tal mil. Portanto, há aqui qualquer coisa que não está a jogar certo.

Por outro lado, eu queria também lembrar que nada foi afirmado relativamente aqui às finanças. Ora, foi evidente a maneira como foi discutido aqui este assunto, foi evidente que a contabilidade de custos faz falta. E eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se a contabilidade de custos está, ou não está já implementada, porque ao ler o parecer do fiscal único, fica-se com a sensação de que, efetivamente, esta contabilidade de custos ainda não está implementada, quando contratualmente já o devia estar. E aqui, eu ponho uma questão, que me parece que tem a ver com alguma ética que temos que ter: é que quem, efetivamente, monta a contabilidade de custos é uma empresa que tem ligações à empresa que faz a revisão oficial de contas, que o gerente é o mesmo. Se o gerente é o mesmo, efetivamente, há que ter algum cuidado, pelo menos ético – pode não haver, efetivamente, no aspeto lógico, que isso seja permitido, eu desconheço, mas parece-me que eticamente, não me parece correto.

E ao lermos o parecer, ficamos com a nítida sensação – eu vou ler os pareceres rapidamente, do que foi emitido em 2014. E em 2014, o fiscal único disse concretamente: “O município encetou, em 2014, o processo de implementação do sistema de contabilidade analítica, de acordo com o previsto no POCAL. Uma vez que o processo ainda se encontra em curso, não foi possível analisar os mapas que decorrem da implementação desse sistema.” Isto foi dito no primeiro semestre de 2015. Segundo semestre de 2015, continua a dizer o Revisor Oficial de Contas: “Durante o exercício de 2015, o município procedeu à implementação do sistema de contabilidade de custos, o qual se encontra em curso, sendo já possível extrair alguma informação desse sistema. É expectável que no decurso de 2016 sejam produzidos e relevados todos os mapas exigidos pelo POCAL.” E relativamente ao primeiro semestre de 2016, há aqui, de facto, uma anotação que me parece, enfim, passível de alguma crítica. É que diz, no seu parágrafo sete (7), uma reserva referente à implementação do sistema de contabilidade de custos, “o Executivo é da opinião que até ao final do presente exercício (que termina a 31 de dezembro), a mesma será finalizada, nomeadamente quanto à produção dos mapas exigidos por Lei.” Há aqui contradições. Então, antes disto já se podia extrair alguma informação, outra diz que o Executivo vem dizer que é no final do ano? E há outra contradição: é que no contrato da firma Triconsulte, está lá chapado que o contrato terminava em 17 de setembro deste ano.

Portanto, a contabilidade tem que estar montada, e se estivesse montada, as questões colocadas, e que eu tenho vindo a colocar, e colocadas hoje pelo Sr. Presidente da Junta de Tabuado, eram perfeitamente respondidas, porque nós podíamos consultar, obra a obra, o que é que, efetivamente, tinha sido gasto, o que é que tinha sido aplicado, e como é que o dinheiro teria sido usado.



Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu daria a palavra ao Executivo, terminadas as interpelações ao Executivo, para poderem responder.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas Municipais, Srs. Munícipes e comunicação social:

Em relação à intervenção da Sra. Representante da Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo, Raquel Pereira, agradecer-lhe, naturalmente, as suas palavras. E também em relação às questões que colocou, dizer o seguinte: nós temos previsto – há muito tempo, como sabe – atribuir um apoio financeiro para a ampliação do Cemitério de Paços de Gaiolo. Se isso ainda não aconteceu, a responsabilidade não é nossa, como bem sabe, porque está ainda por resolver o magnânimo problema do registo do terreno em nome da Junta de Freguesia. Sem isso, não é possível fazer a obra, e o Sr. Presidente da Junta sabe disso muito bem. Da nossa parte, mantemos, naturalmente, essa vontade e essa disponibilidade para colaborar, como temos colaborado com tantas outras freguesias do nosso concelho, na reconstrução de novos, e ampliação dos cemitérios atuais. E isso tem acontecido de uma forma permanente ao longo dos mandatos, e agora também neste mandato, e em particular nos últimos meses, e assim vamos continuar também nos próximos, porque já temos aí novos pedidos para apoiar a ampliação de cemitérios noutras freguesias do concelho.

Depois, dar nota, em relação à requalificação de todo aquele espaço desqualificado há muitos anos, ali em frente à Igreja Paroquial de Paços de Gaiolo, dizer que da nossa parte concordamos e manifestámos desde a primeira hora disponibilidade para colaborar na implementação da sua requalificação, para se transformar numa pequena praça com o nome do Conselheiro, Dr. Alfredo Manso Preto. E estamos a aguardar, realmente, que o projeto esteja pronto para ser implementado. E a nossa vontade até, inclusivamente, é de atribuir um subsídio à Junta de Freguesia, para ser a própria Junta de Freguesia a fazer essa intervenção naquele espaço, e ficar assim, depois de já há uns anos termos ajudado a Associação de Independentes de Pesca de Paços de Gaiolo a fazer a requalificação de uma casa ali também ao lado, e ficou bem para sede social, e agora fazermos, realmente, mais alguma coisa para ficar todo aquele centro cívico, dentro daquilo que é a Paróquia de Paços de Gaiolo, com outra qualidade.

Também dar nota de que é nossa vontade tentar ainda fazer o recuo do muro junto à Igreja de Penhalonga. É uma obra cara, bem cara, e ainda não temos, neste momento – porque o Sr. Presidente da Junta disse-me que era importante também haver mais uma reunião, já tivemos várias ao longo dos anos, dos mandatos, também com a Paróquia, com a Fábrica da Igreja, porque têm havido várias opiniões ao longo dos mandatos em relação também a algo que poderia ali vir a ser implementado, mas que julgo que atualmente está, de algum modo, em *standby*, se é que algum dia vai acontecer, que é, realmente, fazer ali um equipamento de carácter pastoral, paroquial, etc., e que isso poderia depois ser inserido nos acessos a essa iniciativa. É um assunto que já tem alguns anos, já vem do meu primeiro mandato, mas depois não teve, de facto, desenvolvimentos, a não ser de vez em quando, esporadicamente, ser falado



o assunto. Neste mandato nem sequer isso aconteceu. E por isso, da nossa parte, nós já temos a intenção de fresar – já pusemos ao longo da Estrada de Montedeiras, que é assim que ela é mais conhecida, desde o Freixo até Penhalonga, um microaglomerado, microaglomerado esse que já está, de facto, em vários troços, bastante degradado. Não conseguimos pôr um tapete em toda a extensão; vamos procurar fresar vários troços, procurando, evidentemente, naqueles que estão mais degradados. E a nossa intenção era, exatamente, depois ali junto à Igreja fazer o recuo do muro, e fazer o tapete até cá em baixo às bombas de gasolina (como é assim que a gente também muitas vezes designa), e até fazendo passeios também ali naquele percurso final, já dentro, como digo, daquilo que é o centro cívico da Freguesia de Penhalonga. E é essa a nossa vontade, e nesse sentido vamos procurar que isso aconteça.

Depois, julgo que me falou da ampliação da Escola EB1 de S. Sebastião, já falámos aqui hoje sobre a matéria. A vontade existiu sempre, a questão é que esbarrámos, realmente, em quem tem que dar também o *agrément* e o visto para que essa obra pudesse ser realizada. Não sei se no futuro isso vai acontecer, esperemos que sim, dado que se houver aumento da população escolar, admito que aumente a natalidade, e isso vai implicar no aumento da população escolar, e isso pode vir a acontecer. Agora, neste ano que tivemos, nas férias, para fazer essa obra, não foi possível, porque não tivemos o *agrément* da DGEstE aqui no norte.

Eu suponho que disse uma última questão, que já não me recordo, acho que não registei. Não, foi a última.

Em relação ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tabuado, José Fernando Barbosa, eu vou dizer-lhe apenas o seguinte: nunca estive em causa, exatamente, a sua legitimidade. Eu não sei se o senhor vive mal com essa questão. Eu, da minha parte, nunca pus em causa a sua legitimidade; pelo contrário, temos tido sempre relações, e penso que da minha parte tenho mantido sempre relações amistosas. Amistosas. Penso é que há uma reserva mental da sua parte em relação a esta Câmara Municipal, não sei por quê, talvez pelo facto de nós não o termos apoiado, porque tínhamos uma candidatura própria na freguesia, e o senhor ainda não ultrapassou essa questão. E eu tenho pena, tenho pena, mas o problema está consigo, não está connosco. Não está connosco.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Samuel Vieira, eu vou pedir para o senhor sair da sala se não conseguir se manter calado. Sr. Presidente, desculpe lá, eu penso que há aqui um processo que é educacional. Eu acho que há aqui um processo que é de base educacional. E portanto, eu peço-lhe o favor de se manter calado nesta sala. Desculpe, eu peço-lhe o favor, o senhor aqui não vai falar mais. Eu peço-lhe o favor de estar calado. Isto aqui não é um espaço como lá fora. Portanto, o senhor tem aqui o seu espaço, nós teremos todo o respeito por si, mas tenha respeito pelas pessoas que estão cá dentro. A única coisa que lhe peço é que tenha respeito pelas pessoas que estão cá dentro. Peço desculpa, o senhor não vai falar mais.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Por isso, quando o senhor, há bocadinho, agradeceu ao Sr. Dr. Rolando Pimenta a intervenção que fez, eu acho que a intervenção do Dr. Rolando Pimenta foi completamente sem sentido, porque eu, realmente, não o ofendi; pelo contrário, eu até reforcei a sua legitimidade, porque disse que tem aqui um representante na Assembleia Municipal, que é o Presidente da Junta, que



tem legitimidade também para colocar as questões que entender úteis para a Junta de Freguesia. Quer dizer, parece porque também faz o seu papel. Faz o seu papel, foi isso que eu disse e mantenho, porque tem sido assim. Ou então, o senhor, como não quer, se calhar, pôr algumas questões, então, se calhar, pede esse subsídio da parte do município em causa, para vir aqui numa atitude sempre de provocação para com a Câmara, e em particular para comigo, porque como digo, nunca lhe fiz mal nenhum, e espero nunca lhe fazer até ao fim da minha vida. E o senhor tem também uma obsessão pelo Manuel Moreira, não sei por quê. Eu devo dizer que você teria melhor escolha; se quer que lhe diga a minha opinião, é que teria melhor escolha.

Por isso, dizer com toda a franqueza que em relação às questões que colocou, a informação que está aqui é uma informação decorrente da realidade daquilo que tem sido naturalmente feito ao longo do concelho, nas diferentes instituições e freguesias, na parceria entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, mesmo através dos contratos interadministrativos, e naquelas obras que são feitas por administração direta da Câmara Municipal, e por empreitadas lançadas pela Câmara Municipal. É a isso que procuramos ser fiéis.

É evidente que lá na questão do Outeiro, nós demos também, realmente, para além da mão de obra, também alguns materiais para que esse muro fosse recuado, ampliada a rua, etc., sem prejuízo de que também possam ter dado o vosso contributo. Agora, há uma coisa que eu sei, e isso eu faço muita questão – é por isso que a informação é extensa, porque há uma coisa que a mim também, acho que não fica bem: é que as obras que a gente muitas vezes faz ao longo de todo o concelho, nas diferentes freguesias, normalmente quando há boletins de freguesia, ou informações da freguesia, ou até nos *síntese Facebook* das freguesias, nunca dizem que a Câmara Municipal teve qualquer intervenção, e são obras, muitas vezes, feitas na íntegra pela Câmara Municipal. Evitam, omitem, e nas declarações feitas até à comunicação social, nas entrevistas que dão, alguns dos Srs. Autarcas também omitem a Câmara Municipal. Parece que a Câmara não esteve presente. Ora, isso também não me parece justo nem adequado. Como eu disse sempre, o governo do município é a Câmara Municipal com as Juntas de Freguesia. Por isso, é nesta parceria estratégica que nós continuamos a dar resposta às necessidades do nosso concelho, e a desenvolver o concelho e cada uma das freguesias, e acho que isso deve ser dito, a Deus e a César – não é só a Deus, isoladamente, ou a César; não, a Deus e a César aquilo que realmente lhes compete, e que têm feito em parceria.

As placas toponímicas, acho que já respondemos, particularmente o Sr. Vice-presidente da Câmara, Eng.º José Mota, não precisamos de dar mais informação sobre a matéria. Por isso, vamos, realmente, responder oportunamente, em termos concretos, das solicitações que temos aí presentes, das várias freguesias.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado, Prof. Mário Luís, agradeço as referências que fez às intervenções em que fomos dando uma resposta mais rápida, desde o tubo da água à caldeira da Escola EB 2/3 de Alpendorada, e naturalmente, o apoio que temos procurado sempre prestar, como parceiros que somos, positivos, das nossas instituições, e também a nível das escolas, das atividades que têm sido feitas, realizadas nos mais diversos campos, também no plano desportivo.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Jorge Pessoa, dizer aquilo que tenho dito na Câmara Municipal, também aqui na Assembleia, também na Comunidade Intermunicipal do Tâmega e



Sousa e no diálogo direto com o Governo: é que há investimentos que são investimentos estruturantes, de proximidade, que dizem respeito à nossa região, e em particular também ao nosso concelho, que este Governo pura e simplesmente parou, tão simples quanto isso. Os concursos tinham sido lançados até pelo Governo anterior – em julho de 2015 a variante à Estrada Nacional 211, a execução dessa ligação entre Quintã (Soalhães, Marco de Canaveses) a Mesquinhata (em Baião), entrando em todo o Concelho do Marco de Canaveses pelos Encabalados, em Paredes de Viadores e Manhuncelos, e a ligar, naturalmente, a Cinfães, através do tabuleiro da barragem. Parou. Respostas: adiamento para 2017, Plano de Proximidade até final deste ano, mas ainda não sabemos nada, e agora, numa interpelação até do deputado Luís Vales, aqui do Marco de Canaveses, ao Ministro da Tutela, Planeamento e Infraestruturas, a resposta agora foi já para 2018, já não se fala em 2017. Entretanto, fizemos uma missiva, ou melhor, uma recomendação, uma proposta à Câmara para que, efetivamente, fizéssemos esse apelo ao Governo para avançar esta e também o IC35, não tivemos ainda resposta nenhuma. Recebi agora uma comunicação para ir a Lisboa, no próximo dia 30, a uma reunião com o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas. Mas, a resposta que nos tinha vindo era que, realmente, a obra não seria este ano, já estava adiada, estava ainda em relatório preliminar – há um ano em relatório preliminar – 2017, e agora o Ministro responde a um deputado aqui do nosso círculo eleitoral do Porto e da nossa terra de Marco de Canaveses, 2018. Vamos ver se no dia 30 a reunião é apenas para me confirmar isso, ou se é para me dar uma boa notícia, de que o concurso vai ser acelerado para o relatório final, adjudicação de obra e obra no terreno, que já devia estar desde o verão passado.

O IC35 também é a mesma coisa, foi lançado pelo Governo anterior o primeiro lanço do IC35, entre a A4 e Rans, foi, naturalmente, neste momento, adiado *sine die*, porque não temos notícia de que vá ser retomado, e quando. E como sabem, são obras que estão previstas, estas, desde 2001, desde a queda da Ponte Hintze Ribeiro, e por isso, há quinze (15) anos, e a 211, esta execução de Quintã, Mesquinhata, Cinfães, também há quinze (15) anos, ou mais, está lá em cima a barreira, ali em Soalhães, que a vemos há muito tempo lá, tempo demais, e que efetivamente merecíamos já ter essa obra em execução, o que lamentamos. Por isso, no fundo, se calhar, dentro também da preocupação do Governo, de controlo do défice público para, naturalmente, corresponder aos objetivos da União Europeia, está a fazer parar estes investimentos, que são investimentos estruturais de proximidade. E olhe, por exemplo, no caso deste aqui, são três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000€), são “peanuts” em termos de investimento nacional, este da ligação de Marco de Canaveses a Cinfães, acho que podia perfeitamente avançar. Já sabemos que o IC35, esse já tem um valor mais elevado, mas podia ser feito também gradualmente, como tínhamos essa expectativa, para servir os cidadãos numa estrada moderna, com maior segurança, para subir a 106, e também para servir as empresas da região, e em particular do nosso Baixo Concelho, da extração, transformação e comercialização do granito, em Alpendorada, no Baixo Concelho de Marco de Canaveses.

O Sr. Deputado, Coronel José António Valdoleiros, sobre as questões que colocou, eu vou pedir ao Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo, para poder, então, responder às mesmas.

E dizer-lhe também o seguinte: nós estamos a fazer, acho, uma caminhada, que é uma caminhada progressiva, no sentido de melhorarmos também toda a informação, todos os documentos, para podermos, naturalmente, ter uma administração autárquica o mais aberta, transparente, que nós queremos realmente ser. E acho que, efetivamente, há aí uma mudança,



que eu acho que é assinalável, e que acho que era importante também sinalizarem isso. Mesmo assim, sabemos que ainda temos caminho para fazer, se é que algum dia estará totalmente feito. Nunca estará, porque novas exigências virão a nível da Lei, e também daquilo que deve ser uma administração moderna, transparente e exigente. E por isso, naturalmente que isso também passa por termos uma estrutura, e com mais recursos humanos em várias áreas, para nós podermos responder. E como sabem, também temos aqui limitações, porque não podemos admitir como queremos. E isso também era um aspeto que era bom ter também presente, para termos capacidade, porque é fácil fazer transferências, e nós, que somos uns paladinos do Poder Local Democrático, que agora vamos celebrar os quarenta (40) anos – e já agora ficam com a informação, no dia 11, vão ser convidados para aqui assinalarmos condignamente os quarenta (40) anos do Poder Local, com o descerramento de uma placa, às quinze e trinta (15h30), e aqui uma Conferência do Marco sobre os quarenta (40) anos do Poder Local Democrático, onde queremos também homenagear os autarcas que serviram esta nossa terra ao longo de tantos mandatos, até à atualidade. E por isso, dizer-vos com toda a franqueza que nós gostaríamos de poder, naturalmente, ter uma estrutura, e também ter outros recursos humanos, para podermos responder a todo este conjunto de novas exigências. E eu estou certo que as novas exigências estão aí. E agora, transferir novas competências e atribuições para o município, mas depois não termos os recursos, não termos os meios para os podermos exercitar em plenitude, também devo dizer, como se costuma dizer em linguagem popular, às vezes parece um presente envenenado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu agradecia que terminasse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Vou terminar. Mas eu sou favorável, porque como eu sou a favor da descentralização, sou um regionalista convicto, sou a favor das regiões administrativas em Portugal, na nossa região, do norte, e aqui com as comunidades intermunicipais a trabalhar em parceria estratégica, a nível dos municípios, intermunicipal, e aqui com o nosso município também a assumir cada vez mais responsabilidades, em parceria com as Juntas, então era bom que, efetivamente, também nos dessem os meios. Mas, como sabem, nós não somos livres de poder contratar como queremos, e poder realmente contratar mais colaboradores em várias áreas, inclusivamente a nível de técnicos superiores, que quando cheguei a esta casa, há onze (11) anos, em quase quinhentos (500) funcionários, tínhamos vinte e cinco (25) técnicos superiores. Isto não é normal em Portugal, na Europa, primeiro mundo, não é normal. Felizmente que as coisas estão diferentes, para melhor, mas ainda estamos aquém do que é necessário e exigente. Por isso, dizer exatamente isso.

E já agora, Sr. Coronel José António Valdoleiros, eu devo dizer o seguinte: eu não tenho medo de me comparar, ou de comparar o nosso município, com muitos outros municípios, seja da área do PSD, seja da área do PS, e não é preciso sair do Distrito do Porto. Se calhar estamos francamente melhores. Também convinha, se calhar, o senhor, que é um homem que tem essa disponibilidade mental e essa disponibilidade também política e cívica, faça essa comparação. Com certeza que haverá melhores que nós, mas haverá também, se calhar, da sua área política, muito piores, e estão aí a funcionar.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



O tempo já passou. Daria no fim, está bem? Sr. Vereador, como o tempo está a ser ultrapassado, eu vou-lhe pedir que seja o mais breve possível, para que possa dar as explicações necessárias.

--- **Vitor Gonçalo (Vereador)** ---

Serei o mais contido possível.

Então, indo diretamente às questões, relativamente à questão das provisões e a indicação referida na informação escrita do Sr. Presidente, em que diz que não há qualquer alteração relativamente ao da Prestação de Contas, leia-se o documento do Orçamento, que integra hoje a documentação do dia, e no qual é apresentado o atual mapa das provisões, como podem ver, será discutido talvez da parte da tarde, no Ponto n.º 3.3 desta ordem do dia. E como tal – e penso que terá sido aí que tenha verificado essa variação dos nove milhões (9.000.000€). Acerca disto, dizer o seguinte: isto para dizer que a informação foi dada, foi dada, embora não de forma direta na informação escrita do Sr. Presidente, mas foi disponibilizada a esta Assembleia, não há aqui qualquer omissão de informação, apenas de uma forma diferentemente repartida.

Relativamente a isto, dizer o seguinte: o processo das provisões da autarquia está a ser, ao longo deste ano, revisto. A análise que estava a ser feita, estava-se a considerar, numa série de processos, o valor processual como eventualmente um valor de indemnização, e não é bem assim. Na prática, é obrigatório, pelo que me dizem os juristas, que exista sempre o valor processual, mesmo que o valor de indemnização pedido seja zero. Como sabem, as provisões são criadas apenas para fazer face a riscos de indemnização que possam vir a ser pagas no futuro, é uma forma de antecipar já essa perda potencial, e portanto, nós estamos a fazer esse trabalho junto dos nossos juristas, ao longo deste ano, de separação do valor processual do valor das indemnizações. E daí ter havido alterações. No caso concreto, essa variação para menos de nove milhões (9.000.000€) tem a ver com a ação popular interposta no âmbito do processo das águas, que é também sobejamente conhecido, e não vale a pena estar a estender muito acerca desse tema.

Indo à questão da contabilidade de custos, e alguma alegada incoerência entre os pareceres do Revisor Oficial de Contas, gostaria de dizer o seguinte: o Revisor Oficial de Contas é completamente independente na sua opinião – e eu, por defeito profissional, sei que assim é – é completamente independente na opinião que emite acerca das contas do município. Portanto, qualquer questão que não concorde, ou em que possa ver alguma incoerência, não é da responsabilidade deste Executivo; longe de nós estar a interferir com o texto que ele escreve e assina, e com a sua opinião. Portanto, ele terá feito o trabalho necessário para chegar às suas conclusões, e terá emitido a sua opinião de acordo com as conclusões a que chegou.

E nesse particular, referir o seguinte: de facto, nós, por reconhecermos a utilidade da contabilidade de custos é que estamos a implementá-la. Já é um processo que iniciámos, já em 2015, e que o processo de implementação está concluído, tal como referiu o parecer do Revisor Oficial de Contas. Acontece que a produção da informação, além de que é feita sempre com alguns meses de atraso – é preciso primeiro fechar toda a contabilidade para que seja obtida informação da contabilidade de custos; ela será oportunamente disponibilizada junto com a Prestação de Contas do ano de 2016. O processo de implementação começou em 2015, terminou já no início de 2016, está implementada, efetivamente, a informação está a ser testada,



há algumas arestas a limar, o processo é mesmo assim. E portanto, é nossa convicção que aquando da Prestação de Contas de 2016 será disponibilizada a informação da contabilidade de custos relativamente ao ano todo de 2016, e no caso, poderá ser alvo de apreciação por esta Assembleia Municipal.

Referir ainda, acerca da questão que colocou, acerca da adjudicação do serviço de implementação da contabilidade de custos, como já tive oportunidade de referir anteriormente, intervieram aqui duas (2) entidades neste processo. Há uma parte, digamos, de consultoria, à qual se referiu, e depois há a parte de consultoria mais técnica e financeira, que tem a ver com o desenho do processo, e a operacionalização e teste do processo, e depois há toda a parte informática, que como deve compreender, careceu de adaptar o nosso *software* a esta nova realidade, esta nova necessidade, e isso é feito pela nossa empresa – no caso, é uma associação, que é a AIRC, que é propriedade de uma série de municípios deste país. E portanto, já tínhamos há muitos anos esse sistema informático a apoiar-nos na gestão financeira do município, e é com essa entidade que continuamos a trabalhar. E portanto, está a haver aqui, neste momento, um trabalho de monitorização, verificação, conferência, acompanhamento do processo. Mas tal como referiu o parecer do Revisor, o processo de implementação está concluído; ainda não temos, obviamente, informação...

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Sr. Vereador, dentro das suas possibilidades, logo que possa concluir, eu agradecia, porque estamos já a ultrapassar bastante o tempo.

--- **Vitor Gonçalo (Vereador)** ---

Pronto, o essencial, penso que está dito. Posso terminar por aqui, penso que respondi às questões colocadas. Era só.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Obrigado. Eu daria a palavra ao Sr. Deputado José Valdoleiros.

--- **José António Valdoleiros (PS)** ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu só queria fazer um pedido de esclarecimento, e é o seguinte: eu perguntei se a contabilidade de custos estava efetivamente montada, se já estava a funcionar em pleno. E suscitei uma questão de ética, que é, efetivamente, ser um Revisor, ser a empresa que efetivamente monta, a mesma pessoa, ou as mesmas pessoas ligadas. Isso obrigava a que o serviço seja perfeito, porque no limite, e como o Sr. Vereador explicou, e muito bem, os pareceres são vinculativos, a Câmara não tem nada a ver com isso, mas quem faz, e vai batizar a seguir? Há aqui, parece-me, um conflito ético.

Depois, eu queria também lembrar, que o Sr. Presidente fez alguma referência relativamente a nós não salientarmos o bom que temos feito. Temos, temos sinalizado o bom que tem sido feito. Há intervenções minhas aqui, e do Partido Socialista, a sinalizar aquilo que às vezes é bem feito, e está em ata, está em ata da Assembleia. Portanto, é só pesquisá-las. E não fiz comparações com nenhuma Câmara. Em tempos, noutras sessões, antigamente, cheguei a fazer alguma comparação.



E queria só finalizar, dizendo o seguinte, porque às vezes temos que também ter esta noção do que é uma autarquia: uma autarquia é uma comunidade de cidadãos. E por isso, os autarcas devem ser as primeiras referências no cumprimento da Lei e na capacidade de diálogo. Não falo na boa educação, porque isso, cada um tem que a ter, e eu não tenho razão de queixa neste âmbito, e acho muito bem, que nós temos que ser educados. Mas, há uma coisa que eu devo dizer ao Sr. Presidente da Câmara, com toda a sinceridade e com toda a honestidade intelectual, que o devo dizer, e com toda a amizade e consideração: o Presidente da Câmara não é o único intérprete do que convém ou não convém aos munícipes. E por tal, tem que estar aberto a ideias contrárias, e não se sentir ofendido sempre que as mesmas sejam expressas. Nós emitimos a nossa opinião, e a minha opinião é sempre no sentido positivo. Eu faço uma Oposição construtiva, como tenho demonstrado.

Era isso que queria dizer. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sr. Deputado. Dava a palavra agora ao Sr. Dr. Rolando Pimenta, para fazer uma interpelação à Mesa.

--- Rolando Pimenta (PS) ---

Esta interpelação à Mesa é com base no art.º 30.º do nosso Regimento. É recorrente nesta Assembleia que o Sr. Presidente utiliza, e esgota, e ultrapassa o tempo de antena que tem estabelecido regimentalmente, para depois passar a palavra a outros elementos do Executivo. O Sr. Presidente já tinha excedido o tempo, não respondeu a questões colocadas, veio para aqui fazer política, o que é correto, mas veio fazer política nacional, e não respondeu a questões concretas, passando a palavra para o Sr. Vereador Vítor Gonçalves, que se excedeu em mais dez (10) minutos. É esta a democracia que temos no Marco.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Dr. Rolando Pimenta, eu acho que é bom repormos as verdades no meio destes processos todos. Já agora, e para sua informação, e penso que para quem está lá em casa a ouvir-nos, porque possivelmente não foi assim, e portanto, para sua informação hoje, é verdade que hoje os tempos estão a ser ultrapassados por todas as Bancadas, principalmente pela do PS, que também já ultrapassou. Sim, Sr. Dr. Rolando Pimenta, mas isso não é importante; o importante é que as pessoas falem quando há assuntos importantes para serem falados. Srs. Deputados, só mais alguns minutos de silêncio, e eu explicaria. O Sr. Presidente falou mais um minuto e doze (12), ou um minuto e vinte e dois (22) – dois (2) minutos e vinte e oito (28) do que o tempo que lhe tinha dado. O Sr. Presidente da Câmara falou dois (2) minutos e vinte e oito (28) mais do que o tempo que devia ter falado – devia ter parado aos quinze (15), e parou aos dezassete (17) minutos e vinte e oito (28) segundos. O Sr. Vítor Gonçalves falou seis (6) minutos certos. Mas, há aqui uma coisa que é importante, que são as filmagens. Portanto, mais uma vez, nós temos sempre este processo muito bem controlado, e portanto, não vou estar aqui a contrariar. Não há mais dez (10) minutos. É verdade que houve uma alteração de tempo, quando eu pedi ao Sr. Presidente para terminar era porque já estava a ultrapassar o tempo. E portanto, eu não sei onde é que está o art.º 30.º que o Sr. Deputado diz, podemos aplicar a mais pessoas aqui dentro hoje na sala, e portanto, hoje é verdade que já ultrapassámos o tempo, dois (2) minutos, três (3) minutos, cinco (5) minutos, várias vezes, mas se este é o processo, podemos fazer isto ao



segundo para todos. Eu, sinceramente, esta legislatura – e já agora, se me permitem mais dois (2) minutos – esta legislatura, penso que é daquelas em que os tempos menos ultrapassam, e é daquelas onde as pessoas, nesta parte – eu diria sempre nesta parte final – onde as coisas estão a ser mais exigentes. Mas, se quisermos fazer isto ao segundo, faremos ao segundo, e eu garanto-vos a vocês que eu estou aqui a cumprir aquilo que vocês me mandarem cumprir, eu cortarei, ao segundo, a palavra às pessoas. Não tenho problemas nenhuns, são os senhores que mandam nesta casa, nesta casa são os senhores que mandam, e eu estou aqui para cumprir as vossas ordens. Portanto, se os senhores quiserem que isto seja ao segundo, eu farei isto ao segundo. Estejam perfeitamente à vontade, eu estarei cá para cumprir aquilo que ficar combinado em Reunião de Líderes, e irei cumprir, para todos, como é normal, sabendo que hoje, é verdade, o Sr. Presidente da Câmara foi a pessoa que mais excedeu, mas também é a pessoa a quem mais questões colocam. Podemos dizer: “Mas o tempo podia ser mais bem gerido”, isso é outra discussão, que eu não queria entrar nela agora. Mas, agradeço as suas palavras, Sr. Dr. Rolando Pimenta.

Daria a palavra ao Sr. Presidente, e depois queria terminar.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, Srs. Municípes.

Eu já sei que vai ser a questão sempre até ao fim. Eu acho o seguinte: nós queremos ou não queremos ser esclarecidos? Parece-me a mim que se a gente falhar uma pergunta, alguém nos interpela: “O senhor não respondeu a isso.” Quer dizer, põem as questões todas que querem colocar, o tempo é limitado para a gente responder, e entretanto, acham que não há direito a poder-se ultrapassar. E por isso, quero agradecer-lhe, não só ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a tolerância, como à Assembleia Municipal, para nós podermos responder, porque se os senhores intervêm, é porque precisam de informação, precisam que nós respondamos. Então, não nos condenemos depois, a seguir; não nos condenem. Quer dizer, fazem as perguntas, mas não querem as respostas, a não ser que seja para ficar a imagem, através dos meios de comunicação, de que a Câmara foi interpelada, mas o Presidente da Câmara não teve capacidade de responder, não tem resposta. Ora, como eu tenho resposta, eu acho que devo responder. É esse o princípio do respeito para com a Assembleia e para com cada um dos seus membros. Mas, parece-me a mim que há aqui algo que é insanável, esta contradição é insanável, porque quiseram reduzir os tempos de intervenção – enfim, também não sei se é muito simpático dizer os “tempos de antena”, como se porventura estivéssemos aqui em campanha permanente; os tempos de antena são nas campanhas eleitorais, como sabe o Sr. Dr. Rolando Pimenta. E o senhor, até nisso tenta sempre apoucar-nos, não sei também o que é que se passa consigo em relação a mim, mas há de me explicar, e se me puder dar esse prazer até outubro de 2017, eu ficava contente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu preferia continuar com os trabalhos.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Política nacional: o Sr. Deputado Jorge Pessoa fez uma pergunta a propósito dos investimentos que estão na responsabilidade direta da Administração Central. Eu não posso dizer que o investimento parou aqui na nossa região, em relação a duas (2) obras estruturantes? E eu até



nem fui mais longe na dialética, que podia ser, porque esta Assembleia é uma Assembleia política, pode haver aqui o contraditório.

E já agora, dizer ao Sr. Coronel: é evidente que eu aceito as críticas, aceito as opiniões dos outros, mas dê-me também o direito do contraditório. O Sr. Coronel parece que deseja que eu, pura e simplesmente, aceite todas as opiniões. Não, isto é assim, isto é que é a democracia, um parlamento democrático.

Pronto, e era isto que queria dizer, da minha parte.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado. E portanto, todos os esclarecimentos que não foram dados hoje aqui, serão dados depois, oportunamente, para não estarmos aqui a ultrapassar o tempo.

Eu pedia-vos só um favor, se fosse possível: nós passaríamos a um ponto que é muito rápido, que é um ponto de dois (2) ou três (3) minutos, penso eu, que é aqui uma alteração ao Regimento desta Assembleia, para depois entrarmos, de tarde, já no Ponto n.º 3.3, que é o mais estruturado. Não, porque já estamos a chegar à hora do almoço. É uma menos um quarto (12h45), faríamos mais um ponto, e parariamos a seguir, se fosse possível.

Então, vamos passar ao **Ponto n.º 3.2**, Apreciação e deliberação da proposta de alteração ao art.º 60.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Eu pedia a uma das pessoas que faz parte do Regimento da Assembleia Municipal, se quisesse vir fazer a apresentação deste ponto, para depois pô-lo à discussão. Normalmente costuma ser o Mário Luís, não sei se é ele hoje. Dr. Mário Luís, já agora, então, se não se importa.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Passando as apresentações, se me dispensam, como penso que já foi referido, e fomos nomeados para fazer isso, isto tem a ver com a aprovação do novo Código de Procedimento Administrativo, que implicou aqui a alteração de alguns artigos. Vou tentar ler muito rapidamente.

“Proposta de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal”

“Na sequência da aprovação do novo Código de Procedimento Administrativo (CPA), e tendo em vista a atualização das remissões legais constantes do art.º 60.º do Regimento da Assembleia Municipal, a Comissão deliberou apresentar a seguinte proposta de alteração ao referido artigo:

No n.º 1 do art.º 60.º, onde se lê “art.º 44.º”, deve ler-se “art.º 69.º”.

No seu n.º 2, onde se lê art.º 45.º, 46.º e 47.º”, deve ler-se “art.º 70.º, 71.º e 72.º”.

No seu n.º 3, onde se lê “art.º 48.º”, deve ler-se “art.º 73.º”.

No seu n.º 4, onde se lê “art.º 49.º e 50.º”, deve ler-se “art.º 74.º e 75.º”.



Nestes termos, o art.º 60.º do Regimento da Assembleia Municipal deverá passar a ter a seguinte redação, que adiante se transcreve..."

Eu penso que toda a gente tem acesso, e se me dispensavam da leitura integral deste texto.

Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Portanto, o ponto está apresentado. Eu pergunto se alguém quer intervir sobre este assunto. Não havendo ninguém para intervir, eu iria pôr à votação em bloco. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a alteração ao Regimento está aprovada.

Srs. Deputados, interromperíamos agora para o almoço. Como o Sr. Presidente da Câmara disse, o almoço será na Pensão Magalhães, e eu penso que catorze e trinta (14h30) para iniciarmos mesmo, era bom. Então, bom almoço para todos.

(Interrupção dos trabalhos)

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Boa tarde a todos. Vamos, então, dar início à sessão da tarde.

E iniciávamos com o **Ponto n.º 3.3**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano financeiro de 2017.

Eu daria a palavra ao Executivo para fazer a introdução do ponto.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, eu acho que era melhor, se calhar, começar o Sr. Vereador, e depois eu completo a exposição que ele vai fazer em relação ao nosso Plano e Orçamento.

--- Vítor Gonçalo (Vereador) ---

Sr. Presidente da Assembleia, caros secretários, Sr. Presidente da Câmara, colegas vereadores, Srs. Deputados, público, comunicação social, Marcoenses que nos ouvem pela Rádio Marcoense.

Cumpre-me, então, apresentar o Orçamento e as Opções do Plano para 2017. Esta apresentação será efetuada em cinco (5) grandes pontos: um enquadramento geral; depois o Orçamento para 2017 propriamente dito; um terceiro ponto dirigido às Grandes Opções do Plano; um quarto dirigido ao Plano Plurianual de Investimentos; e depois uma análise da situação financeira do município.

Então, em termos de enquadramento geral, dizer que este Orçamento é elaborado segundo um contexto macroeconómico, como podem ver do mapa que consta, quer da documentação disponibilizada, quer aqui da projeção, em que se prevê para 2017 uma inflação na ordem de um por cento (1%), o desemprego na casa dos dez por cento (10%), o PIB cresça na casa de um ponto sete por cento (1,7%), um défice superior a dois por cento (2%), dívida pública mais ou



menos estável, como a que se irá registar no final de 2016, nos cento e vinte e oito por cento (128%), isto segundo as fontes do Banco de Portugal e Conselho de Finanças Públicas.

É um Orçamento elaborado segundo um quadro normativo também muito exigente, desde logo o respeito dos princípios e regras orçamentais, cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, o POCAL, o contrato de reequilíbrio financeiro que ainda é uma realidade, regime jurídico de recuperação financeira municipal (o dito FAM), em que teremos que, durante sete (7) anos, pagar em prestações até um total de um milhão e duzentos (1.200.000€) – portanto, este ano, 2017, iremos ter que pagar mais cento e setenta e sete mil euros (177.000€), e foi ainda elaborado na perspetiva de entrada em vigor do SNC-AP, em 1 de janeiro de 2017, que entretanto foi adiado, por resolução do Conselho de Ministros, para 1 de janeiro de 2018.

O Orçamento é, por natureza, um documento estratégico, e ele apresenta aquelas que são as prioridades estratégicas do município. Mesmo assim, não obstante todas estas condicionantes que acabei de referir, mesmo assim é possível verter nele – e estão facilmente compreensíveis, e irei evidenciá-lo ao longo da apresentação – aquelas que são as prioridades estratégicas do município para o próximo ano. Desde logo, promover o sucesso escolar, assente numa educação de qualidade, defender a qualidade ambiental, preservação do património natural e cobertura dos serviços, promover o desenvolvimento económico, fomentar o desporto e lazer – aqui no caso do desporto, prevemos elaborar a Carta Municipal do Desporto. Promover ainda o potencial turístico e cultural, melhorar a qualidade dos serviços prestados aos munícipes, desde a modernização administrativa, e criação de espaços como a Loja do Cidadão.

A estratégia para atingir estes objetivos passa pela otimização do acesso a fundos comunitários, incremento da rede de parcerias e protocolos de políticas públicas, implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal para a sub-região do Tâmega e Sousa (a dita CIM), e alavancagem da estratégia do município através da concorrência a fundos comunitários.

Naquilo que é o Orçamento em termos numéricos, ele será, nesta fase – digamos que é um Orçamento ainda preliminar – de vinte e sete ponto um milhões de euros (27.100.000€), isto porque prevemos que o saldo orçamental, que será, no final do ano, na ordem dos oito (8.000.000€), nove milhões de euros (9.000.000€), irá permitir, em abril, um reforço significativo do Orçamento. Portanto, o Orçamento total para o ano de 2017 deverá andar na ordem dos trinta e cinco (35.000.000€), trinta e seis milhões de euros (36.000.000€), e só nessa altura teremos, então, a totalidade do Orçamento disponível para poder fazer face a todas as despesas, todos os investimentos que de alguma forma nos propomos desde já iniciar nesta fase – propor nesta fase para iniciar no início do ano – mas só nesta altura, em abril do próximo ano, teremos, então, esse valor disponível. Até lá, temos aqui um saldo de oito ponto cinco milhões de euros (8.500.000€), digamos assim, que fica por alocar.

Em termos de estrutura da despesa, temos aqui as despesas correntes a representar a maior fatia, de vinte e três milhões de euros (23.000.000€), face à despesa de capital, de três ponto seis milhões de euros (3.600.000€). Dizer ainda que nesta fase, não obstante esse diferimento de alguma despesa, estão completamente salvaguardados os compromissos e despesa que o município terá que assegurar durante o primeiro semestre do ano. Portanto, esta operação, que é uma opção política que assumimos há alguns anos a esta parte, não coloca aqui em causa,



em momento algum, ou de forma alguma – e queria que isso ficasse bem claro – a gestão do município, a assunção dos compromissos e o seu cumprimento.

Em termos daquilo que é a estrutura da receita, do ponto de vista das suas rubricas, temos aqui as transferências correntes como a maior rubrica, na ordem dos treze milhões (13.000.000€); depois, os impostos diretos, transferências de capital e rendimentos de propriedade, como as principais rubricas deste Orçamento. Do ponto de vista comparativo com aquilo que foi a estrutura da receita do ano anterior, ela é, como podem ver, em termos da receita corrente, muito similar, e do lado da receita de capital, bastante superior. Isso tem a ver com o facto de os fundos comunitários, e designadamente o Quadro Portugal 2020, ter sofrido um ligeiro atraso; durante o ano de 2016 não houve grande possibilidade de efetuar candidaturas, sendo certo que para 2017 e anos seguintes se perspetiva uma maior disponibilidade de projetos a que o município poderá candidatar-se, e daí esta previsão de uma maior arrecadação de receita de capital, que tem a ver com os investimentos.

Daquilo que é a estrutura da despesa, temos a despesa corrente, que anda na ordem dos catorze milhões de euros (14.000.000€), e depois a despesa de capital, na casa dos doze milhões de euros (12.000.000€). Em termos comparativos com o ano anterior, do lado da despesa corrente, esta redução que se verifica aqui tem precisamente a ver com aquela explicação que dei há pouco, da necessidade de ter, digamos assim, diferido um maior montante de despesa corrente que estaria prevista para o próximo ano, diferi-la até à Assembleia de abril, aquando da libertação do saldo orçamental que transitará no dia 31 de dezembro, e portanto, daí esta aparente redução da despesa, mas que, na prática, após a Assembleia de abril, perceberemos que não será assim. Do lado da despesa de capital, refletindo aquilo que há pouco dizia, um forte investimento, aqui também comparativamente, a ser refletido, doze milhões (12.000.000€) previstos, contra sete (7.000.000€) previstos em igual período do ano anterior.

Em termos de estrutura, a maior rubrica será a aquisição de bens de capital, depois seguida do pessoal, aquisição de bens e serviços, e passivos financeiros, que é essencialmente o serviço da dívida.

Naquilo que são as Grandes Opções do Plano, mantém-se aqui – e isto vai de encontro àquela que é a estratégia do município – uma forte aposta na educação, nos transportes rodoviários – isto tem a ver com o investimento em vias de comunicação, percursos pedonais, passeios, por aí fora – depois a Administração Geral também representa aqui cerca de dois milhões de euros (2.000.000€), no saneamento, também um investimento muito significativo, superior a um milhão de euros (1.000.000€), que prevemos efetuar, no desporto, recreio e lazer, ordenamento do território e transferências entre administrações – aqui entram as Juntas de Freguesia – e ainda os resíduos sólidos, como rubricas mais significativas.

Naquilo que se refere ao Plano Plurianual de Investimentos, como sabem, decorre da Lei, é traçado num horizonte de quatro (4) anos, 2017-2020. Temos aqui apenas apresentados valores para os anos 2017 e 2018, grande parte desses valores que estão apresentados nesta fase, em 2018, serão reafetados a 2017, aquando da integração do saldo orçamental que referi há pouco, e nesse sentido, temos que ver aqui neste conjunto, em que se prevê neste biénio um investimento, digamos assim, superior a vinte e três milhões de euros (23.000.000€).



Em termos daquilo que são, para este Plano Plurianual de Investimentos, as rubricas mais significativas, aparece aqui o *interface* modal de Marco de Canaveses como uma das rubricas em que poderá ser investido um valor superior a cinco milhões de euros (5.000.000€); nos transportes rodoviários, como eu tive oportunidade de referir, também um valor superior a três milhões de euros (3.000.000€); água e saneamento, também um valor perto dos três milhões de euros (3.000.000€); na educação, um valor na ordem dos dois milhões e meio (2.500.000€); ordenamento do território, também superior a dois milhões de euros (2.000.000€); desporto, recreio e lazer, superior a dois milhões de euros (2.000.000€); na cultura, superior a dois milhões de euros (2.000.000€); indústria e energia, na casa de um milhão e meio (1.500.000€), sendo as outras rubricas menos significativas. Aqui queria realçar que há três (3) grandes prioridades estratégicas, que passam pelo investimento na mobilidade urbana, a continuação da expansão da rede de água e saneamento, e a forte aposta na educação, que é uma marca deste Executivo há largos anos.

Do ponto de vista daquilo que são as rubricas mais relevantes, queria destacar aqui, na área da reabilitação do parque escolar, em que se prevê investir uma verba na ordem dos dois ponto quatro milhões de euros (2.400.000€), e destaco aqui só duas (2) obras mais significativas: a EB1 de Eiró e na EB 2/3, com verbas superiores a meio milhão de euros (500.000€), cada uma delas. Na água e no saneamento, como já referi, os dois ponto seis milhões de euros (2.600.000€); o Centro Cultural de Marco de Canaveses, temos uma estimativa de investimento na casa de um ponto quatro milhões (1.400.000€); a reabilitação energética do Pavilhão Bernardino Coutinho, na ordem de um milhão de euros (1.000.000€); a reabilitação energética das Piscinas de Alpendorada, na ordem dos trezentos mil euros (300.000€); cobertura da fachada do Estádio Municipal de Alpendorada, seiscentos mil euros (600.000€); iluminação LED, Marco e Alpendorada, quatrocentos mil euros (400.000€); na Pousada da Juventude de Marco de Canaveses, meio milhão de euros (500.000€); requalificação da zona industrial de Marco de Canaveses, um milhão de euros (1.000.000€); reabilitação de vários arruamentos, na casa de um ponto sete milhões de euros (1.700.000€).

Passando agora à situação financeira do município, designadamente aquilo que preocupa a todos, e que é um tema atual, que é o endividamento bancário. Em 2016, começámos o ano com uma dívida, em 1 de janeiro, com vinte e sete ponto sete milhões (27.700.000€); tivemos um serviço da dívida acumulado, a setembro, de dois ponto quatro milhões de euros (2.400.000€), dos quais a amortização de capital foi de dois milhões (2.000.000€), e encargos com juros, foram duzentos e sessenta e seis mil euros (266.000€). Penso que isto, de alguma forma, já pode dar resposta a algumas questões colocadas na primeira parte da Assembleia, no período da manhã.

No que respeita ao *stock* da dívida em 30 de setembro, data de referência para a elaboração deste Orçamento, a dívida do município, bancária, era de vinte e cinco ponto seis milhões de euros (25.600.000€), sendo certo que está previsto no final do ano, e início do próximo ano, em 1 de janeiro, que seja de vinte e quatro ponto sete milhões (24.700.000€). Prevemos amortizar de capital três milhões (3.000.000€), encargos com juros, trezentos mil euros (300.000€), e ter um *stock* da dívida, em 31 de dezembro, de vinte e um ponto sete milhões (21.700.000€).

Segundo o mapa da DGAL, ainda relativamente a 30 de setembro, data de referência para a elaboração deste Orçamento, a nossa dívida total era aqui refletida, de vinte e seis ponto quatro (26.400.000€) – dívida total tem a ver com as dívidas a fornecedores. Quando se analisa a dívida



de um município, não é só a dívida bancária, mas sim a dívida no total, incluindo dívidas a fornecedores, porque por vezes é fácil dever pouco ao banco, mas pode-se dever muito a fornecedores, e não deixa de ser dívida. Como tal, a monitorização da dívida dos municípios por parte do Estado Central é no seu conjunto. Tínhamos uma dívida, então, a 30 de setembro, de vinte e seis ponto quatro milhões (26.400.000€), em que tivemos, durante o ano, uma redução de seis ponto um (6,1%) – de seis por cento (6%), se assim quisermos, em número redondo – e tínhamos uma margem absoluta de endividamento na ordem dos oito milhões (8.000.000€), dos quais poderíamos utilizar dois ponto nove milhões (2.900.000€), caso fosse essa a situação.

Daquilo que é a forma, como algumas entidades, designadamente Banco de Portugal, a Ordem dos Contabilistas Certificados, e algumas universidades, que avaliam os municípios, os trezentos e oito (308) municípios portugueses de uma forma independente e vista de fora, de acordo com aquilo que é a sua Prestação de Contas, é elaborado há alguns anos a esta parte o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. E mais uma vez, como o Sr. Presidente já teve hoje oportunidade de referir, muito nos orgulha esse reconhecimento de entidades idóneas e independentes, em que mais uma vez, e relativamente a 2015, como ano de referência – portanto, as últimas contas prestadas – o nosso município aparece em quinto lugar entre os municípios com maior grau de execução da receita. Nesse *ranking* de trezentos e oito (308) municípios, ocupamos o quinto lugar. Isto significa, só este primeiro item diz muito da seriedade com que elaboramos os nossos Orçamentos. E uma das estratégias que por vezes é usada, e que os Marcoenses ainda hoje pagam essa fatura, tem a ver com o empolamento de Orçamentos do lado da receita para permitir – mesmo que ela não se venha a verificar – porque se assim for, o Orçamento, uma vez aprovado, permite gastar; a receita virá, ou não. Mas uma vez que ela esteja lá prevista e seja aprovado, permite gastar. E neste caso, como eu referia, nós arrecadámos mais seis por cento (6%) do que aquilo que estávamos a prever arrecadar. Portanto, fomos algo comedidos, diria realistas, não tivemos aí qualquer intenção de manipular, e como é aqui amplamente reconhecido, com este quinto lugar no *ranking* de trezentos e oito (308) municípios portugueses.

Ainda naquilo que se refere ao grau de execução das despesas comprometidas inferior ao grau de execução das receitas liquidadas, este também é um indicador – que tem um nome um bocadinho complexo, mas é um indicador muito importante – em que ocupamos o décimo terceiro lugar, mais uma vez, nesse *ranking* de trezentos e oito (308) municípios, em que nós arrecadamos mais – isto é, a receita liquidada é a receita efetivamente arrecadada vs. despesa comprometida, isto é, o comprometimento da despesa ocorre antes do pagamento, é quando há, digamos, um compromisso assumido que depois irá implicar um pagamento no futuro. Vendo isso desta perspetiva, nós comprometemos menos vinte e um por cento (21%) de despesa do que aquela que já prevíamos liquidar, e que liquidámos. Portanto, mais uma vez aqui há, digamos, uma nota de bom comportamento, com distinção, pelo desempenho nesta área orçamental.

Ainda enquanto município com maior diminuição do passivo exigível, estamos em quadragésimo lugar, mais uma vez nessa lista de trezentos e oito (308). Aqui claramente tem a ver com a amortização de dívida bancária, mas embora vista numa perspetiva global, bancária e a fornecedores, porque a dívida exigível não é só à banca, é também a fornecedores, em que diminuimos, num ano, três ponto um milhões (3.100.000€) face ao ano anterior, e daí estarmos na quadragésima posição, em trezentos e oito (308) municípios.



E naquilo que é, digamos, o *ranking* global de eficiência financeira, somos o quinto do Distrito do Porto. Portanto, dos dezoito (18) municípios do Distrito do Porto, nós temos aqui também uma nota muito distinta e meritória, que nos colocam em quinto lugar. Este *ranking* global de eficiência pondera uma série de indicadores, que se alguém tiver curiosidade, em mais detalhe, para perceber, estarei disponível para esclarecer; de qualquer forma, é só fazer alguma consulta. De qualquer forma, coloca-nos aqui, nesse *ranking* global, no quinto lugar, sendo que da zona do Tâmega e Sousa, somos o segundo município nesses dezoito (18) também.

E à semelhança daquilo que já era uma evidência, e para demonstrar que não foi um acidente, um prazo médio de pagamento a cinco (5) dias, completamente estabilizado já com o ano anterior. Portanto, estamos aqui há dois (2) anos a pagar, em média, a cinco (5) dias a fornecedores, o que também diz muito daquilo que tem sido a gestão deste município, um município de boas contas.

Com isto termino, disponível para qualquer questão adicional. Muito obrigado.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Srs. Deputados e Deputadas, Srs. Munícipes e comunicação social:

Se me permite, então, o Sr. Presidente e a Assembleia, iria concluir esta nossa apresentação, dizendo que não está explícito em toda a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017 as referências às diferentes obras que estamos a fazer, e que vão continuar para o próximo ano, e outras, que estão já em preparação os respetivos concursos, para serem lançadas e ainda executadas no decurso do ano de 2017, não só até outubro, quando passarmos o testemunho para quem nos vai suceder, com base nas eleições de 2017, mas que depois ainda continuará a haver mais dois (2) meses à nossa frente, de novembro e dezembro de 2017, mas é nossa intenção, por isso, fazer um conjunto de investimentos, desde logo dentro daquilo que são as opções da Câmara Municipal, para poder responder às necessidades do concelho nas suas diferentes freguesias, dezasseis (16) freguesias, e também nas parcerias que temos tido, através dos contratos interadministrativos e de execução com as respetivas Juntas de Freguesia do concelho. E isso vai-se refletir de uma forma muito evidente e clara, como já está a acontecer, temos várias frentes de obra em matéria de pavimentações e repavimentações, na construção de passeios em várias freguesias – para além da cidade e da Vila de Alpendorada, em várias freguesias. De resto, temos realmente que aproveitar os fundos comunitários, através do chamado PAMUS, que são os Planos de Mobilidade, continuarmos a fazer esse investimento para criar maior segurança em muitas das artérias das diferentes freguesias do concelho, fazendo esses passeios para que as pessoas possam andar em maior segurança, e também fazendo algumas requalificações de áreas de centros cívicos das freguesias e das paróquias, como estamos a fazer, e vamos continuar a fazê-lo também no ano de 2017.

Requalificação e alargamento de cemitérios, que vão ser feitos quase todos pelo apoio financeiro que a Câmara Municipal vai transferir para as Juntas de Freguesia, para continuarem a fazer essa requalificação e ampliação de cemitérios, bem como também casas mortuárias, que estão



aí já várias dessas situações identificadas, e que temos a vontade ainda de fazer no decurso do atual mandato.

Requalificação e ampliação também de alguns edifícios de sedes de Junta de Freguesia, que também temos algumas solicitações, e que vamos apoiar para que isso aconteça. Construção – que está já ali referenciada – por adaptação da antiga sede da Junta de S. Nicolau, para uma Pousada de Marco de Canaveses, que acho que é importante, dentro daquilo que é criar mais camas para o nosso concelho. Foi inaugurado o primeiro hostel, também no Concelho de Marco de Canaveses, ali atrás do Restaurante Albufeira. É o primeiro, e esperemos que surjam mais, para continuar a completar a rede de oferta de camas dos nossos chamados alojamentos locais, casas de turismo de habitação e de turismo rural. Também é nossa vontade fazer um ou outro polidesportivo em algumas das freguesias. Construção e ampliação também de parques de lazer. Gostava muito ainda de conseguir neste mandato fazer o nosso Parque Urbano, aproveitando o nosso Parque de Lazer da cidade, aproveitando aquilo que era considerado o Parque Radical, que já está na propriedade do município, e que estamos a procurar concluir, naturalmente, um acordo com os cidadãos que têm ali a quinta, que pode levar, para já, o Parque Urbano até à Avenida dos Bombeiros Voluntários, e que depois espero que nos mandatos subsequentes possa chegar até ao Tâmega, ficando aqui com um parque urbano de referência para todos nós, cidadãos do Marco, e para quem nos visita. E eu estou certo de que isso vai ser um projeto que eu acredito que se vá conseguir, e fazendo até uma maior ligação entre a cidade e os rios, neste caso com o Rio Tâmega, para além de como disse hoje já, a requalificação do Parque de Montedeiras, e outros parques que estamos a tentar continuar a completar, e a acrescentar mais alguns equipamentos, etc.

Também o parque de estacionamento, que por exemplo, junto à estação, da Infraestruturas de Portugal, até agora não temos resposta. Precisamos agora, com a eletrificação – que espero que não haja mais nenhum sobressalto, e que se recupere alguns meses de atraso na sua execução, e que no final do primeiro trimestre do próximo ano tenhamos a nossa linha eletrificada, para termos outro tipo de comboios, mais modernos, mais confortáveis, mais rápidos, mais frequentes, para servir tantos cidadãos, não só do Marco, mas dos concelhos da nossa região, desde Castelo de Paiva a Cinfães, e também Baião e Amarante, que passam a ter aqui os comboios suburbanos do Porto na Estação do Marco de Canaveses. E por isso, para levar tantos trabalhadores e estudantes para a Área Metropolitana do Porto, para os seus empregos e para as suas universidades. Por isso, espero, realmente, se as Infraestruturas não fizerem aquilo que lhes compete, requalificar o parque de estacionamento em frente à estação, e nós, no nosso terreno, também ao lado da Escola da Barroca, vamos também construir um parque de estacionamento, para ser um parque capaz de dar resposta àqueles que vão passar a utilizar o comboio a partir da Estação do Marco, e até à Estação do Marco.

Estamos também a lutar – mas não tem sido fácil – com a Transdev, para podermos alugar os antigos armazéns do Bento Soares, para fazermos ali uma estação intermodal, um *interface* entre o transporte rodoviário com o transporte ferroviário, acho que era uma forma muito expedita e rápida de nós passarmos a ter ali maior oferta também de transporte rodoviário para as freguesias do concelho, e para os concelhos vizinhos também do nosso município. Vamos ver se isso é possível. Tenho envidado todos os esforços, tenho procurado fazer esta parceria, mas não depende só da vontade da Câmara, porque essa existe e em plenitude; temos que ter os



nossos parceiros também a poder, realmente, partilhar connosco este projeto, que me parece de todo importantíssimo.

Também vamos procurar concluir o Estádio Municipal de Alpendorada. Não me sentia bem com a minha própria consciência cívica e política, que me fosse embora ao fim de doze (12) anos, e deixasse o estádio conforme o encontrei há doze (12) anos, por concluir, não só na sede social, em dois (2) espaços para poderem ser comercializados e ser também uma fonte – porque a Câmara não deseja essa fonte de receita, mas que seja para o Futebol Clube de Alpendorada, que ali é o clube residente, para desenvolver cada vez mais a sua atividade desportiva, não só das camadas jovens, como têm feito, e até o incrementaram com o polidesportivo em sintético, mas também poder ajudar a equipa principal, que queremos que as nossas equipas principais dos vários clubes também deem muitas alegrias aos cidadãos de cada freguesia, e aos cidadãos do concelho no seu todo. E é por isso que queremos concluir com a fachada do estádio, para ter outra imagem, ser realmente visto com a sua dimensão, e apesar de ele também estar a precisar de uma revisão já, ou de uma requalificação, e vamos também tentar integrar isso na nossa proposta de requalificação e de conclusão do estádio, e esperemos que ainda o possamos fazer até ao final do nosso mandato.

Centros de dia e um lar residencial, que também há vontade, o Centro de Dia de Favões, do Centro Social e Paroquial de Favões, que vai ser instalado – porque tem instalações terceiro-mundistas – num Jardim de Infância de Favões que acabou de fechar neste ano letivo, e acho que lá ficará muito bem instalado. Está-se a trabalhar no sentido de fazer a adaptação do edifício para poder acolher esse Centro Social, com a valência de centro de dia, de serviço de apoio ao domicílio, que também é importante para aquela freguesia. E por isso, vamos tentar, realmente, que isso aconteça também nestes próximos meses.

Como também há o projeto de criação de um centro de dia, de um lar residencial em Soalhães, com o Centro Social de S. Martinho de Soalhães, que da nossa parte estamos também disponíveis para colaborar, para apoiar, dentro das nossas capacidades financeiras, como fizemos, nestes mandatos, em relação a tantas instituições, como ainda ontem tive o gosto e o prazer, numa intervenção que fiz no jantar de solidariedade para com o Centro Social e Paroquial de S. Romão de Carvalhosa, dizer que, efetivamente, me honro muito, enquanto social democrata que sou, convicto, de ter criado, ou de ter ajudado e apoiado um conjunto mais alargado de uma rede social que cobre todo o concelho, com mais centros de dia, com mais centros de convívio, com serviço de apoio ao domicílio, com a nossa CERCIMARCO, com o seu lar residencial, tudo isso muito importante, e diria que é uma marca distintiva daqueles que se orgulham de ter um pensamento e ter uma *práxis* humanista, de procurar, realmente, ter uma política social para a nossa terra, que precisa e merece. Enquanto social democrata, é assim que eu estou. E por isso, devo dizer que é uma marca que também me honra muito, como político e como social democrata que me afirmo. E por isso, espero que, efetivamente, possamos ainda dar esse contributo para que as obras se possam fazer, no que diz respeito ao Centro Social e Paroquial de Favões, e se possa pelo menos iniciar, se assim for possível, o lar residencial, o centro de dia, e penso que também depois com serviço de apoio ao domicílio, do Centro Social de S. Martinho de Soalhães.

Requalificação também de alguns centros cívicos, penso que também já referi, das freguesias.



Vai também avançar – finalmente foi aprovada a candidatura para a requalificação da Extensão, do edifício que foi oferecido ao Estado, em 2009, por um conjunto de cidadãos da nossa terra, e em particular da Freguesia de Ariz(hoje Freguesia de Bem Viver), para termos lá um edifício requalificado e com a respetiva Unidade de Saúde Familiar. Foi aprovada já em termos de candidatura a fundos comunitários; a obra, penso que começará a todo o momento, assim espero, também com a Unidade de Saúde Familiar, para cobrir uma área muito importante do centro geográfico do Marco de Canaveses. E também como as coisas estão bem encaminhadas, para que também na nossa Extensão de Saúde da Livração possa também haver ali uma Unidade de Saúde Familiar, como também desejamos que também tenha sucesso o polo da Unidade de Saúde Familiar em Tabuado, no Centro de Saúde de Tabuado, para servir a Freguesia de Tabuado, Várzea, Alviada e Folhada. Penso que com esta rede, com estas Unidades de Saúde Familiar, com aquelas que já existiam, de Alpendorada e daqui do Centro de Saúde do Marco, Unidade de Saúde Familiar, temos uma cobertura, que eu penso quase plena de todo o território municipal, de passarmos a ter médico de família para praticamente todos os utentes, e acho que isso é também uma grande vitória, um grande ganho que conseguimos ao longo destes anos, e que ainda agora se vai prosseguir. E isso também julgo da maior relevância política, social, no plano da saúde.

Vamos também procurar fazer o esforço – como hoje já falámos aqui de manhã, no período do público – ver se conseguimos – como digo, estamos neste momento a ponderar, de uma forma refletida, com grande sentido de responsabilidade, sem polémica, sem querela, sem deixar de dar tempo ao tempo, para as eleições, quando chegarem no próximo ano, para fazermos a disputa eleitoral democrática, que espero que seja feita com elevação, e que, naturalmente, o povo do Marco de Canaveses, soberano, escolha aqueles que querem vê-lo a governar, não só aqui nesta Assembleia Municipal, nesta Câmara Municipal, como nas Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia, das dezasseis (16) freguesias do concelho. Mas antes disso, temos trabalho para fazer, e temos, naturalmente, que continuar unidos, a dar as mãos pelo bem comum, que é a nossa terra, que merece todo o esforço, e todo o empenho, e toda a dedicação, e todo o amor à nossa terra. E a nossa terra é o Marco de Canaveses no seu todo, são as dezasseis (16) freguesias, e é por isso que eu digo com toda a convicção que Marco de Canaveses somos todos nós. E é por isso que estamos aqui, e estamos bem. E é por isso que eu julgo que nós vamos tentar avançar com alguns sintéticos neste mandato. Gostava muito de avançar ainda neste mandato, para que depois a Câmara que nos vai suceder, em parceria com as Juntas de Freguesia – porque só assim, e talvez motivando e mobilizando também a colaboração de outras pessoas, de outras instituições, dos empresários da nossa terra, para ajudar cada uma das instituições desportivas, seja associações, seja clubes, a podermos colocar esses sintéticos que são necessários, e são importantes para termos cada vez mais um Marco no Desporto, para as camadas jovens, para as equipas principais nos darem grandes alegrias, para fazermos uma cultura desportiva, que eu defendo, e tenho essa profunda convicção, que se começa na mais tenra idade, e por isso pusemos nas escolas do 1.º ciclo, desde o nosso primeiro mandato, pusemos também nas Escolas Municipais de Desporto, como já aqui anunciei, e chegar até ao final do ciclo de vida, a fazer alguma atividade física e desportiva, como é também com os nossos maiores, no Marco Sénior.

Por isso, pedia a colaboração, a ajuda, e acima de tudo, esta disponibilidade para fazermos isto em conjunto, sem polémicas, tentando chegar mais longe, a mais instituições desportivas, a mais equipamentos desportivos, para pôr os sintéticos. Vamos ver o que é que conseguimos, está aí



uma verba já inscrita na proposta de Orçamento, de oitocentos mil euros (800.000€), mas tenho consciência de que não chega. Tenho consciência de que não chega. Vamos ver se conseguimos, num diálogo com as empresas que estão no mercado, em termos de colocação de tapetes ou pisos sintéticos, se nós conseguimos encontrar aqui soluções que nos possam dar essa oportunidade de irmos mais longe. E para mim, mais longe, neste momento, é olhar para as instituições que têm trabalho de mérito desportivo, desde logo nas camadas jovens, que esta Câmara sempre privilegiou, desde o primeiro momento em que assumimos, há onze (11) anos, funções, porque é por aí que se ganha o futuro também, do crescimento intelectual, físico, de termos jovens, com certeza robustos, capazes, que isso também os ajuda no seu crescimento em todos os planos, e também depois dar-nos a alegria de integrar as equipas principais das nossas associações e clubes desportivos. E é por isso que também precisamos de ajudar aqueles que são os clubes que têm as equipas principais, que são clubes federados da Associação de Futebol do Porto, para poderem disputar no mesmo pé de igualdade, quando vão a outros concelhos, disputar os seus jogos, que já estão a jogar muitas vezes em campos sintéticos, e não em terrenos pelados, ou em pisos pelados.

Por isso, da nossa parte, este conjunto também de obras, que não estão aí todas elas enumeradas. De resto, tem aqui quatro (4) páginas, praticamente, de obras que já estão identificadas...

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, eu agradecia que concluísse.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

... Para as freguesias todas do concelho, dezasseis (16) freguesias; não quatro (4), não cinco (5), não dez (10), mas dezasseis (16). E é nesse sentido que vamos tentar, dentro do tempo que temos, e dentro também dos meios financeiros que temos, tentar fazer o máximo nesta parceria estratégica entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do nosso Concelho de Marco de Canaveses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu daria agora a palavra aos Srs. Deputados que desejem intervir. Eu vou repetir, e vejam se estão todos, se faz favor: Mário Bruno, Raquel Pereira, Cristina Vieira, Carla Babo, José Valdoleiros, Patrícia Vieira, Mário Luís, Luís Pinto. Não enunciei o nome de alguém? Está tudo?

Então, iríamos iniciar, e eu chamaria o Sr. Deputado Mário Bruno. Eu relembro que os tempos agora serão o dobro daqueles que são normais, no Orçamento.

--- Mário Bruno Magalhães (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS) ---

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, António Coutinho, caros secretários, caríssimo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Manuel Moreira, caríssima vereadora e caríssimos vereadores, caros colegas, Presidentes de Junta, membros da Assembleia, público em geral, comunicação social, e a todos aqueles que nos acompanham lá em casa:



Eu começaria por dizer, agora sim, estamos em condições de começar a elaborar o Orçamento. Adorei, e acredito nas palavras do Sr. Presidente de Câmara. Lamentavelmente, elas foram ditas depois de o Orçamento estar feito, depois de o Orçamento estar concluído. Mas, se for preciso voltar atrás e aproveitar esta introdução do Sr. Presidente de Câmara, nas palavras que eu acredito puramente, tinha todo o gosto de começar a elaborar novamente um Orçamento, porque de verdade, o Orçamento para 2017 não é aquilo que aqui foi dito.

E então, relativamente ao Orçamento para 2017, tinha a dizer o seguinte: o Orçamento apresentado para o ano de 2017 vem uma vez mais ferir o investimento estratégico de coesão económica, social e territorial para um desenvolvimento sustentável do Município de Marco de Canaveses. O mesmo não garante o crescimento inclusivo das nossas freguesias, não assegura a coesão social e territorial, e não promove a equidade na distribuição dos recursos e serviços do município, tudo isto porque não assenta num plano estratégico para o desenvolvimento económico de Marco de Canaveses a longo prazo. Agravam-se as assimetrias entre as diversas freguesias do concelho, bem como entre concelhos vizinhos, nomeadamente de Amarante, Penafiel e Baião. Somos vizinhos de pessoas que têm água e saneamento à porta. Nós, apenas por viver do outro lado da rua, nem temos água, nem temos saneamento. Falo, claro, da vizinha Freguesia de Vila Caiz, Vila Meã, entre outras.

O Orçamento não reconhece as especificidades e particularidades de cada uma das freguesias do Concelho de Marco de Canaveses, nem o seu potencial de expansão em função da sua localização geográfica. Não podemos aceitar sempre a mesma resposta, sempre a mesma desculpa: "não queiram tratar coisas diferentes de forma igual" – e isto é uma citação. Quanto a isto, argumento com o conceito de equidade pela via da igualdade de recursos para igual necessidade, ou seja, igualdade de recursos para iguais necessidades. Não se trata aqui de ser diferente, ou ser maior, ou ser mais pequeno; trata-se da igualdade dos recursos para a mesma igualdade das necessidades de cada freguesia.

Também já não se aceita o argumento da dívida, esgotou, doze (12) anos, o argumento da dívida acabou, já não há mais dívida. Temos oito milhões de euros (8.000.000€) para gastar, oito vírgula cinco milhões (8.500.000€) para investir no Marco de Canaveses, e a dívida não atrapalha este investimento, como acabámos aqui de ouvir, as obras que vão ser feitas aqui, ali e acolá. Por isso, a dívida não é um ferrete, não é um ferrete para isto, bem pelo contrário, consegue-se pagar as nossas dívidas e consegue-se investir ainda no Concelho de Marco de Canaveses, desenvolver e dinamizar todas as nossas freguesias, bem como toda a sua área geográfica.

E gostaria aqui de fazer algumas perguntas – e uma vez que o Orçamento foi defendido pelo Sr. Vereador Vítor Gonçalo, dirigia-lhe agora algumas perguntas, às quais lhe pedia o favor de me responder, e de forma clara e direta. Caro Dr. Vítor Gonçalo, diga, por favor, a esta Assembleia, e aos microfones da Rádio Marcoense, e a todos aqueles que nos escutam lá em casa, onde vai investir o dinheiro em 2017. Diga, por favor, qual o investimento que tem para a Freguesia de Santo Isidoro e Livração no Orçamento de 2017. Diga, por favor, quanto vai investir na Freguesia de Sande e S. Lourenço. Diga, por favor, quanto vai investir na Freguesia de Constance. Diga, por favor, qual o investimento que vai realizar em Sobretâmega; quanto vai investir em Banho e Carvalhosa. Diga, por favor, quanto vai investir em Tabuado. Faça lá um esforço, e diga quanto



vai investir em Vila Boa do Bispo e nas restantes freguesias. Esclareça os Marcoenses onde o Executivo investe os recursos financeiros que são de todos nós – e ressalvo, os recursos financeiros que são de todos nós – pagos com os nossos impostos. Marco de Canaveses, somos todos nós, somos todas as nossas freguesias no Marco de Canaveses, todos os cidadãos, todas as crianças, todos os idosos, todos os jovens, desde Banho e Carvalhosa até ao Torrão, somos todos nós, todos nós somos Marco de Canaveses.

Diga, por favor, caro vereador e responsável do Orçamento, que o telhado da Escola de Toutosa, na Freguesia de Santo Isidoro, mete água há anos, e o senhor diz que a grande aposta deste Executivo foi na educação. Diga, por favor, que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro, Mário Bruno, e o corpo docente, têm feito uma série de ofícios à Câmara Municipal, e que estanada tem feito para solucionar o problema do telhado dessa escola. Diga, por favor, isso; para quem usa a bandeira da escola, da educação, ter uma escola com um telhado, que acabou a escola de fazer cem (100) anos, e não investir, e desinvestir nessa mesma escola, eu creio que não estarei enganado, mas diga, por favor, os ofícios do corpo docente e da Junta de Freguesia, que têm feito para que este problema fique solucionado de uma vez por todas. Diga, por favor, aos Marcoenses, para que eles possam ouvir e saber que as obras referidas nesta escola no PPI estão previstas desde 2008; as obras na Escola de Toutosa, na Freguesia de Santo Isidoro e Livração, arrastam-se no PPI desde 2008. Mas, em 2008 não foram feitas, em 2009 não foram feitas, em 2010, 2011, 2012. É que eu vi também os Orçamentos, e a minha intervenção é baseada nos Orçamentos de trás, porque, de facto, se olharmos para este Orçamento e esquecermos todo o passado, tínhamos que dar o benefício da dúvida. A verdade é que o investimento dos recursos públicos, dos dinheiros pagos com os nossos impostos, é feito sempre no mesmo sítio, sempre, mas sempre, mas sempre nas mesmas freguesias, nos mesmos locais, e nas mesmas situações. Isto chega, chega de fazer um Orçamento assim.

E então, sabem o que é que o Sr. Vereador Vítor Gonçalo fez? Ainda não satisfeito com o PPI de 2008, ainda empurrou esta obra para 2018. Está no PPI, Sr. Vítor Gonçalo, pode mostrar, pode mostrar aqui o painel. Ainda empurrou para 2018. A escola mete água, o telhado mete água, a obra está prevista no Plano Plurianual da Câmara Municipal desde 2008, mas ele ainda não está satisfeito, empurrou para 2018. Em 2018, que nem sabe se vai cá estar em exercício de funções, ainda empurrou um bocadinho mais para a frente. Para quem utiliza a bandeira da educação, deixe-me que lhe diga, não compreendo muito bem este tipo de atitude. Diga, então, caro vereador, onde esta Câmara planeia fazer os seus investimentos.

Diga, por favor, e gostaria de lhe fazer esta questão, esta pergunta, porque eu acho que ela não foi bem respondida, diga, por favor, qual a taxa de juro dos novos contratos de empréstimo, no caso concreto da Euribor ser menos zero ponto cinco (-0,5%). Eu vou voltar a frisar a pergunta, porque eu julgo que o senhor, na altura, não compreendeu quando ela foi aqui apresentada, e eu registei, pelo município: qual a taxa de juro dos novos contratos de empréstimo, no caso concreto da Euribor ser menos zero ponto cinco (-0,5%).

Diga ainda, por favor – e agradeço-lhe imenso – quando termina o plano de reequilíbrio financeiro da Câmara Municipal; em que data é que termina o plano de reequilíbrio financeiro.



Agradeço. Decerto que as respostas me serão dadas com a celeridade e com a objetividade que desejo, eu e todos os presentes, bem como todos os Marcoenses que nos ouvem e acompanham pela Rádio Marcoense. Solicito à Mesa o favor de transcrever – se possível, claro está – a minha intervenção, na íntegra, para a ata.

Muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Obrigado, Sr. Deputado. Chamava agora a Sra. Deputada Raquel Pereira.

--- **Susana Pereira (Substituta Legal do Presidente J.F. Penhalonga e Paços de Gaiolo, PS)** ---

Mais uma vez boa tarde. Pedia a dispensa das saudações.

Eu só queria que me esclarecesse algumas dúvidas, o Executivo da Câmara, em relação à minha Freguesia de Penhalonga. Está inscrito no Orçamento o valor de cinquenta mil euros (50.000€) para a requalificação e ampliação da Escola de S. Sebastião, quando em junho passado, em visita oficial ao local, foi dito lá pelo Sr. Presidente, e pelo Sr. Engenheiro que o acompanhava, que o valor estimado seria de duzentos (200.000€) a duzentos e cinquenta mil euros (250.000€). Eu queria saber, com esta verba, o que é que irá ser feito. E em relação ao refeitório, até quando é que ele se vai manter nas condições em que está.

Para a Escola de Paços de Gaiolo, está prevista uma verba de cem euros (100€). Eu gostava que me informasse também o que se tenciona fazer com esse valor, ou se foi apenas para abertura da rubrica – que penso que sim – e o porquê. Provavelmente aquela escola será uma das mais antigas do Concelho de Marco de Canaveses, nunca deverá ter tido intervenção, e se teve, já foi há muito tempo, e é frequentada por alunos que merecem as mínimas condições para terem aulas.

É só. Obrigada.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Sra. Deputada Cristina Vieira.

--- **Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS)** ---

Muito boa tarde a todos.

Dispensados os habituais cumprimentos, porque já cá estive, vou começar por fazer a minha intervenção falando naquilo que o Sr. Vereador já cá falou, e que serve de base a todo o documento do Orçamento, que são os seis (6) eixos estratégicos que a Câmara Municipal entende serem aqueles que promovem, ou vão promover, o desenvolvimento do concelho.

Começo por falar – aliás, o Executivo escreveu isto no Orçamento, e eu vou-me limitar a ler – começo por falar no primeiro eixo, que diz que vamos promover o sucesso escolar e uma educação de qualidade, que inclui a monitorização da Carta Educativa e o desenvolvimento de ações para a sua implementação. Estranho, porque eu li o texto do ano passado, e no ano passado escreveram “monitorização / revisão da Carta Educativa”. É estranho porque, de facto,



o Decreto-lei n.º 7/2013, de 15 de janeiro, diz que a Carta Educativa já devia ter sido revista, e mais uma vez a Câmara Municipal omite essa questão da revisão – agora deliberadamente, porque no ano passado até estava no texto – que a Lei diz que tem que ser revista, mas ao menos agora, neste Orçamento, a Câmara Municipal assume: não vão fazer a revisão da Carta Educativa, porque até tiraram essa palavra, “revisão”, e preferem continuar na ilegalidade, ou seja, a não cumprir a Lei.

Depois, segundo eixo: defender a qualidade ambiental, preservando o património natural, e reforçar a cobertura dos serviços. Ou seja, continuar a fazer investimento da autarquia em água e saneamento. Meus caros, o vosso Plano de Investimento, apresentado aquando da rescisão unilateral do contrato das águas, era, de facto, muito ambicioso. Mas hoje, olhando para esse plano, conseguimos perceber – e vocês sabem muito bem que este está muito além daquilo que era desejável na área do ambiente, e neste caso em concreto, na água e no saneamento.

Na área do ambiente – eu vou fazer aqui menção a algumas das coisas que vieram há pouco tempo na comunicação social, mas a Câmara continua a dizer que quer continuar a fazer um investimento no ambiente, e eu queria aqui lembrá-los que, de facto, a Câmara Municipal tem hoje estações elevatórias desligadas, com saneamento a ser despejado diretamente para os rios, e tem ETAR's completamente ultrapassadas e desajustadas das necessidades do concelho, a fazer descargas diretas para as linhas de água. É esta a nossa política do ambiente.

Terceiro eixo: no eixo de desenvolvimento económico vão – imaginem, está lá escrito – fazer o mesmo que já escreveram no ano passado, que é dinamizar o Conselho Municipal para o Desenvolvimento Económico, com um programa de apoio à economia e emprego. Senhoras e senhores, mas que Conselho Municipal é este de que se vem falando nos Orçamentos ao longo dos anos, mas que ninguém sabe o que é que faz, e pelos vistos vai ser agora, onze (11) anos depois, dinamizado, desde que estão em funções. De facto, o PSD há onze (11) anos em funções à frente dos destinos do município não tem verdadeiramente um plano de apoio à economia, que por sua vez, se fosse, de facto, bem implementado, poderia hoje dar frutos, pelo menos na criação de emprego. Sr. Presidente e caros ouvintes, nós temos hoje empresários no Marco de Canaveses que anseiam este plano – este dito plano económico de que tanto falam – para expandir e apoiar os seus negócios. Eu tenho hoje pessoas que conheço que querem investir no Marco de Canaveses, procuram um pavilhão, e não têm onde; não há terrenos, não há zona industrial. Sr. Presidente, esperámos vinte e sete (27) anos, creio eu, pela alteração do PDM; vocês estão cá há onze (11) anos, e continuamos a não dar resposta a estas pessoas. Lembrar-lhe, Sr. Presidente, que aqui em municípios bem ao lado se vendem terrenos a um euro (1€) o metro quadrado – um euro (1€) o metro quadrado – para que os empresários se possam fixar nesses concelhos. Inacreditável, de facto, como é que estão cá há onze (11) anos e ainda não conseguiram dar uma solução para a verdadeira economia do concelho. E esta falta de estratégia, Sr. Presidente e Executivo, é correspondente em termos orçamentais. Ou seja, há uma dotação orçamental neste Orçamento, de cerca de dois vírgula cinco milhões (2.500.000€) para funções económicas, mas em bom rigor, oitenta e cinco por cento (85%) desta verba destina-se à empresa de transportes. Ou seja, o restante é para aquilo que vocês designam de política de economia, e do dito Conselho Municipal para o Desenvolvimento Económico, que tem um nome pomposo, mas que ninguém sabe o que é.



Quarto eixo: no desporto, o que é que dizem? Exatamente o que diziam no ano passado: projeta-se elaborar a Carta Municipal do Desporto. Onze (11) anos passados, e este Executivo continua a projetar – projeta-se a Carta Municipal do Desporto. E o que é que se projeta? É uma carta.

Quinto eixo, e o que é que temos como objetivo estratégico no quinto eixo? Outra carta, é verdade. Projeta-se também elaborar uma carta, a Carta Municipal do Turismo e da Cultura. Lá em casa até devem estar a pensar que estamos a ver aquele programa da manhã, o das cartas do *tarot*, mas não é, são as cartas deste Executivo. Passamos a vida a projetar cartas, é verdade.

E depois terminam – não, não é com outra carta; é com uma coisa que se não fosse tão séria, até dava para fazer graça – escrevem eles: projeta-se a execução dos seguintes projetos: implementar a contabilidade de custos. Implementar, está lá escrito. E depois dizem: entrada em vigor da norma de controlo interno. Eu acho que a contabilidade de custos, creio eu, já é obrigatória desde 2002, e não vou falar mais nisso, porque hoje aqui já falaram. Mas, o que é pena é que, de facto, desde 2002 até agora, continuamos a escrever no Orçamento, a dizer que vamos implementar a contabilidade de custos.

E em relação a isso, eu também queria deixar aqui uma nota: há bocado, o Sr. Vereador disse, em relação à intervenção que foi feita aqui sobre o Revisor Oficial de Contas, que o Revisor Oficial de Contas é totalmente independente nos pareceres. Disse, em resposta ao Sr. Coronel Valdoleiros. De facto, devia ser, mas não pode. Sabe por que é que não pode? Porque o Revisor Oficial de Contas está a dar pareceres sobre as contas do município, quando a empresa que está a fazer a implementação da contabilidade de custos no município, ele é parte interessada nela, por isso não pode ser isento, Sr. Vereador. Isto há bocado foi aqui dito, e o senhor não conseguiu responder. De facto, é verdade: há duas (2) entidades, e o Revisor Oficial de Contas é parte interessada numa das empresas. É um conflito ético, como o Sr. Coronel disse, e muito bem.

E em relação à norma de controlo interno, eu acho que também deve ter sido um erro, porque vocês fazem *copy / paste*. O que lá está é que a norma de controlo interno vai entrar em vigor. Ela já foi aprovada em 2015, e o que diz lá é que entra em vigor logo que seja aprovada – aliás, foi aprovada em 2015, e o que diz lá é que esta norma entra em vigor imediatamente a seguir à sua aprovação. Por isso, ela não vai entrar em vigor; ela já está em vigor desde o ano passado. É tudo uma questão de *copy / paste*, e depois estas coisas falham.

E depois, também queria aqui fazer uma menção àquilo que são os projetos, e muito bem, que vocês dizem que são os projetos de alavancagem do concelho, neste caso em concreto, ao Portugal 2020, ou à Comunidade Intermunicipal.

Em primeiro lugar, lamentar, porque, de facto, os Presidentes de Junta não foram chamados – aliás, nem ouvidos, nem achados, naquilo que são os projetos a apresentar ao Portugal 2020, e em questão concreta, à CIM. Não foram achados, não foram ouvidos, pelo menos que eu saiba, e eu sei que, de facto, as verbas são significativas, e como já aqui tivemos oportunidade de ver, uma grande parte do investimento vai por aí. E eu não sei, pelo menos que eu saiba, os Presidentes de Junta não foram ouvidos, mas queria aqui só deixar dois (2) exemplos de como,



de facto, os Presidentes de Junta do Partido Socialista não foram ouvidos nem achados, até porque dois (2) dos grandes projetos que estão considerados como candidaturas na CIM são as instalações desportivas, as Piscinas de Alpendorada, e o Pavilhão Bernardino Coutinho – Freguesia do Marco, Freguesia de Alpendorada. E depois tem outro, que é a construção e adaptação de equipamentos com vista à conversão em creche. Mais uma vez, Marco e Bem Viver. Pronto, só para deixar esta nota, porque, de facto, os outros Presidentes de Junta não foram ouvidos, e queria deixar aqui esta reflexão.

Agora, em questão ao Orçamento, e àquilo que nos foi aqui apresentado: nas receitas fiscais, eu queria perguntar ao Dr. Vítor Gonçalo, vocês preveem um crescimento de duzentos e cinquenta e cinco mil euros (255.000€) em relação ao IMI. Tendo em conta que o IMI desceu zero pontozero cinco pontos percentuais (0,05%), até por força da Lei, houve uma redução no IMI, não sei se este aumento ainda tem a ver, de facto, com as reavaliações, ou se há aqui – porque como o IMI desceu, não me parece muito sensato que haja aqui um aumento da receita. Mas depois gostava que me explicasse isso.

Em relação às despesas com o pessoal, e aqui eu tinha duas (2) notas para dar, muito importantes: vocês falam na diminuição de pessoal, ou das despesas com pessoal, na página 34, e dizem que saíram nove (9) trabalhadores – seis (6) aposentados, dois (2) por falecimento, infelizmente, e um que foi despedido. Mas, depois dizem que esta diminuição da despesa de pessoal encontra-se anulada pelo recrutamento de dez (10) trabalhadores. Saíram nove (9), entraram dez (10), que são, segundo vocês dizem, necessários à ocupação de postos de trabalho. Sabemos que estes dez (10), à partida, não foram substituir nas suas funções os nove (9) que saíram, e eu vou-lhe dar um exemplo: nós continuamos com máquinas da Câmara paradas por falta de motorista, Sr. Presidente. Continuamos, há meses. Por isso, eu gostava que o Sr. Presidente me dissesse quais eram as categorias profissionais dos nove (9) que saíram, e quais são as categorias profissionais dos dez (10) que entraram. Gostava – é uma pergunta muito concreta, Sr. Presidente, nove (9) que saíram e dez (10) que entraram, categorias profissionais.

Mas depois, mais em baixo, vocês dizem que até já os recrutaram. E se já os recrutaram, eu fico sem saber se recrutaram estes dez (10) e têm mais dez (10) para recrutar, ou se, de facto, estão a falar destes dez (10). E por que é que eu pergunto isto? Porque se já recrutaram dez (10) e vão recrutar mais dez (10), não pode haver decréscimo na rubrica de pessoal, e até porque nós sabemos que aqueles nove (9) que saíram, os dez (10) que entraram para substituir os nove (9), digo eu, têm salários superiores àqueles que saíram. Por isso, acho muito estranho, parece-me que há aqui uma dúvida muito grande em relação à questão do Orçamento, e da rubrica do pessoal. E por quê? Porque o Sr. Presidente, depois, ou quem fez o Orçamento, diz que os concursos já decorreram, certo, mas dizem uma coisa deste tipo, que os concursos já decorreram, mas que o recrutamento está dependente da autorização pelos órgãos competentes. Ou seja, vocês projetaram este pessoal para o ano de 2017, mas não têm a rubrica correspondente àquilo que são os salários deles? Fizeram o concurso, o concurso está a decorrer, mas depois os salários deles não estão previstos no Orçamento, em 2017? Era uma questão que eu queria pôr. Sr. Vice-presidente, eu estou a intervir, e eu sei que há aqui uma Mesa, mas quando as pessoas estão a intervir, eu também agradecia que ouvissem e não interrompessem. Estou a usar o meu tempo.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sra. Doutora, já agora, como falou em tempo, o seu tempo já terminou há algum tempo atrás. Estava a deixá-la só concluir, para não interromper o raciocínio. Portanto, quando puder, agradecia que concluísse. Obrigado.

--- Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS) ---

Muito obrigada.

Questões muito concretas: avaliando as dotações financeiras, ou as dotações orçamentais, na Proteção Civil e luta contra os incêndios, apesar de o concelho ter sido um dos mais fustigados pelo flagelo dos fogos florestais, a dotação orçamental nesta rubrica é só de quarenta e oito mil euros (48.000€). Funções sociais, continuamos a ter zero na área da saúde, cinquenta e cinco mil euros (55.000€) na área da habitação, sendo que dos cinquenta e cinco mil euros (55.000€), uma grande parte é para a questão da eficiência energética. Ação social (não confundir com a Ação Social Escolar), estamos a falar de uma verba de setenta e cinco mil euros (75.000€). Famílias, como habitualmente, zero; agricultura, zero; mercados e feiras, zero; comércio, zero. Gostava que me explicassem, nas funções económicas, falam em um milhão, cento e quarenta e três mil euros (1.143.000€) para a construção de passeios, não sabemos onde; novecentos e trinta e seis mil euros (936.000€) para viadutos e arruamentos, não sabemos onde; cem mil euros (100.000€) para espaços de lazer, só falam aqui no parque da cidade; cento e oitenta e dois mil euros (182.000€) para construções diversas, não sabemos onde; duzentos e trinta e nove mil euros (239.000€) de equipamento básico, não sabemos onde.

E termino com uma consideração face aos documentos que a Câmara Municipal nos fez chegar, Sr. Presidente. Dos oito milhões (8.000.000€) afetos a investimentos, que estão no PPI e no Orçamento, dois ponto oito milhões (2.800.000€) destes oito milhões (8.000.000€) são destinados a apenas duas (2) freguesias – duas (2) das dezasseis (16). Queria dizer-lhe que duas (2) das freguesias levam trinta e cinco por cento (35%) – trinta e cinco por cento (35%) – daquilo que aqui está refletido no vosso Plano e Orçamento. Ou seja, na prática – que depois vamos ver que naquelas rubricas que não estão definidas, essas duas (2) freguesias ainda vão levar mais – serão cerca de cinquenta por cento (50%). E o que eu lhe queria dizer era, Sr. Presidente: duas (2) freguesias levam trinta e cinco por cento (35%), as outras catorze (14) levam trinta (30%). Ou seja, as outras freguesias, as restantes, dispõem de menos de trinta por cento (30%). Há aqui uma curiosidade, de facto: é que as outras freguesias, depois, é um bocadinho o jogo da roleta, é o que calhar. Este já está seguro, que trinta e cinco por cento (35%) vai para eles; as outras, é o que calhar.

Não é falta de dinheiro, Sr. Presidente, nós chegámos à conclusão – e o Sr. Presidente ainda agora o disse – são trinta e seis milhões de euros (36.000.000€) neste Orçamento. Ou seja, não é falta de dinheiro, e em bom rigor, até com este Governo do PS, de facto, esta Câmara agora regozija-se que tem mais dinheiro, fruto desta política. Também não deve ser por isso que hoje, a um ano de governação com o Partido Socialista, os portugueses, quarenta e três por cento (43%), votariam hoje no PS, com uma esmagadora maioria em relação àquilo que foram as últimas eleições. E hoje, António Costa goza, como Primeiro Ministro, de oitenta e um por cento (81%) de avaliação positiva, feito que Passos Coelho nunca conseguiu. É verdade, é verdade.



Sr. Presidente, e já agora, dar-lhe nota, que há bocado não pude usar da palavra, e muito bem, compreendo, que na parte da manhã já tínhamos chegado, mas dizer-lhe só uma coisa, porque o Sr. Presidente ainda agora voltou a falar nisto, e sem qualquer acrimónia, mas tinha que lhe dizer: eu, nas minhas intervenções que fiz da parte da manhã, e faço sempre, faço-as de forma muito objetiva, como Presidente de Junta, eleita pelo povo de Soalhães, dentro daquilo que são as minhas competências e a minha legitimidade enquanto autarca, da mesma forma que o senhor também foi eleito democraticamente pelo povo de Marco de Canaveses como Presidente da Câmara. Dizer-lhe, Sr. Presidente, que o senhor fala na política – e ainda agora, antes desta intervenção, o senhor falava nas eleições autárquicas. Mas, dizer-lhe que há bocado o senhor disse o seguinte: que eu gostava de estar aqui, nem que fosse como simples vereadora. Dizer-lhe que o cargo de vereador, Sr. Presidente, é mais digno, ou tão digno, como o do Presidente de Junta, ou como o dos membros da Assembleia de Freguesia. Por isso, são todos dignos; não é só o de Presidente de Câmara que é digno.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu chamaria agora a Sra. Deputada Carla Babo. E eu gostaria – e agora era uma questão só para o líder da Bancada do Partido Socialista, para o Dr. Rolando Pimenta, para memória futura, o Partido Socialista falou mais cinco (5) minutos do que o que tinha permitido.

--- Carla Babo (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sra. e Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sra. e Srs. Vereadores, deputados, membros da Assembleia Municipal, comunicação social, público em geral:

Este é o último Orçamento que o Executivo Municipal liderado pelo Dr. Manuel Moreira apresenta a esta Assembleia e a todos os Marcoenses, que nos diz como o dinheiro público, que é de todos nós, vai ser gasto no ano de 2017. O caminho percorrido, duro, difícil, foi marcado pela mudança, pela transformação e pela construção de um novo Marco. O município não tem dívidas para com os seus fornecedores, honra todos os seus compromissos, prima por uma gestão aberta, transparente e rigorosa dos recursos financeiros ao longo destes últimos onze (11) anos e dois (2) meses, tal como foi hoje reconhecido aqui, da parte da manhã. Isto é obra, meus senhores, uma grande obra, como disse o Sr. Presidente, e muito bem, da parte da manhã. É a melhor obra que o Município do Marco, e que o Sr. Presidente, Dr. Manuel Moreira, fez nestes onze (11) anos e dois (2) meses que leva do seu mandato.

No passado dia 22, foi divulgada a edição do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses do ano de 2015, como também foi apresentado, sendo de realçar a *performance* do Município de Marco de Canaveses, que pelo segundo ano consecutivo integra o *ranking* global da situação financeira dos cinco (5) melhores municípios, dos dezoito (18) do Distrito do Porto, segundo da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

O Plano de Atividades que encerra o ciclo autárquico 2005-2017 – e espanta-me a repetição dos Orçamentos de um ano para o outro; os Orçamentos são dinâmicos, é a continuidade do ciclo autárquico, portanto, não sei, espanta-me alguns tipos de reparos que se fizeram aqui nas intervenções anteriores – é marcado pela modernização e pela maximização dos fundos



comunitários no âmbito do investimento municipal. De acordo com o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, as áreas da educação, do ordenamento do território, do desporto, do saneamento, dos transportes rodoviários, absorvem as maiores importâncias deste Orçamento.

No que diz respeito ao ordenamento do território, é de realçar as áreas de intervenção previstas na Área de Reabilitação Urbana, nomeadamente no Plano de Ação de Reabilitação Urbana do Marco de Canaveses, tendo em vista a beneficiação de vias de comunicação urbanas, do Centro Cultural do Marco e do Museu Cármen Miranda. Da mesma forma, a requalificação e beneficiação da rede viária municipal, promovendo a melhoria da circulação em espaço rural e urbano, bem como dos cidadãos, através da construção de passeios, como referiu o Sr. Presidente, através do PAMUS – Plano Municipal Urbano Sustentável.

Já em matéria de indústria e energia, pretende continuar a realizar um investimento na realização de infraestruturas e ampliação do parque industrial do Marco de Canaveses, que consideramos serem imprescindíveis ao desenvolvimento económico do concelho. Está já em curso até a abertura do novo acesso à zona industrial do Marco.

Por outro lado, a autarquia continuará a estar ao lado das instituições do concelho, apoiando a sua ação, e quando necessário, apoiando financeiramente a realização das suas atividades e obras. Permitam-me que lhe agradeça a si, Sr. Presidente, e ao Presidente da Junta de Vila Boa do Bispo, como membro desta Assembleia Municipal, e como sócia fundadora da Animarco, a tão almejada obra da construção do Centro de Bem Estar Animal, que está em curso.

No turismo, a construção da Pousada do Marco de Canaveses, junto ao nosso Rio Tâmega, dinamizando assim o nosso concelho e a região.

As nossas crianças e os nossos seniores continuam a estar sob a atenção deste Executivo, na escola, no desporto, na cultura, no recreio, no lazer, no social – enfim, nas muitas ações que no cotidiano vão desenvolvendo. Este modelo defendido nos documentos não condiciona as gerações futuras, potencia os recursos materiais e imateriais do concelho – que é uma obra muito importante, o imaterial, aquele que não se vê – e capacita os diversos mecanismos de criação de riqueza interna, seja através da criação de mais e melhor emprego, seja pelo investimento público estratégico que alavanque, cativa e fixe o investimento privado.

Mas, os investimentos não se ficam por aqui, e em 2017, como vimos, vai ter início a obra de requalificação e modernização da Escola Básica do Marco de Canaveses, uma empreitada orçamentada em cerca de meio milhão de euros (500.000€), com financiamento europeu, mas também com o esforço do município, que terá de assegurar o pagamento de metade do valor da participação nacional. Meus senhores e minhas senhoras, além das suas competências, este Executivo consegue alavancar obras da responsabilidade da Administração Central, como por vezes intervém nas vias que são da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, como todos sabemos, como também é exemplo disso o recente Posto da GNR de Alpendorada. Com certeza que não há nenhum militar, Sr. Presidente, que esteja insatisfeito com a Câmara Municipal, e muito satisfeitos estarão os cidadãos que eles diariamente protegem.



Hoje, com certeza, podemos dizer como é bom viver no Marco de Canaveses. Deixámos de ser conhecidos pelos piores motivos, reconquistámos a credibilidade pública e restaurámos o bom nome dos Marcoenses. É uma grande obra, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Uma nota mais pessoal, e respondendo ao apelo do nosso colega Jorge Pessoa, como é a nossa última sessão antes do natal, desejo a todos um santo e feliz natal, e um excelente 2017. Bem hajam.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu, lamentavelmente, não vou poder dar a palavra ao Sr. Deputado, porque o tempo ultrapassou. Obrigado, Sr. Deputado. Daria a palavra à Sra. Deputada Patrícia Vieira.

--- Patrícia Vieira (Marco Positivo) ---

Peço dispensa dos cordiais cumprimentos.

Este Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2017 da Câmara Municipal de Marco de Canaveses manifestamente não trazem nada de novo no tocante à forma de governar e de estar deste Executivo Camarário, mormente em relação aos anos anteriores. A nosso ver, Marco de Canaveses tem assentado o seu desenvolvimento político, ou modelo político, segundo o qual a Câmara é fortemente financiada por fundos comunitários, transferências do Governo Central, e altíssima tributação municipal. Note-se o peso das transferências da administração no total das receitas, impostos e taxas de cariz municipal, neste caso com reflexos negativos ao nível da captação de investimento e atração e fixação de pessoas. Neste último campo, da chamada tributação municipal, o Executivo Camarário perde mais uma vez a possibilidade de se distinguir dos demais, mormente com aqueles com os quais competimos por efetiva liderança da região norte.

Consideramos, pois, que este Orçamento podia e deveria ser mais ambicioso em algumas áreas, nomeadamente da ação social, da cultura, e quiçá também do turismo. É preciso uma estrutura eficiente e profissional, mas a mesma tem que estar dotada de capacidade técnica e dos meios apropriados à repercussão dos seus objetivos, o que não pomos efetivamente em causa nesta matéria.

Reconhecemos também que a Câmara tem vindo a apresentar Orçamentos, de ano para ano, sólidos e consistentes, o que demonstra uma assinalável saúde financeira que não se pode surripiar. E não necessitam de nos relembrar novamente do plano de reequilíbrio financeiro, pois ele estará sempre presente.

No entanto, numa apreciação política e de visão geral, como referimos no início desta intervenção, nada vislumbramos de diferente na construção deste Orçamento em relação aos anteriores. Tínhamos, pois, esperança que assim não fosse, apesar de sabermos que seria difícil poder acontecer. Falta ambição, falta rasgo. As condições de hoje não são as mesmas que nos conduziram até aqui, e as de amanhã serão seguramente ainda mais exigentes.

Face ao exposto, e na expectativa de que as recomendações efetuadas venham a surtir efeito em Orçamentos futuros, o Marco Positivo opta por se abster neste ponto.



Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Mário Luís.

--- Mário Luís Monteiro (MCFT) ---

Dispensando-me também, se não se importam, das saudações iniciais, foi com gosto, embora com alguma impreparação, porque não fiz muito trabalho de casa, que participei na reunião com o Executivo, ao abrigo do Estatuto da Oposição, para a elaboração deste Orçamento – penso que deve ser referido esse aspeto. Fiz um pequeno estudo sobre uma página que tinha a ver com as candidaturas ao Portugal 2020, que abrangiam diversas áreas, e uma das referências que fiz na reunião tem a ver com a área do desporto. Aí aparece apenas, e incluído noutra rubrica, a reabilitação da fachada do Estádio do Futebol Clube de Alpendorada. Como reconheço que não domino esta área, sou um pouco ignorante neste assunto de candidaturas, também gostaria só de algum esclarecimento, se é, de facto, possível fazer candidaturas ao Portugal 2020 para criação de raiz de infraestruturas desportivas. E digo isto porque uma tristeza que continuo a ter – e sem qualquer complexo assumo a defesa dessa aposta – é o facto de não ver uma aposta sólida num projeto de médio e longo prazo que, de facto, aproveite as excecionais potencialidades que nós temos em termos de recursos hídricos. E o Sr. Presidente, em tempos, e de vez em quando, volta a referi-lo, manifesta muito empenho e vontade de que isso aconteça, mas acho que precisávamos, de facto, de passar para o papel. Eu já apresentei aqui números, números de milhões, que a aposta nesse aproveitamento poderia constituir, e eu penso que teríamos muito a ganhar com isso. Outros concelhos, como Viana, Braga, Vila Nova de Gaia e outros, têm feito essa aposta, e nós temos melhores condições do que eles. Eles vêm cá e assumem isso.

Portanto, eu acho que uma aposta nos desportos náuticos poderia constituir um forte fator de desenvolvimento económico e social, iria trazer ao nosso concelho muitos nacionais e muitos estrangeiros, da Europa principalmente, do norte da Europa. Nós já tivemos aqui situações que o exemplificam, e isso poderia ser uma mais valia para a promoção além fronteiras do nosso concelho. Naturalmente, isto requer uma estratégia de desenvolvimento, uma estratégia global – volto a frisar, global – para o concelho, e eu atrevia-me até a dizer, não só para o concelho, talvez no âmbito até da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, porque a interligação com outros concelhos poderia ser valiosa. Eu fico triste, e tenho que dizer isto, pelo menos dois já são o exemplo que eu conheço, de ver jovens que estão a sair do nosso concelho para o Náutico de Crestuma, que é o que está mais perto aqui. Claro que faltam condições, e talvez uma aposta, que não seria a mais cara, falta um técnico devidamente credenciado que consiga dar formação aos nossos jovens, e poderíamos criar aqui um polo concelhio de desenvolvimento de desportos náuticos, aproveitando aqui já o Centro de Formação Desportiva que existe no Marco de Canaveses, e a experiência de outros clubes.

Para concluir, porque foi aqui um pouco menosprezada a atitude de abstenção, e eu acho que a abstenção existe, por alguma razão é, e no caso de uma deliberação – não estamos aqui a falar da abstenção no que diz respeito a quem não vai sequer votar nas eleições, que isso é diferente; a abstenção numa deliberação é o ato de quem não concorda, ou não se identifica com as alternativas que são propostas.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado Luís Pinto.

--- Luís Pinto (PPD/PSD) ---

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores:

Estamos aqui – o Sr. Presidente hoje, estava a reparar, o Sr. Presidente estava assim com uma cara preocupada a tirar os seus apontamentos, mas é o seu último Orçamento, e acho que podemos dizer que vai com a sua missão cumprida neste último Orçamento também.

Disseram aqui nestas intervenções coisas muito interessantes, e como eu disse na minha última intervenção na Assembleia em que estive – não nesta, extraordinária, mas na última ordinária – as estações, mudamos do verão para o outono, e já houve aqui mudanças de opinião. Efetivamente, este Orçamento pode não trazer nada de novo – que traz – mas é um sinal de coerência. É um sinal de coerência. E foi outra das coisas que o PSD trouxe para o Marco de Canaveses, foi coerência e responsabilidade, porque todas as nossas opções, não foram hoje – nós não estamos a começar o mandato, nós não estamos em 2005, nós estamos em 2016 – foram apresentadas nos nossos manifestos eleitorais, que foram sufragados pelos Marcoenses, e que nos deram a sua extrema confiança, com maiorias absolutas sucessivas, para nós liderarmos o Concelho do Marco de Canaveses. E como a minha colega e companheira Carla Babo já aqui explicou, há um conjunto de fatores que são reconhecidos por entidades externas ao município que dizem que a nossa Câmara, finalmente, começou a ser bem gerida. E a nossa promessa, há doze (12) anos atrás, foi que iríamos operar uma mudança tranquila no Marco de Canaveses. O facto é que fizemos uma mudança real, não só na gestão, mas na atitude e no comportamento, e temos que reter: aumentamos o grau de execução, trabalhamos mais seriamente, somos mais honestos, e acima de tudo, outra coisa que nos distingue, que é uma das definições daquilo que é fazer bem política, que não é só nos preocuparmos com o presente; é preocuparmo-nos e fazermos o presente, mas abrir caminho para o futuro, porque se nós não abrímos caminho para o futuro, ele não existe. E foi isso que nós fizemos ainda aqui recentemente: demos autorização a esta Câmara Municipal para substituir – e volto a repetir esta palavra, porque acho que não entrou – substituir um empréstimo por outro, para nos retirarmos de umas amarras de um contrato de reequilíbrio financeiro, para nos permitir uma coisa muito simples: *cash flow*, em português, dinheiro em caixa, dinheiro em caixa para continuar a fazer mais investimento nas freguesias.

E ainda bem que coloca esta palavra aqui: dizer que não há coesão territorial, eu acho que devemos ter muito cuidado com as palavras. Foi esta Câmara Municipal, gerida pelo Dr. Manuel Moreira, desde há doze (12) anos a esta parte, desde o seu primeiro Orçamento, em 2005, que começou um caminho do aumento das transferências das verbas municipais para as Juntas de Freguesia, que investiu, e sempre disse que o seu patamar principal seria a educação, mas não só, e por exemplo, a nível do desporto e associativismo, quando antigamente tínhamos só as associações de alguns, passamos a ter as associações dos Marcoenses. Eu acho que todas as associações que cumprem com o Regulamento Municipal, que também foi aprovado por nós nesta Câmara, têm acesso a financiamento e apoio da Câmara Municipal.

Mas, ficamos reconhecidos de que nos digam que, efetivamente, pagando a dívida, e tendo uma dívida atrás de nós associada, conseguimos fazer trabalho, e é verdade que foi muito, não só



nas informações escritas que o Sr. Presidente trouxe ao longo destes últimos onze (11) anos, e que vai continuar a trazer no próximo ano, havia lá muita obra feita. E a questão dos oito milhões (8.000.000€), porque estamos aqui a criar uma névoa no ar, que é de onde é que aparecem estes oito milhões (8.000.000€), estes oito milhões (8.000.000€) são precisamente mais uma prova, mais um facto da mudança real, de que houve gestão e critério, isto chama-se poupança, e o ressarcimento dos apoios comunitários. E portanto, foi uma opção, foi dito desde a primeira hora que era essa a nossa opção, que iríamos guardar parte do dinheiro que nos permitisse candidatar a fundos comunitários, para em vez de fazer pouquinho, fazer um bocadinho mais do que o pouquinho, e estamos a conseguir. E é pena que não haja esse reconhecimento, e mais pena que eu tenho é que foi a última oportunidade que eu vi deste corpo de Oposição, nesta Câmara, de dizer o que é que fariam. Criticam, criticam, está mal – e fazer? Eu também gostava de opinar sobre as vossas opiniões, eu também gostava de fazer oposição às vossas opiniões, mas infelizmente, eu não consigo fazer, porque vocês não dizem qual é a vossa estratégia. Portanto, certamente também não a têm; e nós temo-la, porque apresentamo-la desde a hora um, sempre equitativa, sempre com muita transparência, e acima de tudo com muito rigor.

E isso leva-nos a mais um ano de muito trabalho pela frente, sem pensar em cores, em eleitoralismos, sempre foi este o nosso rigor. Nós não nos estamos a “marimbar” para as eleições, como dizia o outro, mas nunca trabalhamos em prol das eleições. E isso foi mais um dos grandes fatores de caráter político que este Executivo trouxe para dentro do Marco de Canaveses.

E muita gente está preocupada – Vítor, deixa-me fazer-te aqui duas (2) perguntas: falou-se aqui em trinta e cinco por cento (35%) para duas (2) freguesias, trinta por cento (30%) para catorze (14) freguesias. Se me puderes explicar, para onde é que foram os outros trinta e cinco por cento (35%)? Por cento significa cem (100); eu contei sessenta e cinco (65), faltam aqui outros trinta e cinco (35).

E já que há uma preocupação enorme de não se saber onde é que se vai investir os oito milhões (8.000.000€), e eu acredito que vão ser bem investidos, mas o que sobrar, amortização de dívida, dou esta sugestão aqui nesta Assembleia Municipal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD) ---

Dava a palavra, então, ao Sr. Presidente, para responder aos Srs. Deputados.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Vice-presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Srs. Municípios, comunicação social:

Em primeiro lugar, dizer que é importante, apesar de eu não ter prazer algum de estar sempre a falar do quadro económico-financeiro em que nos movemos no nosso município, nós, porque somos pessoas de bem e assumimos os compromissos quando foi da nossa primeira eleição, em 9 de outubro de 2005, e assumimos efetivamente funções no dia 28 de outubro de 2005, nós quisemos, naturalmente, honrar esses compromissos, temo-lo feito, de forma, penso que muito



responsável, e a prova disso é que somos hoje uma instituição conhecida e reconhecida, no plano da região e de Portugal – e estão aí entidades insuspeitas a atestá-lo já ao longo destes últimos anos, de que temos tido um desempenho orçamental e financeiro correto, justo, adequado, para sermos uma instituição credível, e naturalmente, isso deve-nos orgulhar a todos, sem exceção. E este plural majestático, é aos Marcoenses que eu me refiro, onde estão bem presentes, e até, se calhar, mais do que qualquer um outro Marcoense, porque têm informação privilegiada, que é dada de forma permanente, não só pela Câmara Municipal, mas nesta Assembleia Municipal, no debate, no contraditório democrático. E por isso, não podemos ignorar esta realidade.

E é por isso que este Orçamento – como há bocadinho disse o Sr. Vereador, Dr. Vítor Gonçalo – que neste momento está como proposta para ser apreciada, e vai ser votada ainda hoje pela Assembleia Municipal, neste momento contempla vinte e sete milhões (27.000.000€), mas com o saldo previsível, que será, naturalmente, integrado na nossa conta de gerência do ano de 2016, para ser presente a esta Assembleia Municipal, também para apreciação e votação, em abril, na Assembleia Municipal do próximo mês de abril, e depois, com a respetiva revisão orçamental, e como é habitual, e isso acontece sempre e em todos os municípios de Portugal, integrado esse saldo no conjunto do Orçamento do ano de 2017, para reforçar um conjunto de áreas, de rubricas e de investimentos, porque é assim que tem que ser, e será mais uma vez assim neste nosso último mandato. E estou certo de que as Câmaras que nos vão suceder farão de igual forma perante a Assembleia Municipal, que vai também ser escolhida no próximo ano. E por isso, admitimos até que possamos vir a ter um Orçamento, como já foi dito hoje aqui, de trinta e cinco (35.000.000€) a trinta e seis milhões de euros (36.000.000€). E como sabem – e mais uma vez evoco as tais entidades insuspeitas que têm, naturalmente, feito também a avaliação deste nosso desempenho orçamental e financeiro – nós temos tido, exatamente, uma execução bastante elevada, das melhores dos municípios portugueses, e por isso estamos a apresentar aqui, mais uma vez, e pela décima segunda vez – é o décimo segundo Orçamento e Opções do Plano que apresentamos perante a Assembleia Municipal nestes nossos três (3) mandatos, estamos a apresentar um Orçamento que queremos que seja realista, não é um Orçamento inflacionado, empolado, para dizermos que temos um grande Orçamento, como era habitual, e ainda é hoje habitual em alguns municípios de Portugal, de apresentarem Orçamentos de cinquenta (50.000.000€), cem (100.000.000€) e duzentos milhões (200.000.000€), para depois apenas executarem quinze (15%), vinte (20%) e trinta por cento (30%). Nós temos uma execução muito mais além, entre os oitenta (80%) e noventa por cento (90%) – quer dizer que as nossas previsões, o Plano e o Orçamento, que é também um plano de intenções, é muito de acordo com a realidade que tem sido reafirmada todos os anos. Acho que é, em termos daquilo que é um Orçamento tão realista e exequível, o maior Orçamento do Município de Marco de Canaveses. É evidente que eu sei que em Câmaras Municipais anteriores a nós havia Orçamentos de cinquenta milhões (50.000.000€), e mais, mas depois sabemos da realidade daquilo que aconteceu.

Por isso, estamos realmente conscientes desta nossa atitude, e é por isso que quando também se faz deste saldo que vai ficar para o próximo ano, é porque nós temos neste momento muitas obras que estão em curso, temos várias propostas, ou melhor, estamos a abrir vários outros procedimentos, vamos ainda fazê-lo no próximo ano, e fá-lo-emos ainda a propósito da revisão orçamental com integração do saldo de gerência do ano de 2016, que ficará para a execução do Orçamento de 2017. E é para quê? Para podermos alavancar também um conjunto alargado de



candidaturas, que são de grande fôlego, para nós podermos executar. Olhe, cito também, a título de exemplo, que há bocado não o fiz, gostava muito também de deixar o Cineteatro funcional, o nosso edifício do antigo Cineteatro Alameda, com o nosso auditório, sala de espetáculos, com o nosso Espaço Arte, que passaria das atuais instalações do Museu Municipal Cármen Miranda para esse edifício, e com a nova Biblioteca Municipal, uma BM2, de acordo com a dimensão deste município, de cinquenta e quatro mil (54.000) portugueses. É para essas e muitas outras obras que já foram aqui referidas, e que estão aí plasmadas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017, que nós temos que ter esta folga, e acima de tudo esta almofada, esta mochila financeira para alavancar a execução das obras que estão em curso, e de outras obras que ainda vamos lançar, e que, naturalmente, algumas delas passarão para além do nosso mandato, que poderão até ainda ser concluídas até ao final do ano de 2017, mas que é previsível que nós vamos sair seguramente até ao final do mês de outubro destas funções. E por isso, isso com certeza ainda irá ser concluído no tempo já de uma nova Câmara e de uma nova Assembleia Municipal, eleita em outubro de 2017.

Também dar nota do seguinte: eu tive sempre, e tenho, e como já tenho reafirmado isto aqui perante a Assembleia Municipal, tenho pena que nem sempre isso fique tão claro e tão explícito, de que nós queremos e temos uma estratégia, e a estratégia, devo dizer que está demonstrada, que foi confirmada, reconfirmada três (3) vezes, com a maioria que alcançámos, pela confiança dos Marcoenses. Estamos a chamar aos Marcoenses de pessoas menos dotadas, menos capazes, menos lúcidas, menos inteligentes, para escolher bem? Eu não faço essa acusação; pelo contrário, eu considero que os Marcoenses são homens, mulheres e jovens que sabem o que querem, que fazem as opções em cada momento da nossa vida autárquica, e julgo que procuram fazê-lo de forma assertiva, para que nós os possamos servir da melhor forma. Honro-me e orgulho-me, com os meus pares, de estarmos a tentar fazer o nosso melhor, com todo o sentido de responsabilidade, com toda a honestidade e com todo o sentido de serviço público, aos Marcoenses, e tenho muito orgulho em olhar para outubro de 2005, e olhar para novembro de 2016 – e ainda poderemos olhar até outubro de 2017 – e sentir que o Marco está diferente, está melhor, a vida, julgo que é mais fluída, a liberdade e a democracia estão conquistadas, e eu espero que elas sejam para sempre, no bom debate, no debate político que deve existir nesta casa comum que é o Município de Marco de Canaveses.

E por isso, Sr. Presidente da Junta de Santo Isidoro e Livração, que às vezes me surpreende, tenho que dizer que você me tem surpreendido, por vezes, neste sentido: é que eu falo com todos, sempre com todos, porque acho que apesar de sermos de Partidos diferentes – de resto, já o apoiei na candidatura anterior, como sabe, à Junta de Freguesia, em que foi eleito Presidente da Assembleia de Freguesia de Santo Isidoro – se calhar já se esqueceu desse pequenino pormenor, mas eu espero que não, de todo – para realmente constituir a Assembleia de Freguesia de Santo Isidoro, e como Presidente da Assembleia, e a Junta de Freguesia presidida pelo Sr. Agostinho Baldaia, que com muita honra também serviu a sua freguesia o melhor que pôde e soube, com a nossa colaboração – e que me diz aquilo que me diz quando estamos, naturalmente, na sua freguesia, e quando realmente falamos da sua freguesia também aqui, agora quem o ouviu hoje aqui, eu pergunto: será o mesmo Eng.º Mário Bruno que nós conhecemos, com quem nós dialogamos? Ou ele está, naturalmente, a tentar, perante os seus pares, dizer que, efetivamente, é um combatente desta Câmara Municipal? Um combatente desta Câmara Municipal. Eu sentia que você era um aliado do nosso município, independentemente de quem está a dirigir os destinos desse município. Às vezes, vejo que,



efetivamente, há aqui este binómio, que por vezes fico perplexo, naturalmente, com a sua postura. Tenho que lhe dizer com esta mesma franqueza e lealdade que nos deve naturalmente caracterizar, porque temos que ser homens de caráter. Sim, mas Sr. Engenheiro, como vê, eu não o interrompi. Eu sei que o incomoda, porque, efetivamente, o senhor não gosta do contraditório – e dizem que sou eu que não gosto, vejam só; há bocadinho foi o Sr. Coronel que falou nessa questão.

E por isso, dizer-vos que, efetivamente, eu gostava muito que fosse verdade a sua afirmação, que a dívida, esse argumento já não colhe, já não existe; é que são duzentos e oitenta mil euros (280.000€), que o senhor gostava que eu pudesse investir também na sua freguesia, apenas num mês, mas não posso, porque temos que pagar ao sindicato de bancos o serviço da dívida, a amortização e os juros. Eu sei que não interessa falar desta verdade, mas é uma verdade que nos acompanhará até 2030, se não conseguirmos, naturalmente, também ajudar a aliviá-la nesta iniciativa, que não temos a garantia de que o vamos conseguir.

Também dar conta de que falou-nos aqui da questão das escolas, etc., e a Sra. Vereadora da Educação dirá qualquer coisa daqui a momentos, sobre essa matéria, desde a Escola de Santo Isidoro, e também da Livração. Em relação às outras questões mais concretas, o Sr. Vereador, dentro do tempo disponível, Dr. Vítor Gonçalo, até porque você dirigiu-se acima de tudo a ele, como se fosse o responsável de toda a gestão do município, que não é, porque somos uma equipa.

E dizer também à Sra. Representante, Tesoureira da Junta de Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo, Raquel Pereira, o seguinte: sobre a Escola de S. Sebastião, já não tenho mais nada para dizer, sob pena de estarmos a ser recorrentes, a dizer sempre a mesma questão.

Sobre a Escola de Paços de Gaiolo, está aí, de facto, a verba, como disse, está aí a rubrica aberta; a nossa vontade, já o dissemos na visita à Freguesia de Penhalonga e Paços de Gaiolo, que vamos ter que fazer lá um conjunto de intervenções, e isso também vai resultar do reforço desta e de outras verbas com o saldo de gerência que vamos, realmente, integrar no Orçamento no próximo ano, depois de a conta de gerência ser apresentada e aprovada na Câmara e na Assembleia Municipal.

Quanto à monitorização da Carta Educativa, também a Sra. Vereadora dirá alguma coisa sobre essa matéria. Agora com a Dra. Cristina Vieira, Presidente da Junta de Freguesia de Soalhães, sobre a monitorização, a Sra. Vereadora dirá alguma coisa. As ETAR's, também será o Sr. Vice-presidente da Câmara, Eng.º José Mota, que dirá. E sobre a questão também dos recursos humanos que saem e que entram, que se aposentam, etc., ele dará essa resposta.

Quanto à questão de que os investidores querem investir no nosso concelho, e não têm onde: eu acho que a senhora, afinal, não conhece o Concelho de Marco de Canaveses; seguramente não conhece, e fica-lhe muito mal que faça afirmações dessa natureza. O Concelho de Marco de Canaveses, para além da zona industrial que tem, e tem ainda lá possibilidades também de se poder investir, temos o nosso projeto de requalificação e ampliação, também para esse efeito, precisamos é que o seu Governo deixasse, se calhar, que a entidade de gestão aqui do Porto, Comissão Diretiva do Norte 2020, pudesse, efetivamente, já tê-lo apreciado e aprovado. Chamou o Sr. Ministro, isto dentro daquilo que deve ser a tal descentralização e respeito pelas entidades



e pelos agentes que estão na nossa região norte, chamou-o há muitos meses, no início do ano, e que eu saiba, ainda não houve qualquer decisão. Foi o atual Presidente – e já não será tão suspeito para si, porque já não é o anterior Presidente da Comissão, que foi nomeado pelo anterior Governo, mas é por este Governo, Prof. Frei de Sousa, que disse que, efetivamente, ainda não tinha cá essa questão, que está no Governo para análise há muito tempo. Deu-me essa resposta já duas (2) ou três (3) vezes, nestes cinco (5) meses em que está em funções. E por isso, dizer que temos também outras áreas, junto à estação, ali uma antiga fábrica com grande capacidade instalada, que tentei até ver se poderia haver algumas das empresas têxteis e do calçado para cá, mas que até agora não vieram, porque a questão do IMI, do IMT e da Derrama, essa história toda, não ajudam e não atraem, mas a culpa não é nossa. Mas a senhora, evidentemente, como só interessa focalizar a crítica no PSD, na atual gestão, ignora, realmente, por que é que estamos aqui, e por que é que temos este contrato de reequilíbrio financeiro, com este serviço da dívida, e com estas limitações, de não podermos baixar, realmente, também os nossos impostos locais(ou municipais), a verdade é essa. E também temos noutros pontos do concelho essa disponibilidade, como por exemplo, em Constance, a tocar um pouco também de Vila Boa de Quires, etc. Só que não temos é terrenos nossos, do município, para poder, como outros concelhos o fazem, poder vender, como a senhora também disse, em Penafiel, a um euro (1€). Tomara-nos nós; provavelmente devia-se ter adquirido esses terrenos em tempo útil, para nós podermos agora ter essa oportunidade, e já o devíamos ter há muitos anos, e não apenas agora. E essa é também a verdade dos factos, e tomara-nos nós ter essa oportunidade. Por isso, da nossa parte, temos feito o que é possível, mas reconhecemos que, realmente, estamos muito condicionados, muito limitados para estimular e para atrair novos investidores. Mesmo assim, temo-lo tentado fazer, e apesar de tudo têm vindo alguns; não tantos quantos queríamos, não tantos quantos merecíamos, realmente, aqui no nosso Concelho de Marco de Canaveses.

Quanto à Carta Municipal do Desporto, dizer-lhe apenas o seguinte: estive há meia dúzia de anos – talvez sete (7) anos até, já – com o Sr. Secretário de Estado, Dr. Laurindo, que é ali de Fafe, Secretário de Estado do Desporto, no Porto, na Delegação do Instituto do Desporto e Juventude, para apresentar as grandes linhas que estavam a enformar a Carta Nacional Desportiva, e que depois teriam o cuidado de enviar para os municípios as linhas orientadoras que deviam enformar também as Cartas Municipais de Desporto. Nunca tivemos essa sorte ao longo destes anos, de ter essas linhas. Entretanto, agora decidiu-se, e bem, tentar ver se conseguimos fazer uma Carta Desportiva Intermunicipal para o Tâmega e Sousa. E nesse sentido, os nossos colaboradores do desporto estão exatamente já a trabalhar e a participar, ao nível dos onze (11) municípios, para que tenhamos essa Carta Desportiva Intermunicipal, que também, naturalmente, responde àquilo que deve ser uma Carta Desportiva do Município de Marco de Canaveses.

Quanto à questão das normas, eu não posso agora responder a tudo. Os Srs. Presidentes de Junta não foram ouvidos sobre vários projetos dos fundos comunitários. Devo dizer o seguinte: os Srs. Presidentes de Junta, naturalmente, conhecem aquilo que são os grandes objetivos que enformam esta Câmara Municipal na sua política. Nós, neste momento, até fruto do Portugal 2020, e neste caso do Norte 2020, não andou com aquela celeridade – mas isso, ainda agora estávamos, esta semana, em Vila Nova de Famalicão, no Comité de Acompanhamento, e estava cá até um grego, a falar em francês, para realmente monitorizar a execução do nosso Norte 2020. E devo dizer que não foi nada meigo; foi muito crítico e muito exigente com aquilo que foi,



enfim, uma informação geral da execução. E a verdade é esta – mas também houve quem dissesse, e bem, que as coisas estão mais ou menos ao mesmo nível do que aconteceu em relação ao QREN, quando começou, exatamente, o QREN, também durou para aí três (3) anos a arrancar em força. Desta vez, estamos também há dois (2) anos e meio, e está a arrancar agora em força, até por impulso da Associação Nacional de Municípios, que me honro de pertencer à sua Direção Nacional, no sentido que com o Presidente da República, com o Primeiro Ministro – não, por acaso o Primeiro Ministro não pôde estar – os membros do Governo que estiveram durante todo o dia num Seminário Portugal 2020, para impulsionar, que daí resultou até flexibilizar um conjunto de normas e exigências na apresentação das candidaturas, porque já queriam que a gente apresentasse tudo, já com todo o projeto pronto, apresentação dos concursos, já com toda a tramitação, para poderem ser apreciados e financiados. Felizmente que quiseram aligeirar isso, e todo um conjunto de pareceres de várias entidades, uma panóplia de entidades. Estão a tentar agilizar esses procedimentos, para ver se podemos avançar. E eu compreendo até o atual Governo, porque, efetivamente, como está a parar o investimento público, essa é a forma de alavancar, com os fundos comunitários, alavancar a economia, as empresas, porque este Portugal 2020 está muito direcionado, pela parceria que o Governo anterior fez com a União Europeia, muito para a economia, para o empreendedorismo, para as empresas, e bem, para também dar oportunidade de baixar o desemprego e aumentar o emprego dos nossos concidadãos. Por isso, está a avançar com essa força, mas devo dizer que agora está a haver uma avalanche de avisos, que estão a sair quase todos os dias, em que depois saem, e quase que fecham logo a seguir. Olhe, por exemplo, ainda agora, a propósito aqui da nossa Igreja de Santa Maria, de concluirmos o Complexo Paroquial de Fornos, desde a Igreja, a sua requalificação, o Centro Paroquial, e a terceira fase, que era a Casa Paroquial, mas que agora terá que ser em termos de Centro de Apoio a Atividades Culturais, apresentámos uma candidatura de um milhão e seiscentos mil euros (1.600.000€), numa parceria da Fábrica da Igreja de Fornos, a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia de Fornos, e a verdade é esta: verbas já muito escassas, que nós temos andado a pedir, eu próprio já fiz três (3) intervenções, já estive inclusivamente com membros do Conselho Diretivo, da Comissão Diretiva do Norte 2020, para ver se podem aumentar as verbas do património cultural, porque apareceram imensos projetos, e nós também temos mais alguns também da Rota do Românico, para consolidar e para requalificar vários dos nossos monumentos da Rota do Românico, aqui no nosso concelho, que temos dez (10), e precisamos de ainda avançar em vários deles, e devo dizer que não há dinheiro. E parece que as candidaturas são imensas, e muitas delas, para não dizer a grande maioria, de grande mérito, e isso é importante. Espero, e é isso que temos andado a defender também nos municípios, e na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, é que haja uma revisão, e fazer, realmente, a reprogramação do Quadro Portugal 2020, se possível não em 2018, como era previsível, mas já fazê-lo em 2017, apesar de reconhecer, mesmo que seja em 2017 que se faça essa reprogramação, já vai ter só efeitos no ano de 2018. E como sabem, este Quadro é de 2014-2020, que depois, na prática, só terminará em 2022.

E por isso, os projetos estão aí. Por exemplo, falei há bocado aqui no antigo edifício do Cineteatro, só para citar esse; temos o PARU, temos os PAMUS, etc., são tudo siglas que são para fazer todo um conjunto de obras de valorização do território municipal, que estão aí, e que penso que estamos todos identificados com esses objetivos.



Dar também nota, diz a Sra. Dra. Cristina Vieira que duas (2) freguesias levam trinta e cinco por cento (35%), e as outras, trinta (30%). É evidente que para além de as contas não estarem bem feitas – e já há bocadinho o Sr. Deputado, Dr. Luís Pinto, já referiu isso, e penso que deu já uma boa resposta – eu queria só dizer-lhe este pequeno pormenor: duas (2) freguesias, trinta e cinco por cento (35%); população, mais de quarenta por cento (40%). Mais de quarenta por cento (40%). Eu não tenho medo de falar nos nomes das freguesias: Freguesia do Marco e Freguesia de Alpendorada, Várzea e Torrão. Mas, trinta e cinco por cento (35%), mais de quarenta por cento (40%) da população. É evidente que para mim todos são, naturalmente, cidadãos da nossa terra, todos são portugueses e Marcoenses, merecem também uma oportunidade de viver numa freguesia, em todas as freguesias, com igual oportunidade de desenvolvimento e de qualidade de vida, de bem estar social. É essa a nossa filosofia, é essa a nossa opção política. Agora, não se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente. Eu gostava de vos ver fazer aqui exatamente este nosso exercício, eu gostava de saber como era, gostava muito de saber. Mas Deus – neste caso, enfim, são também as minhas convicções – mas, o futuro dirá se teremos essa contraprova.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Presidente, faltam oito (8) minutos para o tempo acabar, a não ser que não queira dar a palavra aos outros. Estava só a chamar à atenção para isso.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Agora, é interessante, e não vi nenhum protesto do Dr. Rolando Pimenta, que não gosta que se fale de política nacional, há bocado eu respondi à pergunta, ou às questões colocadas pelo Sr. Deputado Jorge Pessoa, sobre dois (2) projetos estruturantes de proximidade que o Governo atual – e foi por isso que eu falei na política nacional, quando muito só isso; neste momento, como digo, o Governo mandou parar, e sem perspetiva de quando é que vão ser considerados, se é que algum dia vão ser considerados, eu espero que sim. Acima de tudo, sou um homem de fé, que não perco a esperança. Mas, a verdade agora é que veio falar de sondagens. Alguém fez alguma pergunta sobre as sondagens nacionais que saíram recentemente? Eu não vi. Mas, há uma coisa que eu sei, Sra. Dra. Cristina Vieira: não deite foguetes antes da festa. E eu desejo o melhor para o meu país, e desejo que o Governo de Portugal, que também é o nosso Governo de Portugal, mesmo tendo sido constituído nas condições políticas que foi – porque efetivamente quem lidera o Governo de Portugal não ganhou claramente as eleições, teve, de facto, uma derrota claríssima, é verdade – mas as sondagens não ganham eleições. Quem atribui, exatamente, a confiança para governar Portugal são os portugueses. E que eu saiba, para já, as últimas eleições foram a 4 de outubro de 2015, e quem as ganhou foi, exatamente, uma coligação liderada pelo PSD, pelo Dr. Pedro Passos Coelho. Esse é que as ganhou, e está na Oposição a fazer o seu melhor, seguramente – não, liderado pelo PSD, com o CDS-PP. Liderado pelo PSD, pelo Dr. Pedro Passos Coelho, mas com o CDS-PP. São os factos históricos, factos históricos. E como tal, essas é que estão a valer até às próximas, sejam elas no final da legislatura de quatro (4) anos(2019), sejam elas, naturalmente, antecipadas.

E o que nós desejamos, mas é o político Manuel Moreira, é o social democrata Manuel Moreira que fala, e é o português que fala, eu quero o melhor para o meu país. E se quiser o melhor para o país, também quero o melhor para a minha terra, que é Marco de Canaveses, uma parcela de Portugal. E acho que isso é que nos devia mover. Agora, os senhores só criticam quem está aqui, e esquecem-se, efetivamente, de criticar quando estão no Governo Nacional, aquilo que é



a falta de respeito para com esta região, e para com esta sub-região do Tâmega e Sousa, e para com o nosso município. Isso, os senhores têm um silêncio ensurdecedor. E eu pergunto: é assim que fazemos o desempenho da nossa responsabilidade pública perante os nossos concidadãos? Não é. Não é. Temos que ser iguais a nós próprios, esteja quem estiver no poder nacional, ou no plano local. É assim que eu penso, e é assim que eu procuro agir.

É evidente que o lugar de vereador é tão digno como o Sr. Presidente de Junta, e vice-versa, e eu apenas quero dizer que o Presidente de Câmara é apenas o primeiro vereador de todos os vereadores. É essa a sua função, e como tal, eu nunca poderia desqualificar os Srs. Vereadores, longe de mim tal. Eu disse é que a senhora, quando estiver aqui na vereação, se estiver, se calhar, aí veremos como é que será.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Faltam cinco (5) minutos, Sr. Presidente.

--- Presidente da Câmara Municipal ---

Dra. Carla Babo, para terminar, muito obrigado pela sua intervenção, aquilo que disse, os sublinhados à nossa ação e à obra realizada. Tentamos fazer o nosso melhor. Gostávamos de ter feito mais, temos sempre vontade de fazer mais, porque sabemos da ambição dos nossos Presidentes de Junta, e eu sinto-o todos os dias, e sofro com eles – sofro com eles, quero aqui dizê-lo – muito, por não poder responder a tudo e a todos, porque os nossos concidadãos Marcoenses o mereciam.

Dra. Patrícia Vieira, muito obrigado também por aquilo que disse, mas o Sr. Eng.º José Mota depois dirá também uma palavrinha, se tiver tempo para tal.

O Eng.º José Mota, se fosse, então, possível, para depois o Vítor Gonçalo, e a Dra. Gorete, não sei se haverá tempo para todos. Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Estamos com quatro (4) minutos para responder, mais algum tempo que vou dar, como dei há bocado, mas pouco. E portanto, eu gostaria que fossem breves naquilo que vão falar, se fosse possível. Daria a palavra, não sei a quem, ao Sr. Vice-presidente, penso eu. Daria a palavra ao Sr. Vice-presidente.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

Desta vez, vão-me permitir, até para responder a algumas críticas de que tenho sido bastante mais técnico e menos político nas minhas intervenções, vou tentar ser um bocadinho político hoje. E para que a intervenção faça um pouco mais de sentido, vou inverter a ordem das questões, e começar por responder à Dra. Patrícia Vieira, que terá dito algo como: o documento não traz nada de novo em relação ao que vem do passado. Focou-se em três (3) aspetos: a forte carga fiscal, a receita proveniente de fundos comunitários e as transferências do Estado.

Fazendo minhas as palavras de alguém que já me antecedeu, eu devo dizer, Sra. Dra. Patrícia, com todo o respeito, que isto, de facto, revela da nossa parte coerência, porque nós não só



fazemos isto, como o assumimos desde o início. A Sra. Doutora não era ainda deputada desta Assembleia Municipal, e foi dito por nós desde o início que dados os fortes constrangimentos financeiros que aautarquia vivia, nós apostaríamos sempre numa forte aposta em fundos comunitários. Portanto, se a senhora o confirma, muito obrigado, só estamos a ser coerentes com aquilo que sempre dissemos. Não quer dizer que todos estejamos de acordo, mas isso foi o que nós dissemos, foi nesta proposta que o povo do Marco votou, e estamos a ser coerentes com aquilo que dissemos: forte aposta nos fundos comunitários. E daí a necessidade de ter as verbas cabimentadas no Orçamento, e daí a famosa história dos oito milhões (8.000.000€). Mas, com todo o respeito, para esse pedido, acho que não vale a pena dar. Quem entende, entende; quem não entende, não entende. É uma questão de estratégia? É. É a nossa? É. É assumida? É. O povo do Marco votou? Votou. Portanto, acho que estamos a dar a resposta às pessoas que confiaram na nossa estratégia.

Quanto à questão das transferências do Estado, bom, temos transferências do Estado como todos os outros municípios. Isso aí é a Lei Geral do país, que transfere para os municípios, de acordo com os critérios que estão definidos, desde o Distrito de Viana do Castelo até ao Distrito de Faro, passando pelas ilhas.

Quanto à questão da forte carga fiscal, aí é que está, Sra. Doutora: é que, de facto, nós temos que ser coerentes com aquilo que fazemos e dizemos. E esta Assembleia deve também ponderar sobre esta questão: nós somos, ou não somos coerentes com aquilo que dizemos? É que, de facto, a forte carga fiscal resulta de uma imposição do contrato de reequilíbrio financeiro, contratado em 2004, e é aí que estão as taxas máximas. Portanto, nós só temos que fazer uma coisa, e é estarmos todos de acordo, porque é para bem do Marco: é, de facto, necessário reestruturar a dívida para que, mantendo uma dívida bancária sustentada, possamos libertar-nos das cláusulas que, nesse contrato, obrigam a ter as tais taxas máximas, que a Dra. Cristina Vieira, com a qual eu concordo, diz que são altas. É verdade. Portanto, se estamos todos de acordo, sejamos consequentes com aquilo que dizemos, e então vamos viabilizar, façamos todos os nossos esforços para viabilizar a renegociação da dívida, para que consigamos condições mais favoráveis, para que, de facto, esses entraves – porque é disso que se trata – possamos, então, libertar-nos, para ter condições de competitividade com os outros territórios que estão ao nosso lado, e que não têm os mesmos entraves. Só temos, mais uma vez, Sra. Doutora e Srs. Deputados, de ser coerentes. Se é isso que nós queremos, e eu acho bem, então sejamos consequentes com aquilo que afirmamos.

Portanto, eu gostava de dizer que independentemente da opinião do Sr. Presidente da Junta de Santo Isidoro e Livração, de dizer que não há dívida, eu devo dizer que ela, como ainda foi dito agora, Sr. Presidente, com todo o respeito, ela ainda é superior a vinte milhões de euros (20.000.000€), e nós, e quem vier depois de nós, há de ter que a continuar a pagar, disso não tenhamos dúvida nenhuma. Infelizmente, é uma grande verdade. Podemos querer esquecer-nos dela, mas se o senhor aqui estivesse deste lado, ou qualquer outro dos senhores, podem ter a certeza que ninguém ia deixar que se esquecessem da dívida. Ela está cá, é para pagar, e quem cá estiver vai ter que a continuar a pagar. Podemos é ter melhores condições para a pagar, isso é diferente. Portanto, tenhamos todos consciência de que é fundamental para o futuro deste município que sejamos capazes de reestruturar a nossa dívida.



Indo à questão que a Dra. Cristina Vieira colocou – ou às questões – em particular nos pelouros que me estão confiados, ambiente e recursos humanos, eu gostaria de dizer o seguinte: Sra. Presidente da Junta, começando pelo pelouro dos recursos humanos, também foi sempre estratégia deste Executivo, assumido por mim aqui, a estes microfones, que a política de reestruturação dos recursos humanos na Câmara nunca seria assente numa lógica de mera renovação dos Quadros, porque saem cinco (5) de uma coisa, e entram cinco (5) da mesma coisa. Não; eu sempre disse aqui, e vou continuar a afirmar, porque essa é a minha convicção: o Município de Marco de Canaveses precisa de um reforço muito grande ao nível dos quadros técnicos, que há onze (11) anos eram apenas vinte e cinco (25), em cerca de quinhentos (500) trabalhadores. Portanto, naturalmente, nós não temos apostado em substituir um cantoneiro por um cantoneiro, um jardineiro por um jardineiro, um tesoureiro por um tesoureiro, e um engenheiro por um engenheiro; nós temos tido uma política de reforço da competência técnica dos recursos humanos da Câmara. É verdade, como temos tido a necessidade de reduzir, por imposição, mais uma vez, da dívida da Câmara Municipal – e devo dizer que houve anos em que a Câmara Municipal teve que ter uma redução líquida de doze (12) colaboradores; quer dizer que se nesse ano entraram duas (2) pessoas, tiveram que sair catorze (14), é bom que tenhamos todos consciência disso, e é bom que tenhamos consciência que em onze (11) anos, a Câmara viu sair cento e sete (107) dos seus trabalhadores que estavam cá em 2005, pelas mais diversas formas, infelizmente alguns também por morte, mas a grande maioria por aposentação. E portanto, a opção de aposta nos recursos humanos nunca foi trocar um por um; foi sempre, na medida do possível, reforçar as competências técnicas deste município, que estava muito necessitado dessas competências técnicas.

Portanto, relativamente às questões dos recursos humanos, devo dizer que em relação à despesa, e à evolução da despesa da rubrica geral de pessoal, devo considerar que estão lá consideradas, para além das remunerações, por exemplo, o trabalho extraordinário, por exemplo, as despesas com a saúde, e tudo isso entra na conta geral de pessoal, como os Srs. Presidentes de Junta sabem, nos seus Orçamentos também das freguesias. E portanto, o que está aqui em causa, em função do recrutamento e do Mapa de Pessoal que está associado ao Orçamento, é que estão previstas as verbas naturalmente necessárias para todo esse Mapa de Pessoal. Naturalmente que não se processando, não ocorrendo o recrutamento de todas as pessoas que estão previstas no dia 1 de janeiro, a dotação orçamental que está prevista não precisa de estar toda para o dia 1 de janeiro. Se eu tenho um plano a decorrer, que vai ter uma publicação no Diário da República, que vai ter um processo concursal, que vai ter provas de avaliação, etc., e que vai demorar três (3), quatro (4), cinco (5) meses, se eu só vou recrutar as pessoas em maio ou em junho, não tenho que ter o Orçamento carregado com catorze (14) meses. Isso é normal, isso é gestão.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Sr. Eng.º José Mota, eu tenho aqui um problema, que é dar o tempo ainda ao Sr. Vereador. Queria que vocês gerissem o tempo, porque não posso dar mais do que aquilo que eu acho que é alguma equidade neste processo todo. Portanto, eu gostaria que concluísse, dentro de um minuto, para dar três (3) minutos ao Sr. Vereador.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Sr. Presidente, eu até posso concluir já. A questão é se respondo, ou não.



--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Pois, mas eu não posso. Eu peço desculpa, dou-lhe mais um minuto para concluir, e depois dou três (3) minutos ao Sr. Vereador.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Mas, ainda falta falar do ambiente, das questões das ETAR's. Pronto, o Sr. Presidente é que decide.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Eu tenho o tempo para gerir, e é aquilo que eu tenho que fazer. Eu tenho que gerir o tempo, a mim pedem-me para gerir o tempo. Eu tinha trinta (30), quero chegar aos trinta e sete (37) minutos, que é dar mais vinte e cinco por cento (25%), para ficarmos todos aqui num processo mais ou menos de alguma equidade, que eu não quero depois que venham dizer que o tempo não é gerido. Não posso fazer mais do que isso. O tempo tem que ser gerido.

--- José Mota (Vice-presidente da Câmara Municipal) ---

Bom, então, muito brevemente: houve um aumento também nas despesas, naturalmente, porque este ano, como é sabido de toda a gente, foi feito um aumento, por parte do Governo – que eu saúdo – do salário mínimo nacional, e portanto, como há uma série de funcionários da Câmara cujo salário está indexado também ao salário mínimo nacional, isso levou a um aumento da despesa, e também porque foram repostos os cortes e a incidência, digamos, em determinados níveis remuneratórios, dos cortes que incidiam sobre as remunerações. Portanto, tudo isso se repercutiu no aumento das despesas com pessoal.

Quanto à dotação, ela está a necessária para cumprir todos os compromissos que a Câmara tem.

Relativamente à questão do ambiente, e à informação de que há estações elevatórias que não estão a funcionar, eu devo lembrar – lembrar apenas, porque esta Assembleia sabe – que a Câmara promove os investimentos, há um auto de transferência para a empresa concessionária Águas do Marco, que é quem opera as estações elevatórias. Acontece que a Águas do Marco, enquanto entidade gestora, entende, contra a nossa vontade, que enquanto não estiverem contratualizadas todas as pessoas que estão ligadas a esta unidade, nomeadamente a uma estação elevatória, ou uma ETAR, ela não opera a estação. Portanto, é uma questão que mais uma vez remete para o tal litígio que existe entre a concedente (Câmara) e a concessionária (Águas do Marco), e que leva a este tipo de situações, daí o nosso interesse também em resolver o mais depressa possível a situação com a empresa.

Portanto, as estações elevatórias estão prontas, há um auto de vistoria, há um auto de transferência, nessa medida os equipamentos são transferidos para a alçada da concessionária, a concessionária não opera a estação, ou não opera o equipamento, alegando que os municípios que estão ligados não estabelecem contrato. E portanto, como não está contratualizado o serviço, eles não operam a estação. É a informação que eu posso dar neste momento.

Muito obrigado pela vossa atenção.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---



Sr. Vereador, ia-lhe dar três (3) minutos, apelo à sua capacidade de síntese para responder

--- Vitor Gonçalo (Vereador) ---

Muito obrigado.

Começando, então, pelas questões colocadas pelo Eng.º Mário Bruno, do Partido Socialista, em que diz que este Orçamento vem ferir o investimento estratégico sustentável de Marco de Canaveses, não assegura a coesão territorial, agrava as assimetrias. Começou por referir na sua intervenção isso, que tem a ver com uma questão política. Tomei nota, obviamente, da sua intervenção, e gostaria de dizer – e aludindo àquilo que já aqui foi referido hoje – que é a coerência que devemos ter quando estamos a ocupar cargos públicos, esta Assembleia não esquece, o Marco de Canaveses e os Marcoenses não esquecem qual o seu voto, a sua postura, que foi divergente, dentro do próprio Partido Socialista, quando nós apresentámos a esta Assembleia Municipal um plano de reestruturação da dívida, substituição da dívida, precisamente para alavancar e reduzir assimetrias. Usando as suas palavras, eu tive oportunidade de referir todos esses benefícios que resultariam dessa reestruturação, em ata, é isso que nos move e determina nesse objetivo, e portanto, eu acho que um bocadinho de coerência quando estamos a exercer cargos políticos fica bem a todos nós. E registo que o seu voto foi contra. Se calhar não fica tão bem chegar aqui agora e falar em assimetrias, e tudo aquilo que está registado.

Muito concretamente, a questão que colocou, da taxa de juro, a questão dos empréstimos anda sempre aqui à volta, parece que nunca está suficientemente esclarecida. Mais uma vez, o Sr. Deputado teve em mãos, aquando da votação – e como votou contra, presumo que tenha feito um estudo atento desse documento – tinha lá as propostas apresentadas pelos bancos, na íntegra – tinha-as lá na íntegra – e como pode verificar, quando a Euribor é negativa, aplica-se – e nós sempre falámos em *spread*, não falámos em taxa de juro – aplica-se o *spread*, para em zero. Para este efeito, os bancos no passado cometeram esse erro; hoje corrigiram, não há banco nenhum que efetue desconto sobre o *spread*. Quando a Euribor é negativa, ela para em zero. O senhor coloca a questão de ser menos zero ponto cinco por cento (-0,5%), portanto, é a taxa que eu sempre referi, que é a taxa média ponderada, que será de um ponto zero sete por cento (1,07%), dependendo também da data, porque tem a ver com a ponderação da data do empréstimo. Agora, é cerca de um e meio (1,5%). Eu não vou entrar aqui em diálogo.

Outra questão muito concreta que colocou, quando termina o plano de reequilíbrio financeiro. O Sr. Presidente também teve oportunidade de o referir, termina em 2030, é algo que esta Assembleia também já conhece sobejamente. Portanto, era uma questão que era desnecessário ter sido colocada nesta fase.

Depois, a Dra. Cristina Vieira diz que não há plano de apoio à economia, não há terrenos para a zona industrial. Aqui, mais uma vez, faço referência àquilo que acabei de dizer: se nós queremos, de facto, criar condições para um desenvolvimento sustentável e estratégico de Marco de Canaveses, temos que ter um serviço da dívida menor, e criar condições para podermos, de facto, incentivar a economia.

Referiu ainda, aludindo às minhas palavras, que o ROC é totalmente independente. Eu queria só reiterar isso: o ROC é, por natureza, uma pessoa independente, a sua opinião é independente; a



Câmara Municipal não tem nada que ver com as questões éticas do próprio Revisor Oficial de Contas. Nesse aspeto, reitero aquilo que disse quanto à opinião do Revisor Oficial de Contas, que é, face a nós, totalmente independente.

Depois, a questão de a norma de controlo interno estar em vigor: de facto, tem razão, há ali um pequeno lapso de escrita. Está em vigor, como já foi dito, da própria norma resulta que ela entra em vigor após a sua aprovação. Pronto, está ali no Orçamento a dizer que projeta-se, mas de facto, no documento, isso é a parte textual; aqui estamos mais preocupados com os números.

Depois, foi colocada ainda a questão do crescimento do IMI, em duzentos e cinquenta e seis mil euros (256.000€). Eu tive oportunidade de iniciar a minha apresentação pelo enquadramento macroeconómico e pelo enquadramento legal, digamos assim, que orienta a elaboração de um Orçamento Municipal. E eu falei que ele era, digamos, orientado pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais, Regime Financeiro das Autarquias Locais. E daí resulta que a receita só pode ser estimada, no caso, com base nos últimos vinte e quatro (24) meses que antecedem a preparação do Orçamento. E portanto, as estimativas do lado da receita, todas elas são com base no histórico de vinte e quatro (24) meses antecedentes ao mês de setembro, no caso, que é o mês de referência para a elaboração do Orçamento. E portanto, qualquer variação que aqui exista resulta precisamente do cumprimento estrito das normas que regulam a elaboração do Orçamento.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Sr. Vereador, eu agradecia que concluísse, porque o tempo já chegou ao fim.

--- **Vitor Gonçalo (Vereador)** ---

Pronto, só para falar um bocadinho de todos aqueles que intervieram.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Pois, mas eu gostaria que concluísse. Eu peço desculpa, mas senão estamos aqui...

--- **Vitor Gonçalo (Vereador)** ---

É que as perguntas são mais que muitas, e a pergunta pode ser um segundo, e a resposta pode demorar uma hora.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Eu vou-lhe dizer, estamos com quarenta e um (41) minutos e trinta e quatro (34) segundos, e portanto, eu gostaria, neste momento – desculpe lá, porque acho que chegámos ao tempo máximo daquilo que é o permitido, e que eu vou permitir. Sr. Vereador, eu agradecia que concluísse. Peço desculpa, eu agradeço que conclua, porque não vamos estar aqui... Eu tenho que gerir o tempo, e portanto, dei aqui mais trinta por cento (30%) do tempo. Portanto, achei que era suficiente.

--- **Vitor Gonçalo (Vereador)** ---

Está concluída a minha intervenção. Peço desculpa por não conseguir ser mais conciso, mas não é possível.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---



Sr. Deputado, eu não vou permitir que o senhor agora peça para responder a seguir, só faltava esta agora. Só faltava agora o Sr. Deputado dizer: “Eu quero as minhas respostas.” Peço desculpa, quer dizer, não podemos ter aqui... Não permito mais questões e perguntas. Interpelação à Mesa, não vou permitir, porque senão, então, deixava concluir. Eu peço imensa desculpa, Sra. Deputada, e quero que compreenda aquilo que eu estou a dizer, eu não vou interpelar, dizer: “Há aqui uma resposta que não foi bem aquela que eu queria dar.” Então, vamos continuar a dar respostas uns aos outros. Eu acho que a Vereação desta Câmara estará disponível, penso eu, fora deste âmbito da Assembleia Municipal, para responder às questões todas que os Srs. Deputados queiram apresentar. E portanto, o dia não acaba aqui hoje. E eu acho que há várias questões que terão que ser colocadas, eu percebi há bocado que o Sr. Deputado Bruno disse que não havia respostas, eu penso que poderão marcar uma reunião. Agora, aqui, hoje, e permitam-me, eu não vou permitir que se ponham mais questões sobre o Orçamento. Mas, isso é uma decisão sua; essa parte, se vai votar ou não vai votar, é uma decisão sua, Sra. Doutora. Mas, é uma questão prática? Se é prática, Sra. Doutora, dez (10) segundos.

--- **Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS)** ---

Eu peço imensa desculpa, a questão é muito prática: eu fiz uma intervenção sobre a questão das despesas de pessoal, dizendo que achava estranho, de facto, que no Orçamento dissesse que as despesas reduziam quando o Quadro de Pessoal aumentou. O Sr. Eng.º Mota, e bem, respondeu-me que as despesas de pessoal aumentaram, até falou no exemplo do salário mínimo. Mas, o que está aqui escrito não é que as despesas de pessoal aumentaram; o que está aqui escrito é que elas diminuíram. Percebem? Há aqui alguma incongruência. Então, aumentaram ou diminuíram? Eu digo-lhe qual é a página, página 33. Se vocês olharem para as despesas que lá estão, ano de 2016, sete milhões, seiscentos e quarenta e três (7.643.000€); o que está previsto para 2017 são sete milhões, quinhentos e quarenta e cinco (7.545.000€). Eu também acho estranho que as despesas de pessoal reduzam, por isso é que eu dei o exemplo dos recursos humanos, e fiz aquela intervenção. O Sr. Eng.º Mota diz-me que as despesas aumentam, e até justificou o porquê, mas o que aqui está escrito é que elas diminuem.

Pronto, obrigada.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Sra. Deputada, já percebemos a questão. Obrigado, Sra. Deputada. Eu vou dar só a palavra, que tinha pedido uma interpelação à Mesa já há bastante tempo, o Sr. Deputado Mário Bruno, e eu vou-lhe dar, porque já tinha pedido. Depois passaremos à votação.

--- **Mário Bruno Magalhães (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS)** ---

Sr. Presidente, muito obrigado pelo minuto que me dispensa. Eu peço desculpa, eu apenas fiz algumas questões, elas não me foram respondidas.

O Sr. Presidente falou aqui numa questão, que me tinha apoiado numa candidatura. Eu fui candidato à Junta de Freguesia de Santo Isidoro por um movimento chamado “Todos por Santo Isidoro”, e na altura, sem qualquer tipo de bandeira política. Se o Sr. Presidente apoiou, agradeço. Eu estou a dizer, era um movimento independente “Todos por Santo Isidoro”. Mas, era independente, era só para esclarecer.



E lamento, e gostaria que ficasse registado que as minhas questões, que foram nove (9), nenhuma delas foi respondida, apenas foi com insultos.

Muito obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Meus senhores, nós temos que continuar os trabalhos. Sr. Valdoleiros, o senhor não falou; eu não posso permitir uma interpelação à Mesa de algo que o senhor não falou. Portanto, as dúvidas, vamos ter que as tirar noutro momento. Eu peço imensa desculpa, eu deixei falar, o senhor não usou da palavra. Eu tenho muita pena que o senhor não tenha usado da palavra, porque as suas intervenções são bastante ricas, mas quer dizer, eu não posso deixar falar, o senhor não falou. Imagino que o senhor tenha aí muitas dúvidas, mas vamos tirá-las noutro espaço. Pronto, mas ele vai explicar-lhe a seguir, mas pode ser noutro espaço. Mas, essa resposta, vai tê-la de certeza.

Srs. Deputados, vamos, então, passar à votação. Eu peço imensa desculpa, porque estas questões vão acontecer até ao fim. Srs. Deputados, estamos todos prontos para passar à votação?

Começaria pelo PCP/PEV. Quem vota contra? Quem se abstém? Uma (1) abstenção. Obrigado.

Marco Positivo: Quem vota contra? Quem se abstém?

Movimento Marco Confiante com Ferreira Torres: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Partido Socialista: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Não há nenhum.

PPD/PSD: Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Portanto, o Orçamento foi aprovado, com dezoito (18) votos a favor, dez (10) abstenções, e nove (9) votos contra.

Dava a palavra ao Dr. Rolando Pimenta, para fazer uma declaração de voto. Desculpem lá, só algum silêncio, para ser feita a declaração de voto, para continuarmos os trabalhos.

--- **Rolando Pimenta (PS)** ---

Muito boa tarde. Agradeço ao Sr. Presidente a oportunidade.

“O Grupo Municipal do Partido Socialista, sem prejuízo da autonomia que os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia têm dentro do Partido, analisando os documentos apresentados pela Câmara Municipal, e na sequência do debate registado nesta Assembleia, deliberou votar contra pelos motivos a seguir mencionados:

a) Desorçamentação: cerca de um terço das despesas correntes foram diferidas, pelo que só no decurso de 2017 esta Assembleia tomará conhecimento do destino proposto pela Câmara Municipal a cerca de nove milhões de euros (9.000.000€).



b) *Ocultação de despesas de investimento: cerca de três milhões de euros (3.000.000€) incluídos na rubrica 7 (Investimentos) não se encontram devidamente explicitadas neste Orçamento, ou seja, cerca de trinta e sete por cento (37%) das despesas de investimento.*

c) *Ausência de equidade na distribuição de investimento, sendo previsível que mais de cinquenta por cento (50%) das despesas de investimento sejam levadas a cabo em apenas duas (2) freguesias, enquanto algumas das restantes catorze (14) não beneficiam de qualquer investimento, apesar de não disporem de infraestruturas ao nível das freguesias mais favorecidas.*

d) *Inexistência de uma aposta clara na promoção do desenvolvimento económico e social.*

e) *Ausência de investimento em políticas sociais, pela reiterada política de dotação orçamental residual, ou ausência dela, em áreas como saúde, habitação social, ação social e famílias.*

f) *Inexistência de dotação orçamental em setores ou atividades relevantes para o concelho, designadamente agricultura, mercados e feiras, e comércio.*

*O Coordenador do Grupo Municipal do Partido Socialista,
Rolando Pimenta”*

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Foi entregue também uma declaração de voto pela deputada Raquel Pereira, que entregou à Mesa.

E dava a palavra também ao Sr. Deputado Mário Bruno, para ler a sua declaração de voto.

--- **Mário Bruno Magalhães (Presidente J.F. Santo Isidoro e Livração, PS)** ---

Declaração de voto relativa ao Orçamento de 2017:

“Atendendo à intervenção já efetuada, bem como ao facto de o Orçamento para o ano de 2017 não incorporar as obras afetas à requalificação do Largo Padre Manuel Ribeiro Gomes, obras no Largo da Igreja Românica de Santo Isidoro, obras de melhoramento da Unidade de Saúde Familiar da Livração, pavimento sintético no Grupo Desportivo da Livração, não tratando assim de forma igualitária todas as freguesias, ignorando por completo grande parte das mesmas, negando-lhes a oportunidade de desenvolvimento, o meu voto não pode ser favorável ao dito.”

Muito obrigado.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Mais duas (2) declarações de voto? Dava a palavra à Sra. Deputada Cristina Vieira, para fazer a sua declaração de voto.

--- **Cristina Vieira (Presidente J.F. Soalhães, PS)** ---

A Freguesia de Soalhães tem, neste Orçamento, apenas uma rubrica definida para a requalificação da EB1 de Eiró. As intenções em fazer outras obras na freguesia não passam de



intenções que não foram versadas no Plano e Orçamento aqui apresentados. Atendendo a que outras freguesias têm versados no Orçamento vários e avultados investimentos, e não vimos essa transparência em relação à Freguesia de Soalhães por parte do Executivo, o voto é contra. Ou seja, se pretendem levar a cabo obras além da requalificação da EB1 de Eiró, deviam tê-las colocado no Orçamento de 2017. A requalificação desta escola é uma mais valia para a Freguesia de Soalhães, mas queria lembrar que o Centro Escolar, aprovado no ano de 2008, no valor de um milhão, seiscentos e vinte e dois mil euros (1.622.000€), não foi construído – e este sim, tinha financiamento em oitenta e cinco por cento (85%) – porque a Câmara Municipal, na altura, não conseguiu alterar o PDM, em 2008. E por isso, com esta perda do Centro Escolar – eu queria reforçar isto – a freguesia não perdeu só o Centro Escolar, mas perdeu um equipamento desportivo que estava agregado a este Centro Escolar, que era um equipamento desportivo para uso da população de Soalhães. E em relação a esse complexo desportivo que estava associado ao centro escolar, a Câmara Municipal não compensou, nem ressarciu a freguesia com nenhum outro equipamento desportivo.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Dava a palavra ao Sr. Deputado José Fernando, para a sua declaração de voto.

--- José Fernando Barbosa (Presidente J.F. Tabuado, PS) ---

Ora, então, declaração de voto:

“Considerando que o Orçamento apresentado pelo Executivo da Câmara Municipal para 2017 exclui grande parte das nossas freguesias, contribuindo assim para uma desconexão territorial do nosso concelho, o meu voto não pode ser favorável.”

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Passaríamos, então, ao **Ponto n.º 3.4**, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, para a autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Daria a palavra ao Sr. Presidente. Alguém quer intervir? Ninguém quer intervir. Portanto, vamos pôr à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, foi aprovado por unanimidade.

Passaríamos ao outro ponto, **Ponto n.º 3.5**, Informação sobre os compromissos plurianuais face à autorização prévia, no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Penso que será igual. Sr. Presidente, não vai intervir, penso eu. Obrigado. É só para tomar conhecimento. Portanto, o conhecimento está tomado.

Vamos ao **Ponto n.º 3.6**, Eleição de um membro da Assembleia Municipal, para o exercício de funções na Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Marco de Canaveses, de acordo com os Artigos 17.º e 26.º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro.



Como sabem, houve uma pessoa que pediu renúncia ao seu cargo, que era a Sra. Dra. Cristina Valente. E portanto, penso que cumpre ao PSD apresentar um candidato. Eu daria a palavra ao Líder do PSD.

--- **Luís Pinto (PPD/PSD)** ---

Sr. Presidente, no decurso do pedido de substituição da Dra. Ana Cristina Valente, à qual agradecemos o contributo que deu para esta comissão ao longo do mandato que agora termina, e que nos regozijamos sempre pela postura de responsabilidade e de trabalho que teve nesta comissão, mas para a sua substituição apresentamos, então, a nossa companheira, Dra. Estela Freitas, para integrar esta Comissão Municipal de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, por todo o currículo que tem apresentado ao longo da sua vida, nomeadamente no trabalho com crianças e jovens no nosso concelho.

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Será "sim", "não" ou abstenção. E portanto, o Partido Social Democrata propõe a Dra. Estela Freitas.

--- **Gil Rodrigues (1.º Secretário, PPD/PSD)** ---

António Martinho Barbosa Gomes Coutinho, Rolando António França Pimenta, Carla Manuela de Abreu Massa e Babo Ribeiro, Mário Luís da Silva Monteiro, Luís António Pereira Pinto, José António Brito e Osório de Valdoleiros, Maria Estela Vieira Freitas, Bruno Alexandre da Silva Ribeiro, José Abel da Silva Soares Coutinho, Jorge Manuel de Sousa Pessoa, Ana Marisa Monteiro de Moura Pinto, Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira, Joaquim Madureira, Gil Fernando Mendes Rodrigues, António Filipe de Abreu Massa Babo, José Pedro Reis, Olímpio José de Almeida, Patrícia Pinto Vieira, Bruno Miguel Morais Magalhães Pinto, Fernando António Morais de Queirós, Benjamim Francisco Marques, António Ferreira Pinto, Abílio Moreira de Castro, Cristina Lasalete Cardoso Vieira, Joaquim Eduardo Mendes Silva, José Fernando Barros Barbosa, Miguel João Teixeira Carneiro, Domingos Manuel Soares Dias, Maria de Fátima Barbosa Ribeiro, Joaquim de Azevedo Oliveira, Mário Bruno da Silva Magalhães, António Augusto Machado de Queirós Santana, António Manuel Pinto de Matos, António da Costa Pinto, Maria José Pinto Cerqueira, Fernando Joaquim Teixeira Monteiro

--- **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ---

Vamos passar, então, à contagem dos votos. Se houver alguém que nos queira ajudar.

A votação foi a seguinte: trinta e um (31) votos a favor, quatro (4) brancos, e um (1) "não". Portanto, está eleita a Dra. Estela Freitas.

Passaríamos agora às aprovações em minuta.

--- **Maria Estela Freitas (2.ª Secretária, PPD/PSD)** ---

Peço a vossa atenção para a aprovação em minuta dos seguintes pontos.

Ponto n.º 3.2, Apreciação e deliberação da proposta de alteração ao Artigo 60.º do Regimento da Assembleia Municipal. Foi aprovado por unanimidade, com trinta e cinco (35) votos a favor. Para aprovação da presente minuta, há algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.



Aprovação em minuta do Ponto n.º 3.3, Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano Financeiro de 2017. Foi o mesmo aprovado por maioria, com dezoito (18) votos a favor, nove (9) votos contra, e dez (10) abstenções. Para aprovação da presente minuta, há algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.

Aprovação em minuta do Ponto n.º 3.4, que foi aprovado por unanimidade, com trinta e sete (37) votos a favor. Para aprovação da presente minuta, algum voto contra? Alguma abstenção? Aprovado por unanimidade.

E por fim, a votação da eleição de um membro da Assembleia Municipal para a Comissão Alargada da CPCJ. Como já foi revelado, trinta e um (31) votos a favor, um (1) contra, e quatro (4) em branco.

Desejo a todos um feliz natal. Desculpem aproveitar este momento para desejar a todos um feliz natal e um ótimo ano novo.

--- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ---

Srs. Deputados, está encerrada a sessão. Desejo um resto de bom sábado, um bom domingo.

E para todos os membros da Assembleia, quero associar-me à Dra. Estela Freitas, em meu nome, e penso que em nome do Gil, desejar a todos um santo natal, e acima de tudo um bom ano de 2017, que todos bem precisamos.

Boa noite.